

ISSN 1516-8085

ANPOCS **bib**

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

57

Neste número:

**Imigração no Brasil
Relações de Parentesco
Estratificação Social
Estratégias Eleitorais nos EUA
Ação Afirmativa**


EDUSC

ISSN 1516-8085

bib

**Revista Brasileira de Informação Bibliográfica
em Ciências Sociais**

BIB – *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (ISSN 1516-8085) é uma publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em Ciências Sociais no país. A BIB é editada sob orientação de um editor, uma comissão editorial e um conselho editorial composto de profissionais vinculados a várias instituições brasileiras.

Diretoria (gestão 2003-2004)

Presidente: Luiz Jorge Werneck Vianna, IUPERJ; *Secretária Executiva:* Maria Arminda do Nascimento Arruda, USP; *Secretária Adjunta:* Elide Rugai Bastos, Unicamp; *Diretores:* Clarissa Eckert Baeta Neves, UFRGS; Marcos Lanna, UFPR; Rejane Vasconcelos Accioly Carvalho, UFC

Conselho Fiscal: Lourdes Bandeira, UnB; Marcio Canello, UFCG; Maria de Fátima Junho Anastásia, UFMG

Coordenação: Maria Arminda do Nascimento Arruda

Editor: Maria Alice Rezende de Carvalho

Comissão Editorial: João Trajano de Lima Sento Sé (UERJ); José Ricardo Ramalho (UFRJ); Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ); Ricardo Benzaquen (IUPERJ).

Conselho Editorial: Carmen Rial, Ufsc; Ethel Kosminsky (Unesp); Guita Grin Debert (Unicamp); Helena Bomeny (UERJ); Lívio Sansone (Ufba); Magda Maria Neves (Puc-MG); Marcos Chor Maio (Fiocruz); Rubem Barbosa Filho (Ufjf); Walquíria Leão Rego (Unicamp); Washington Bonfim (Ufpi).

Edição

Assistente Editorial: Mírian da Silveira Pavanelli
Preparação/revisão de textos/copidesque: Ana Novais
Versão/tradução de resumos: Jorge Thierry Calasans
Editoração eletrônica: Hilel Hugo Mazzoni

Produção gráfica: Edusc

Appropriate articles are abstracted/indexed in:
Hispanic American Periodicals Index; DataÍndice

BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais / Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. -- n. 41 (1996)- -- São Paulo : ANPOCS, 1996-

Semestral

Resumos em português, inglês e francês

Título até o n. 40, 1995: BIB: Boletim informativo e bibliográfico de ciências sociais.

ISSN 1516-8085

1. Ciências Humanas 2. Ciências Sociais 3. Sociologia 4. Ciência Política 5. Antropologia
I. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CDD 300

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar
Universidade de São Paulo – USP
05508-900 – São Paulo – SP
Telefax.: (11) 3091-4664 / 3091-5043
e-mail: anpocs@anpocs.org.br

Programa de apoio a Publicações Científicas

MCT



Editora da Universidade do Sagrado Coração
Rua Irmã Arminda, 10-50
17011-160 – Jardim Brasil – Bauru-SP
Tel.: (14) 3235 7111 – Fax: (14) 3235 7219
e-mail: edusc@edusc.com.br

Impressão e Acabamento



Gráfica Bandeirantes S/A

Sumário

Homenagem a Octávio Ianni <i>Maria Armanda do Nascimento Arruda</i>	5
A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais <i>Giralda Seyferth</i>	7
A Sociologia Francesa diante das Relações <i>Beaux-parents</i> : Enteados nas Famílias Recompuestas após Divórcio ou Separação <i>Christine Jacquet</i> <i>Lívia Alessandra Fialho da Costa</i>	49
As Teorias de Estratificação da Sociedade e o Estudo dos Ricos <i>Marcelo Medeiros</i>	69
Objetivos e Estratégias da Ação Afirmativa: uma Bibliografia <i>Marcia Contins</i>	91
O que Acontece Quando um Cavalo de Cor Diferente Entra na Corrida? O Painel das Estratégias Eleitorais dos Políticos Afro-americanos nas Eleições Municipais nos Estados Unidos <i>Cloves Luiz Pereira Oliveira</i>	103
Fontes de Pesquisa	125
Trabalhos Publicados: 1975-2004	131

Colaboraram neste número:

Maria Arminda do Nascimento Arruda, doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), é professora livre-docente na mesma instituição. É secretária executiva da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Entre outras obras, escreveu *Metrópole e Cultura. São Paulo no meio século XX* (Bauru, Edusc, 2003).

Giralda Seyferth, doutora em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo (USP), é professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Desenvolve pesquisas nas áreas de relações interétnicas, etnicidade e política, estudos migratórios e estudos camponeses. É autora de *A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim* (Porto Alegre, Ed. Movimento/SAB, 1974, - 2 ed., 1999); *Nacionalismo e identidade étnica*, (Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, 1981) e *Imigração e cultura no Brasil*, (Brasília, Ed. UnB, 1990). E-mail: gseyferth@mn.ufrj.br.

Christine Jacquet, doutora em sociologia e Ciências Sociais pela Universidade Lumière Lyon II, França, é professora adjunta da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Universidade Católica de Salvador (UCSal). Desenvolve pesquisas nas áreas de transformações familiares e processo de socialização das crianças. E-mail: jojokiki@ig.com.br.

Lívia Alessandra Fialho da Costa, doutora em Antropologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, é professora adjunta da Universidade Católica de Salvador (UCSal) e professora associada do Programa de Pós-graduação em Educação da UNEB. É autora de “Tocando o fundo do poço: mulheres convertidas à Igreja Universal do Reino de Deus”, in: *Religião e religiosidade no mundo luso-brasileiro* (Salvador, UFBA, no prelo) e de “Território, fundação e expansão de Igrejas evangélicas no Brasil”, in: *Educação, espaços culturais e territorialidade* (Salvador, UNEB, 2003). Email: livia.fialho@ig.com.br.

Marcelo Medeiros, doutor em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), é coordenador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), no International Poverty Centre – Undp. Desenvolve pesquisas na área de desigualdade social. E-mail: marcelo.medeiros@ipea.gov.br.

Marcia Contins, doutora em comunicação e cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professora de antropologia do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Vem realizando pesquisas sobre relações raciais, etnicidade e religião e movimentos sociais. E-mail: mcontins@terra.com.br.

Cloves L. P. Oliveira, doutorando em ciência política no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), é pesquisador dos programas A Cor da Bahia e Raça e Democracia nas Américas: Brasil e Estados Unidos, ambos da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sendo o segundo em parceria com a Fundação Ford. É professor assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS-Ba). Dedicou-se aos estudos sobre raça e política no Brasil e nos Estados Unidos. Desenvolve pesquisa sobre as propagandas políticas de Benedita da Silva e Celso Pitta, respectivamente, nas eleições municipais do Rio de Janeiro e de São Paulo, em 1992 e 1996. E-mail: clovis@iuperj.br.

O falecimento do sociólogo Octávio Ianni, ocorrido no dia 4 de abril em plena tarde de domingo, provocou expressões de fundo pesar, mesmo entre pessoas que não privavam de sua convivência, como pode-se depreender nos inúmeros depoimentos reproduzidos na imprensa. Intelectual devotado exclusivamente à vida acadêmica, Octávio Ianni era avesso às atitudes de autopromoção, aos comportamentos estranhos ao *métier*, àquelas exposições puramente destinadas a alimentar humanas vaidades. Não deixa de ser excepcional, por isso, o surgimento de tantas manifestações de lamento, originadas nos mais diversos contextos, oriundas de vozes pouco familiares ao mundo acadêmico, indício evidente da repercussão provocada pela sua morte em ambientes exteriores às fronteiras de sua atuação. O acontecimento revelou a presença de uma face dimensionada insuficiente do caráter que imprimiu à sua atividade intelectual, nutrida em preceitos éticos superiores, guiada por normas de responsabilidade intelectual. Desses traços distinguidos da sua personalidade emergiu a aura emanada no desenlace da sua vida, situação inusitada à atual condição intelectual.

Octávio Ianni pertenceu a uma geração de cientistas sociais que se formou no decênio de 1950 na Universidade de São Paulo. Herdeiros de concepções que reconheciam o valor preeminente do conhecimento científico rigorosamente embasado, esses sociólogos afirmavam a natureza diversa entre as lógicas do saber e a da política. O papel afeito ao intelectual era o lugar da reflexão independente ao abrigo das questões mais imediatas, mas totalmente sintonizado com a necessidade de enfrentar os problemas sociais candentes. Discípulo de Florestan Fernandes, artífice da dicção sociológica moderna no Brasil, Ianni construiu sua carreira nos moldes do verdadeiro *scholar*, passível de ser vivida, naquele momento, apenas em São Paulo, em função dos limites brasileiros à realização integral da experiência universitária. A Universidade de São Paulo transformara-se no epicentro da vida cultural paulistana, no espaço de legitimação intelectual, na expressão mais arrematada da nossa modernidade. Aos jovens cientistas sociais uspianos coube, por esses motivos, a tarefa de moldar o novo estilo, função exemplarmente exercitada por Florestan Fernandes, a ponto de confundir a sua marca pessoal nos contornos da profissão do sociólogo acadêmico.

Octávio Ianni recebeu daí os traços essenciais que compuseram o seu perfil de sociólogo, revelados já nas suas primeiras obras. Os livros *Raça e mobilidade social em Florianópolis*, finalizado em 1956, e *As metamorfoses do escravo*, publicado em 1962, são reflexões expressivas desse período, quando o sociólogo investiga o legado da escravidão na formação da sociedade brasileira, assim como o significado do corte racial no entendimento de processos societários típicos. Ainda na primeira metade da década de 1960, publicou duas obras que revelam a presença de nova inclinação intelectual: *A industrialização e desenvolvimento social no Brasil*, em 1963, e *O Estado e o desenvolvimento econômico no Brasil*, em 1964. Textos fundamentais à compreensão das mudanças em curso, as análises absorveram o debate dominante no período, tendo exposto, concomitantemente, a importância do chamado Seminário Marx na reorientação das suas reflexões, apresentando, sobretudo, o modo como os jovens professores da Faculdade de Filosofia participavam do crescente engajamento que marcava a cultura da época. Com a edição do livro *O colapso do populismo no Brasil*, em 1968, Ianni coroou as suas preocupações com os acontecimentos da história recente, absorvendo a reflexão da política no

entendimento dos impasses do modelo de desenvolvimento implementado até a queda do governo João Goulart.

Os desdobramentos que acompanharam aqueles anos permeados por fortes tensões foram a mais alta expressão dos limites da nossa modernidade, quando da aposentadoria compulsória de professores da Universidade, em 1969, promovido pelo arbítrio do regime instaurado em 1964. Membro do grupo dos intelectuais submetidos à cassação dos seus direitos, Octávio Ianni buscou novos espaços para realizar a sua vocação de intelectual independente. Sua trajetória no quadro dos pesquisadores do Cebrap, passando pela condição de professor da PUC de São Paulo e, finalmente, integrando o corpo docente da Unicamp – onde lecionou até os seus últimos dias –, foram exemplos inequívocos dos seus atributos de intelectual que não se descurava da responsabilidade de seu ofício de mestre e pesquisador. Nesse registro, seus últimos livros vertem a preocupação com a dinâmica social contemporânea e com a especial forma de inserção do Brasil no âmbito da nova modernidade.

No conjunto da sua vasta produção intelectual, as obras *A sociedade global*, de 1992, *A era do globalismo*, de 1996, e *Enigmas da modernidade-mundo*, de 2000, revisitaram os dilemas da nossa história à luz de movimentos comandados por forças que nos escapavam. A busca dessa “idéia de Brasil moderno”, sintomaticamente título de outro livro que escreveu, marcou a produção de Octávio Ianni desde a sua estréia. Talvez resida aí o grande tema da sua sociologia, tornando-o uma personalidade de larga e intensa participação política, a despeito do seu afastamento, mesmo de sua recusa, em aderir plenamente a partidos.

A comoção que acompanhou a sua morte se originou, em parte, dessas marcas impressas no seu estilo de intelectual. Ao lado delas, não menos importantes, encontravam-se as suas qualidades de pessoa íntegra, corajosa e generosa, tornando-o uma das principais referências das novas gerações, retrato acabado do intelectual vocacionado, que não se permitia qualquer possibilidade de alforria. Pena que a vida não lhe pode conceder mais tempo.

Maria Arminda do Nascimento Arruda

Estudiosos de diferentes campos do conhecimento abordaram o tema da imigração no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, quando as estatísticas de entradas de estrangeiros se tornaram significativas no cômputo geral da população. Os primeiros trabalhos tinham relação direta com os problemas relativos às políticas imigratórias e foram produzidos por diplomatas, políticos, funcionários dos ministérios responsáveis pelas práticas de colonização estrangeira, pessoas ligadas a sociedades de imigração interessadas no aliciamento de imigrantes para localização em projetos coloniais ou contratados para trabalhar em grandes propriedades etc.¹ Além desses, existem textos escritos por brasileiros e estrangeiros, mais preocupados em sugerir procedimentos considerados úteis para atrair imigrantes europeus para o Brasil, propondo, às vezes, mudanças na legislação imigratória e de colonização.² A imigração também aparece como tema relevante nas publicações associadas a grandes eventos internacionais – caso das Exposições Universais de Filadélfia (1876) e Paris (1889),³ e existem muitas referências a colônias e imigrantes em meio urbano nas narrativas de viajantes.⁴

A historiografia sobre a imigração é numerosa e diversificada, principalmente se for considerada a produção local sobre as inúmeras colônias que se desenvolveram no sul do país desde 1824. Da mesma forma, textos descritivos voltados para o cotidiano dos co-

lonos e para as peculiaridades culturais de cada grupo têm sido publicados desde o século XIX; e, provavelmente incentivados pelo atual discurso multiculturalista, proliferaram nas últimas duas décadas, especialmente no Rio Grande do Sul, ajudando numa nova configuração das identidades étnicas.

Essas poucas observações gerais mostram que a imigração, por suas múltiplas facetas, é um tema interdisciplinar – difícil, portanto, dar conta da sua totalidade. Não pretendo considerar a significativa produção historiográfica e de disciplinas, como a geografia, a demografia, entre outras, que tem interesse no fenômeno migratório, nem tampouco os estudos que tratam da migração internacional de brasileiros nas duas últimas décadas. O presente trabalho focaliza, parcialmente, a contribuição das ciências sociais, em particular da antropologia, aos estudos imigratórios no Brasil, procurando examinar o embasamento teórico, os métodos de análise e as temáticas recorrentes desde as primeiras publicações de caráter sociológico surgidas no século XX, até alguns trabalhos mais recentes selecionados na ampla produção sobre o assunto publicada nos últimos vinte anos.

Os dois livros de Emílio Willems, publicados na década de 1940, tiveram grande repercussão, inclusive nos meios nacionalistas, e contribuíram para consolidar a tradição analítica fundamentada nas teorias da

assimilação e da aculturação. Antes dele, algumas figuras notáveis do pensamento social brasileiro falaram sobre a imigração de um ponto de vista nacionalista, quase sempre de forma pontual, ou voltados para o “problema” da assimilação dos alienígenas. São bem conhecidas as opiniões de autores como Silvío Romero, Alfredo Ellis Junior, Oliveira Vianna, ou mesmo Gilberto Freyre, entre outros, sobre a presença do imigrante na vida brasileira: as “influências” são bem-vindas, desde que não ameacem a formação nacional de base lusitana. Não assumiram uma posição contrária à imigração, mas trataram do assunto baseados em uma noção restrita de assimilação, visualizada como processo de abasileiramento. Por essa razão, Romero (1902, 1906) teceu críticas ao sistema de colonização implementado pelo Estado na região sul porque, segundo seus termos, deixou principalmente os alemães e os descendentes física e culturalmente isolados no território nacional. O uso cotidiano de outro idioma era, no início do século passado, o principal indicador do “enquistamento étnico”, visto como ameaça aos ideais brasileiros da nação. O próprio Willems, sempre cauteloso na sua crítica ao nacionalismo brasileiro, ironizou as metáforas de referencial biológico ou químico empregadas como sinônimos de assimilação no Brasil: os imigrantes deviam ser “absorvidos”, “digeridos”, “diluídos” (Willems, 1951, p. 209); ou, conforme Romero (1906), integrados à sociedade brasileira num processo então imaginado não só de um ponto de vista cultural e social, mas também racial, pois presumia o “caldeamento” ou “fusão” com os nacionais (no sentido do branqueamento fenotípico da população). Esse pressuposto está visível num texto de Oliveira Vianna publicado no início da década de 1930, em que analisou a assimilação dos imigrantes tendo como pa-

râmetros a diferenciação racial e a idéia de *melting pot* referida à mestiçagem. Com base em estatísticas duvidosas sobre casamentos interétnicos, criou índices de “fusibilidade” para determinar dois tipos de *melting pot* – o da região sul e o paulista: o primeiro com poucos elementos latinos e o segundo com preponderância latina em virtude da imigração portuguesa, espanhola e italiana. (Vianna, 1932, II parte). Parte dos dados utilizados por Oliveira Vianna vêm de um texto de Alfredo Ellis Junior (1933 [1928]), que retomou várias vezes a questão dos casamentos interétnicos, especialmente no livro *Populações paulistas*, de 1934. Isso mostra o sentido assumido pela expressão *melting pot*, apesar do criticismo em torno dela expressado por autores norte-americanos de grande influência no Brasil – caso de Fairchild – que trabalharam com o conceito de assimilação.

O ideário assimilacionista, mais do que o conceito sociológico de assimilação, teve repercussão na política migratória e, no Estado Novo, influenciou os rumos da campanha de nacionalização. Os textos publicados na *Revista de Imigração e Colonização* durante a campanha de nacionalização remetem sistematicamente aos imperativos culturais e raciais do abasileiramento:⁵ a assimilação dos alienígenas transformada peremptoriamente numa “questão nacional”. Assim, mesmo um autor assumidamente pluralista, como Gilberto Freyre, condenou o germanismo no sul em nome da unidade nacional, num texto quase panfletário em que admite algumas diferenças no modo de ser brasileiro (com primazia para os regionalismos) desde que impere apenas uma língua nacional (a portuguesa).⁶

As análises sobre a imigração alemã empreendidas por Willems, de certa forma, constituem um ponto de partida: sem os compromissos do nacionalismo, realizou uma ampla pesquisa bibliográfica, à qual acrescentou sua

vivência junto à população teuto-brasileira do Vale do Itajaí (SC), para produzir uma obra ancorada na literatura teórica sobre assimilação e aculturação oriunda da sociologia e da antropologia cultural norte-americana. Não deu maior atenção ao modismo da assimilação definida a partir da idéia de americanização, aqui convertida em abasileiramento, e tampouco utilizou-se da noção de *melting pot*, adotada com certo entusiasmo pelos ideadores da campanha de nacionalização do Estado Novo.

Os escritos de Robert E. Park sobre assimilação, inclusive o verbete para a *Encyclopedia of the social sciences* (1930/1937), foram usados no Brasil, apesar de o autor exprimir sua dificuldade para encontrar uma definição cabível para a análise sociológica desse fenômeno, também visível no primeiro livro de Willems (*Assimilação e populações marginais no Brasil*, de 1940), em que os imigrantes alemães e seus descendentes são chamados “população marginal”, portadora de uma “cultura marginal”, enfrentando um processo de mudança social que deve culminar com a assimilação. A marginalidade, no caso, caracteriza-se pela ambivalência das atitudes individuais em relação às duas culturas em contato (a germânica e a brasileira). Pelo menos uma década antes, Park já alertava para o caráter insidioso do conceito, dado que está nele suposta uma integração igualitária do imigrante à sociedade/cultura nacional. A sinonímia com americanização, claramente vinculada à imigração,⁷ foi equacionada por Henry P. Fairchild em 1913 – numa obra que serviu de parâmetro analítico para a construção da noção de abasileiramento e seu corolário do *melting pot*, por aqui metaforizado na conversão em crisol de raças. De acordo com Willems (1951), os estudiosos brasileiros negavam a presença de minorias no território nacional, preferindo, como em outros países latino-americanos, que elas dei-

xassem de existir como unidades socioculturais distintas. Essa forma de associação talvez explique por que ele preferiu utilizar o conceito de aculturação em 1946, quando praticamente reescreveu o livro de 1940, mantendo a estrutura analítica e a ênfase na questão da marginalidade cultural. Fixou-se, então, em três pressupostos teóricos intercambiáveis: assimilação, acomodação e aculturação. O processo de assimilação “consiste no aproveitamento de atitudes novas emocionalmente associadas a valores culturais novos com que o imigrante vai estabelecendo contatos”. O estudo abrange, pois, reajustamentos da personalidade ante as novas atitudes em combinação com novos valores, e conflitos de lealdade no confronto com duas culturas distintas. “A coexistência, na personalidade, de normas de comportamento incompatíveis produz o estado de *marginalidade cultural*” (Willems, 1946, pp. 17-19). Baseia-se, pois, em teorias construídas na interface com a psicologia social por Thomas e Znaniecki (1974), autores de um amplo estudo sobre a imigração polonesa nos Estados Unidos, cuja primeira edição é de 1918, e por Stonequist, autor de *The marginal man*, livro publicado em 1935 e bastante citado por autores brasileiros. Na verdade Willems considera a assimilação uma espécie de processo de reajustamento coletivo a uma sociedade culturalmente diferente, implicando em mudanças de personalidade; portanto, o objeto do analista é o comportamento. Assim, define “acomodação” apenas como uma dimensão da assimilação, para abordar os ajustamentos adquiridos que se transmitem socialmente, conforme definição original de Park e Burgess (Willems, 1946, p. 33). Emprega o conceito de aculturação conforme a padronização sugerida por Redfield, Linton e Herskovits (1936) – “os fenômenos resultantes do contato direto e contínuo entre grupos de indivíduos representantes de culturas diversas, e as subse-

qüentes mudanças nas configurações culturais de um ou de ambos os grupos” –, portanto trata-se de conceito complementar ao de assimilação ou uma de suas dimensões mais objetivas porque relacionada aos valores culturais (Willems, 1946, p. 37). Assim, introduziu o modelo antropológico de estudo da mudança cultural a partir do contato interétnico, aplicado metodologicamente para entender o fenômeno da absorção dos imigrantes no contexto do Estado-nação. Não aceitou inteiramente o postulado assimilacionista de Park e dos autores brasileiros identificados com Fairchild:⁸ o processo integrativo é bilateral, embora devam prevalecer os padrões do grupo dominante, isto é, a sociedade nacional.

Nessa perspectiva, Willems rejeita a idéia de *melting pot* na forma em que foi apropriada no Brasil, argumentando que o contato entre grupos diversos não envolve, necessariamente, caldeamento. Contrariou, de modo sutil, os pressupostos do nacionalismo, ao dizer que são processos de mudança sociocultural que não abrangem elementos biológicos. Sugeriu uma abordagem processual afirmando que ambos os conceitos (assimilação e aculturação) supõem contatos heterogêneos entre grupos distintos e, nesse caso, o fenômeno a ser analisado é o da mudança num dado sistema social. Desde o livro de 1940, distingue assimilação (“fusão cultural e, como tal, afiliação espiritual e afetiva”) de adaptação (mesológica) e amalgamação ou fusão (que designam “processos biológicos paralelos ou subseqüentes à assimilação”) precedidas pela aproximação e acomodação (Willems, 1940, pp. 15-16). De fato, o autor estabeleceu vastos parâmetros para o estudo da mudança sociocultural envolvendo imigração, inspirado menos na tese assimilacionista e muito mais na obra de Thomas e Znaniecki,⁹ dada a ênfase nos conflitos resultantes do confronto entre diferen-

tes tradições culturais, abordados através dos conceitos de “marginalidade” e “ambivalência de atitudes”. O conceito de minoria nacional desaparece, sendo privilegiado o de grupo marginal, que “consiste de emigrantes ou seus descendentes que vieram com a intenção de radicar-se no país” (*Idem*, p. 175).¹⁰

Ao optar por “grupo marginal”, Willems estava atento ao princípio da transitoriedade, isto é, àquela situação intermediária no contínuo do processo de assimilação dos imigrantes, na qual a comunidade étnica serve como uma espécie de refúgio, um insulamento cultural que priva as populações de ascendência germânica da oportunidade de participação num meio social mais amplo.

A questão da marginalidade é central no trabalho de Thomas e Znaniecki, mas eles deram atenção especial à organização dos grupos primários, principalmente à família, e a temas como o casamento, ambiente social, vida econômica e religiosa, etc., e a mudança social desde a Polônia – portanto, a imigração de camponeses poloneses para uma grande cidade norte-americana (Chicago) é analisada em suas várias dimensões, inclusive a formação de uma “comunidade polonesa-americana”. De certa forma, os textos de Willems têm alguma aproximação metodológica com essa perspectiva processual e de ênfase nos diferentes aspectos da organização social dos imigrantes e suas mudanças desde o país de origem. No entanto, apesar de enfatizar a relevância dos reajustamentos da personalidade, ele não trabalhou com trajetórias individuais – um assunto central no trabalho de Thomas e Znaniecki, que dedicaram a parte IV do seu estudo à edição comentada de uma *life record* (isto é, a história de vida de um imigrante) –, nem com a questão da delinquência juvenil (algo marcante numa grande cidade como Chicago e provavelmente pouco significativa no âmbi-

to da imigração alemã no Brasil). Por outro lado, realizou a pesquisa em plena vigência da campanha de nacionalização, que interferiu com certa violência na vida cotidiana da população teuto-brasileira com intenções assimilacionistas, mas só indiretamente se referiu a esse período de conflito, no prefácio do livro sobre a aculturação, ao dizer que “o clima político dos últimos anos não foi nada propício à realização de pesquisas dessa natureza” (Willems, 1946, p. 10). Apesar da distintividade cultural teuto-brasileira que motivou a intervenção do Estado (que também atingiu outros grupos de imigrantes), afastou-se da noção de colônia etnicamente diferenciada empregada por Thomas e Znaniecki, insistindo no seu caráter transitório.¹¹

Isso mostra a dificuldade de pensar sobre a pluralidade étnica e cultural, mesmo diante de um processo migratório de longa duração, iniciado em 1824, e do reconhecimento da especificidade teuto-brasileira. Alguns pontos interessantes emergem do modelo teórico empregado por Willems. Em primeiro lugar, assimilação e aculturação destacam-se como essencialidades, supondo sua irremediabilidade ou, no mínimo, sua inevitabilidade, dada a supremacia da sociedade nacional. Em segundo lugar, a noção de marginalidade como coisa provisória aponta para uma concepção hegemônica do Estado-nação e certamente deu margem à apropriação do texto de 1940 pelos formuladores de políticas públicas de nacionalização de décadas. Em terceiro lugar, a noção de grupo marginal deixou em plano secundário os fenômenos culturais que o próprio Willems considerou obstáculos à assimilação, conforme assinala de forma um tanto ambígua na conclusão do livro de 1940:

O insulamento cultural dos núcleos (coloniais) tornava simplesmente impossível a assimilação, facilitando, no entanto, a forma-

ção de traços culturais distintos e relativamente autônomos (Willems, 1940, p. 330).

Está suposta aí a idéia de comunalidade cultural, delimitando pertencimentos e exclusões num contexto nacional específico – limites socioculturais obstando o processo de assimilação. Os dados apresentados por Willems remetem o leitor para os processos de mudança sociocultural caracterizados pela aculturação, mas igualmente para as diferenças que distinguem os teuto-brasileiros, especialmente nas chamadas “regiões de colonização alemã”. Entre essas diferenças, deu certo destaque ao “linguajar” dos descendentes, portanto, à comunicação numa língua própria, distinta do *Hochdeutsch* (alto alemão), às especificidades da organização familiar e doméstica (apesar da existência de casamentos interétnicos, um indicador privilegiado da assimilação) e dos processos de trabalho, à distintividade religiosa (que não pode ser reduzida ao protestantismo), ao sistema educacional vigente até 1937 (no caso dos protestantes considerado uma tendência a transformar grupos marginais em minorias étnicas), ao embate entre *jus soli* e *jus sanguinis* (que levou os colonos a conciliar o étnico com o nacional); destacou, ainda, a importância da germanidade (*Deutschtum*) e seu uso pelas lideranças políticas e comunitárias teuto-brasileiras.

Diante das imponderabilidades simbólicas da idéia de *Deutschtum* e sua relevância na construção de uma identidade coletiva articulada ao processo migratório – que apontam para o conceito de grupo étnico elaborado por Weber (1991, pp. 267-277), segundo o qual os pertencimentos são aquilo que seus membros acreditam que devem ser,¹² e as diferenças culturais marcam e qualificam o grupo mas não são, necessariamente, sua causa – e mesmo falando nas “perdas que o patrimônio cultural dos imigrantes

alemães sofreu no Brasil”,¹³ Willems chegou à expressão “cultura híbrida” como indicador da cultura marginal teuto-brasileira e suas variações. Utilizando um grande volume de referências bibliográficas relativas à colonização alemã em diversos estados brasileiros, dimensionou a aculturação em seus vários aspectos, mas também encontrou os indicadores da diferença cultural demarcadora da etnicidade. E sua definição é bastante coerente, apesar do uso do conceito de aculturação, numa apropriação que denota mais a permutabilidade de culturas (mesmo supondo o predomínio de uma delas) do que o conceito de assimilação:

Se o conflito de lealdades fez do imigrante alemão, temporária ou definitivamente, um indivíduo marginal, o mesmo já não se pode afirmar do teuto-brasileiro que aprendeu, nas suas próprias comunidades, a reagir, de uma determinada maneira, às diversas influências culturais de que se acha rodeado. *É um dos característicos mais importantes da cultura teuto-brasileira que ela desenvolveu padrões suficientemente integrados para dirigir as reações individuais. O indivíduo encontra as definições da sua situação na cultura de seu grupo e essas definições lhe foram inculcadas desde a primeira infância* (Willems, 1946, p. 265, grifos do autor).

A “situação marginal”, portanto, é própria da primeira geração, os alemães, imigrantes, enquanto a população teuto-brasileira (os descendentes, já em processo de aculturação) tem uma cultura híbrida. Está implícito no texto o reconhecimento da “distância cultural” em relação aos brasileiros e aos imigrantes recém-chegados – supostos patrícios que, não obstante, eram estranhos. É mencionada a categoria de identificação *Neudeutscher* (alemão novo) para caracterizar o distanciamento cultural em relação à Ale-

manha e a própria especificidade da “cultura híbrida”. Referências a essa clivagem interna nas “colônias alemãs” aparecem em outros trabalhos que analisaram o contato interétnico na perspectiva da assimilação, caso do livro de Ursula Albersheim (1962), antropóloga que realizou um estudo de comunidade numa área do Vale do Itajaí colonizada pela Sociedade Colonizadora Hanseática no início do século XX. Alemão novo é uma categoria indicativa da distintividade cultural teuto-brasileira, presente também nas obras literárias (romances e contos) escritos em alemão por gente das colônias, que enfatizaram o conflito produzido pela convivência com os novos imigrantes.

A mesma perspectiva de distanciamento cultural aparece no estudo de Thales de Azevedo sobre a imigração italiana no Rio Grande do sul, publicado em 1975, sobretudo quando expõe os “dilemas da aculturação” diante dos princípios da *italianità* e dos discursos em defesa da herança cultural que procuram uma compatibilidade com a lealdade à pátria adotiva – uma idéia que ganhou alento à medida que a identidade e a integridade da “subcultura italiana” são ameaçadas de alteração pelo contato com os brasileiros (Azevedo, 1982, p. 260).

“Subcultura italiana”, “cultura híbrida teuto-brasileira” expressam as clivagens próprias das sociedades culturalmente plurais, quando está em jogo a construção do Estado-nação, e não são necessariamente incompatíveis com a proposição teórica da aculturação, conforme demonstram os dois autores. Ambos dão certa importância ao uso continuado da língua materna dos imigrantes – ainda que Willems, num julgamento de valor acerca das variações dialetais, desqualifique o “linguajar” anômalo teuto-brasileiro – e destacam as diferenças culturais produzidas no contexto que Azevedo (*Idem*, p. 244) denominou “complexo sócio-cultural e econômico-político da so-

cidade colonial” (um espaço compartilhado por diversos grupos imigrados, cada um cioso da sua cultura nacional).

Tais diferenças comportam as características socioculturais arroladas por Willems ao longo dos seus trabalhos, consideradas empecilhos à assimilação, e condenadas pelo princípio da nacionalidade vigente no Brasil que elegeu o português como única língua vernácula e a formação histórica herdada do colonizador português como a base cultural da nação, juntamente com a mestiçagem. O conflito foi inevitável, pois o recrudescimento do nacionalismo, durante o Estado Novo, coincidiu com um momento de afirmação das etnicidades alemã e italiana, em parte devido à pressão nacionalista que, desde o início da República, exigia a assimilação de imigrantes e descendentes. Isso provocou um contra-discurso anti-assimilacionista que partiu das lideranças comunitárias e políticas, em parte porque aquilo que Willems chamou de “insulamento” estava acabando – os brasileiros, afinal, chegaram às regiões de colonização e, com eles, uma intensificação do contato e, no sentido inverso, a mobilidade social ascendente e a mobilidade geográfica aproximaram os descendentes de imigrantes da sociedade nacional. De certa forma, Willems e Azevedo mencionam esse duplo movimento, mas não fizeram qualquer referência aos procedimentos forçados de assimilação que ocorreram entre 1937 e 1945.

A partir de materiais de arquivo e de uma bibliografia muito heterogênea e de sua vivência, como imigrante, no Vale do Itajaí, onde atuou como professor na década de 1930, Willems elaborou um amplo painel sobre a imigração alemã, procurando dados e exemplos nas áreas coloniais povoadas por esse grupo. Praticamente introduziu um modelo analítico baseado nos conceitos sociológicos norte-americanos de assimilação e

aculturação, cuja influência pode ser observada na obra de autores brasileiros ainda na década de 1940. É o caso da síntese realizada por Arthur Ramos na sua *Introdução à antropologia brasileira* (1947). Ao tratar dos “contatos raciais e culturais”, menciona a mesma bibliografia sobre assimilação e aculturação: além do próprio Willems, estão citados Park, Fairchild, Stonequist, Thomas e Znaniecki, Redfield, Linton e Herskovits – aparentemente, uma indicação de que a orientação teórica é a mesma. No entanto, esse não é o caso, pois parte substantiva do texto é dedicada à caracterização racial dos diferentes grupos negros, indígenas e imigrantes identificados no território nacional, e à miscigenação (portanto, o tema do “caldeamento” tem mais relevância do que os problemas de aculturação).

A partir de uma vasta literatura produzida pela antropologia física e referida a tipologias raciais, Ramos traça um perfil do tipo físico de cada grupo (no caso dos imigrantes) nacional – um equívoco bastante comum na vigência acadêmica do conceito de raça. Na parte sobre imigração, a não ser no caso dos portugueses, que têm um espaço bem maior no texto pelo seu papel de colonizadores, trata de cada grupo de imigrantes separadamente, dedicando-se, primeiro, à classificação como “tipo” biológico, remetendo, às vezes, ao paleolítico e seus fósseis,¹⁴ e depois à classificação lingüística e à descrição de alguns traços culturais característicos para, finalmente, apresentar dados, inclusive estatísticos, acerca da sua presença no Brasil.¹⁵ Na parte intitulada “As culturas europeias” foram incluídos os japoneses, argumentando que constituem um grupo “europeizado”, em processo de aculturação (Ramos, 1947, vol. 2, p. 557). Na última parte do segundo volume – “Os contatos raciais e culturais” – a mestiçagem é o principal assunto, com ampla digressão sobre as opiniões de diferentes

pensadores sociais e cientistas, para mostrar que o cruzamento interracial não produz degenerescência. Há, pois, um amplo espaço para os debates acerca do “problema racial” (que em Willems e nos teóricos norte-americanos da aculturação é residual), um tema ainda presente nos meios políticos e acadêmicos brasileiros na década de 1940, inclusive na discussão da política imigratória (Seyferth, 2002).¹⁶ Segundo Ramos (1947, vol. 2, p. 532) devem-se distinguir nos fenômenos da assimilação e da aculturação (conceitos às vezes apresentados em separado, às vezes como complementares) os seguintes aspectos: “adaptação e aclimação, isto é, o ajustamento ao meio geográfico e climático; a amalgamação ou assimilação biológica; a assimilação social ou assimilação propriamente dita; a assimilação cultural ou aculturação”. Entretanto, no capítulo dedicado a esses assuntos no contexto da imigração – considerado pelo autor um trabalho “introdutório” – a adaptação mesológica (ou aclimação nas regiões tropicais e subtropicais) e os indicadores de miscigenação obtidos na obra de Oliveira Vianna e Alfredo Ellis Junior ocupam muito mais o analista do que os indicadores socioculturais de integração à sociedade brasileira. Seguindo certos pressupostos comuns do nacionalismo assimilacionista, Arthur Ramos julga os grupos latinos mais assimiláveis, embora alerte para as “ideologias políticas”, que impõem novos obstáculos à “tarefa assimiladora e aculturativa” dos italianos.¹⁷

Na década de 1950, diversos autores estudaram a imigração como fenômeno de aculturação, na sua dimensão sociológica. Mas, em alguns casos, persistiu a temática da miscigenação percebida como um dos indicadores da assimilação, à qual se acrescentou a influência do meio físico, ou seja, aquilo que Willems (1946) chamou de “aculturação ergológica”, ou “aclimação” – a adaptação

dos imigrantes ao novo ambiente, com as conseqüentes transformações nos hábitos alimentares, habitação, vestuário, métodos de cultivo etc. As relações interétnicas estão subjacentes a essas discussões, e a palavra *etnia* aparece, às vezes, como sucedânea de nacionalidade. O ensaio de Wilson Martins, publicado em 1955 e reeditado em 1989, é um bom exemplo desse entendimento mais amplo – social, biológico e ambiental – da mudança cultural. Pode-se dizer que ele inverte a proposição assimilacionista, pois seu modelo analítico de aculturação procura demonstrar a influência dos imigrantes e suas respectivas culturas na formação do Paraná, dando a esse estado da federação uma brasilidade específica, de certa forma confrontada com a formulação regionalista de Gilberto Freyre.

A leitura do último parágrafo do livro é a melhor maneira de entender os argumentos de Martins:

Assim é o Paraná, território que, do ponto de vista sociológico, acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira [...] sua história é a de uma construção modesta e sólida e tão profundamente brasileira que pôde, sem alardes, impor o domínio de uma idéia nacional a tantas culturas antagônicas. E que pôde sobretudo, numa experiência magnífica, harmonizá-las entre si, num exemplo de fraternidade humana a que não ascendeu a própria Europa, de onde eles provieram. Assim é o Paraná. Terra que substituiu o sempre estéril heroísmo dos guerreiros pelo humilde e produtivo heroísmo do trabalho cotidiano e que agora, entre perturbado e feliz, se descobre a si mesma e começa, enfim, a se compreender (Martins, 1989, p. 446).

(isto é, contém proporcionalmente elementos portugueses, negros e indígenas). Portanto, é sob esse aspecto da diversidade étnica e das suas implicações sobre a identidade nacional que Martins diverge de Freyre: para ele, a nacionalidade é uma noção jurídica que não se confunde com etnia, termo que aplica aos grupos de imigrantes. Daí, o Paraná, com seu amálgama de etnias e culturas em processo mútuo de aculturação, e a assimilação em face do meio (físico, cultural, social) brasileiro, é tão brasileiro quanto o nordeste de Freyre.

As considerações de natureza nacionalista embutida no texto não comprometem o esforço de síntese empreendido por Wilson Martins e sua interpretação, do ponto de vista aculturativo, sobre a influência das culturas estrangeiras na configuração social do Paraná e sua integração com o processo de colonização do Brasil meridional.

Esse modo de destacar o pluralismo étnico e cultural nas abordagens baseadas no conceito de aculturação teve alguma continuidade na década seguinte, embora concentrados em grupos específicos, sendo raros os trabalhos que abordaram a imigração em geral, ou que dedicaram maior espaço à emigração. O principal motivo dessa mudança é a dificuldade de lidar com os processos de formação das etnicidades, inclusive em contextos migratórios, que abalaram as convicções acerca da eficácia analítica do conceito de assimilação diante da problemática dos sistemas interétnicos. Arthur Ramos (1947) já havia alertado para os equívocos da idéia de *meltingpot* como sinônimo para assimilação, e Willems (1946) recorreu à noção de cultura híbrida para dar conta das especificidades teuto-brasileiras. Por outro lado, aculturação é um conceito menos abrangente do que o de assimilação, mais flexível, envolvendo as mudanças das configurações culturais em todos os grupos envolvidos, confor-

me assinalado desde Willems (*Idem*, p. 21). A isso junta-se a ampla discussão sobre grupos minoritários após a Segunda Guerra Mundial, estimulada no âmbito acadêmico pelo trabalho de Wirth (1945), que deu destaque à questão do pluralismo. A palavra etnicidade (um neologismo) começou a ser usada por cientistas sociais no início da década de 1960, exatamente para criticar as teorias da assimilação que presumiram o desaparecimento dos grupos étnicos no contexto do Estado-nação moderno.²

No Brasil, o pluralismo cultural aparece como fenômeno politicamente correto, sobretudo em trabalhos de autores que realizaram pesquisas sobre a imigração sob os auspícios da Unesco, não obstante seu comprometimento com as teses da assimilação cultural.² Nesse caso, o pluralismo é aceitável na forma de relações equilibradas, conforme assinalou Diegues Junior (1964, pp. 364-365), a partir de Gilberto Freyre, para referir-se à preservação de valores culturais trazidos pelo imigrante no “processo transculturativo”.

O estudo de Diegues Junior (1964) é uma das poucas tentativas de abordagem do fenômeno migratório em seus aspectos mais gerais, embora centrado na temática desenvolvimentista da urbanização e da industrialização. Dividiu a imigração em três períodos históricos - dois no Império, 1808-1850 e 1850-1888, e um na República, 1888-1950 -, portanto os marcos divisórios são a extinção do tráfico de africanos e a Abolição, sendo o último o de maior significação estatística. Inicialmente, faz uma descrição geral do movimento migratório, com base em dados numéricos, incluindo os recenseamentos, fala rapidamente das experiências de colonização, da imigração urbana, da contribuição demográfica e das mudanças socioculturais. De fato, o objetivo maior desse estudo é analisar o papel dos imigrantes no processo de urbanização e industrialização do Brasil.

Ali não faltam menções ao pioneirismo nas áreas de colonização e ao desenvolvimento concomitante da indústria e das cidades; aceita a tese de senso comum nos trabalhos mais laudatórios produzidos pela historiografia local que atribui a industrialização à expressividade do trabalho artesanal, supondo, como tendência geral, que os ofícios dos artesãos e dos artífices se desenvolveram “para a constituição de um parque industrial mais largo” (*Idem*, p. 210). Essa explicação para a formação industrial é verdadeira apenas em parte (e tem a ver com as informações de Willems sobre a variedade profissional dos emigrados e com os dados acerca da abundância de pequenas empresas familiares de base artesanal em áreas de colonização); trabalhos posteriores mostraram que a base financeira que permitiu o desenvolvimento industrial no sul veio do comércio e muito poucos artesãos viram suas oficinas atingir um patamar industrial (cf. Roche, 1969; Seyferth, 1974).

A abordagem, que privilegiou a formação urbana (inclusive das capitais) e o desenvolvimento econômico, apresentando pontualmente a “contribuição” dos imigrantes, tem como complemento uma análise sobre assimilação cultural, e um capítulo final sobre pluralismo étnico e cultural. São questões intercambiáveis, na medida em que “nem o imigrante é inteiramente absorvido pela cultura nacional, nem mantém íntegras suas características culturais próprias” (Diegues Junior, 1964, p. 278). Daí falar em processo de assimilação cultural “mais pluralista” e, sobretudo, variado, pois ele se dá mais rapidamente em áreas urbanas (como São Paulo ou Rio de Janeiro) e é mais lento nas áreas rurais, onde os grupos ficaram isolados. No final, inspirado principalmente em Gilberto Freyre, afirma a receptividade e a solidariedade na convivência dos brasileiros com os imigrantes, produto da herança lusitana (e da for-

mação nacional) e consignado na legislação. Aproxima-se, portanto, de uma concepção mais nacionalista de assimilação dos estrangeiros, ressaltando as diferentes “contribuições”, mas, igualmente, o amalgama racial (“em ritmo lento ainda”), embora constata a diferenciação cultural sobretudo no sul do país. De fato, a cultura brasileira plural só é aceitável por esse autor “dentro da sua base lusitana” (*Idem*, p. 371), preferencialmente na forma de *melting pot*. Apesar dessa limitação metodológica, ainda vigente no pensamento social brasileiro naquela época, Diegues Junior faz uma contribuição de síntese bastante significativa para o entendimento do fenômeno imigratório no Brasil.

Os estudos de aculturação e assimilação foram comuns nas décadas de 1950, 1960 e 1970, com perspectivas teórico-metodológicas muito próximas às de Willems, procurando abordar o tema da integração sociocultural dos imigrantes e seus descendentes na sociedade brasileira, eventualmente destacando diferenças geracionais. Isso tem a ver com a análise empreendida por Thomas e Znaniecki – trabalho ainda citado nesse período – que destacou os conflitos entre a primeira geração de imigrantes, que procura salvar seus valores, língua materna e tradições nacionais, e a segunda geração, que é socializada no novo país, e tende a se afastar dessa tradição. A transformação dos valores e das atitudes individuais e suas conseqüências no âmbito dos grupos primários – especialmente a família –, assim como as perspectivas de mobilidade social que favorecem a aculturação e a assimilação, e as situações de conflito cultural envolvendo tanto as diferentes gerações de imigrantes como a sociedade abrangente, são assuntos comuns a vários autores, quase obrigatórios na medida em que a perspectiva culturalista abre espaço, também, para o estudo da mudança social e dos processos de absorção numa estrutura pluralista.

Willems e Diegues Junior já haviam introduzido a questão da ascensão social como motivadora da aculturação ou da assimilação. Ela vai aparecer, de forma preponderante, em diversos trabalhos articulados à perspectiva acima mencionada, seja no contexto de obras mais abrangentes, seja em artigos sobre temas específicos. Entre eles podem ser destacados artigos do próprio Willems (1944, 1948, 1951); de Egon Schaden (1956, 1957, 1973), que procurou comparar a aculturação de japoneses e alemães, tendo em vista mudanças de *status* social e a forma diferenciada de conflito interétnico; de Ruth C. L. Cardoso (1959), que abordou as associações juvenis de nisseis (a segunda geração de imigrantes japoneses) em São Paulo, destacando seu papel integrativo, sua importância no contexto da mobilidade social ascendente e sua atuação ante as mudanças impostas pela aculturação; o livro de Ursula Albersheim (1962), que possui um capítulo sobre a assimilação dos teuto-brasileiros numa comunidade localizada no Vale do Itajaí, no qual são delineados indicadores de identidade e relações conflituosas com os brasileiros; os livros de Altiva P. Balhana (1958), sobre a imigração italiana em Curitiba, e de Yukio Fuji e T. Lynn Smith (1959), sobre os japoneses no Brasil, inteiramente dedicados à temática assimilacionista em suas diferentes dimensões.

Essas são apenas algumas indicações da bibliografia mais ampla que aborda a imigração em seus múltiplos aspectos – o processo migratório desde o país de origem, a história da imigração no Brasil, a estrutura socioeconômica e a mobilidade social de grupos urbanos e rurais, aculturação etc. Um bom exemplo dessa multiplicidade de abordagens é a coletânea organizada por Hiroshi Saito e Takashi Mayeama (1973), que reúne artigos já publicados de dezessete autores que trataram da imigração japonesa, voltados para o

que atualmente denominamos relações interétnicas e que na época eram analisadas na perspectiva de assimilação, aculturação, absorção, aclimação, fixação, ou qualquer outro termo denotativo das transformações sociais e culturais produzidas pelo contato de imigrantes e descendentes com a sociedade nacional.

A mudança de orientação teórica é mais perceptível nas abordagens influenciadas pela obra de S. N. Eisenstadt (1954), que deu maior importância à socialização e à transformação dos valores dos grupos primários, mas observou que os processos de absorção dos imigrantes, ou a evolução de uma nova estrutura institucional, não são suficientes para obliterar as distinções grupais, desenvolvendo-se uma estrutura pluralista em que emergem identidades separadas. Nesse caso, chama a atenção para a coexistência dessa situação plural com a dinâmica da mudança social, com possibilidades integrativas e desintegrativas, característica do processo de absorção. Abrem-se, pois, para o imigrante papéis universais da sociedade receptora, mas também papéis especiais associados às particularidades do seu grupo, com possibilidades de conservar características estruturais distintas (cf. *Idem*, cap. I).

No Brasil, os trabalhos mais nitidamente influenciados por Eisenstadt são os de Francisca I. S. Vieira (1973), resultado de uma pesquisa sobre a imigração japonesa em Marília (SP), e de Henrique Rattner (1977), sobre a comunidade judaica de São Paulo.²² Vieira realizou sua pesquisa entre 1964 e 1966 na região da Alta Paulista, área classificada como frente de expansão no início do século XX, onde foram inseridos imigrantes japoneses. Produziu, como diz no prefácio, um trabalho monográfico preliminar, baseado no conceito de absorção utilizado por Eisenstadt, “onde os imigrantes são analisados como grupo e focaliza-se em especial a insti-

tucionalização do comportamento dos imigrantes e seus descendentes” (Vieira, 1973, p. 15). Isso implicou na análise da transformação dos grupos básicos (ou primários) e da extensão de sua participação nas principais esferas da sociedade mais ampla. Assim, a parte do livro referente às condições históricas da imigração japonesa (inclusive suas dimensões demográfica e política) e às características da inserção na frente de expansão do estado de São Paulo é muito breve, concentrando-se a análise no “grupo étnico japonês da cidade de Marília”.

O subtítulo da parte substantiva do livro é, pois, indicativo da reorientação produzida nos estudos de sistemas interétnicos na década de 1970, na qual se destacam (entre muitos outros) os trabalhos de Fredrik Barth e Abner Cohen publicados em 1969 e, no Brasil, um conjunto de ensaios de Roberto Cardoso de Oliveira (1976)²³ – em afinidade com a coletânea organizada por Barth –, em que a identidade étnica, o grupo étnico e o processo de articulação étnica são considerados as “dimensões mais estratégicas do fenômeno das relações interétnicas” (*Idem*, pp. XI-XII). Embora articulada à definição de Eisenstadt para absorção (mudança social com possibilidades integrativas e desintegrativas), Vieira (1973, pp. 73-74) focaliza a natureza e a composição do “grupo étnico japonês em Marília” para chegar ao processo de institucionalização do comportamento de imigrantes e descendentes. Destaca a categoria unívoca de identificação – japoneses – e sua oposição em relação aos brasileiros, partindo de uma definição de “grupo étnico” muito próxima à de Barth (1969). Associando as duas perspectivas de forma complementar, Vieira analisa o grupo identificado de forma mais geral por uma única designação – japônês –, as características culturais de distintividade, as diferenciações internas baseadas em

categorias geracionais e regionais, a distinção envolvendo indivíduos de diferentes etapas do processo imigratório, mas também aborda as transformações ocorridas principalmente na organização familiar (com ênfase nos casamentos interétnicos),²⁴ no sentido de desvendar os mecanismos de absorção. Como em outros trabalhos sobre a imigração japonesa, Vieira também estuda as associações, mostrando seu papel na manutenção da identidade étnica (operando como “agências étnicas formalizadas”), mas funcionando, igualmente, como canais de comunicação com a sociedade brasileira. Nesse sentido, aponta, rapidamente, para a emergência de lideranças étnicas – políticas e econômicas – após a Segunda Guerra Mundial e sua aproximação com os brasileiros, numa abordagem semelhante às de Willems e outros que consideraram as aspirações relativas à ascensão social um dos elementos determinantes do processo de assimilação ou absorção.²⁵

A mobilidade social ainda é assunto destacado no trabalho de Rattner (1977) sobre os judeus em São Paulo, mais fortemente inspirado na obra de Eisenstadt (1954), cujo referencial empírico são os imigrantes judeus em Israel. Na prática, o modelo analítico adotado é o mesmo desde Willems: entre as “condições da assimilação” destaca a urbanização, a industrialização, a inserção no sistema de ensino brasileiro – que abrem espaço para mudanças na posição social (“busca de *status*”); e o conflito geracional –, a segunda geração, nascida no Brasil, mais integrada à sociedade receptora, mostrando um comportamento “ambivalente” em relação à religião e à cultura judaica. A palavra “ambivalência”, tal como em Willems, serve para explicar a persistência de papéis e valores relacionados à pertinência étnica, concomitante com a assimilação. Rattner destaca a importância do pluralismo cultural que permite a participa-

ção do imigrante na sociedade receptora sem renúncia aos papéis próprios do grupo étnico. Por isso, enfrenta o problema da identidade judaica, junto com a noção de ambivalência, na sua dupla definição – interna à comunidade e baseada na pertinência religiosa, na “educação judaica” no lar, na frequência à sinagoga, clubes e associações, escolas e entidades assistenciais exclusivas etc.; e externa, segundo a qual (a partir de Sartre) judeu é aquele que os outros consideram um judeu. Por outro lado, apresenta, no mesmo contexto comunitário, os indícios de um *ethos* geral de aculturação e integração: a não observância, principalmente a partir da segunda geração, de todos os ritos religiosos, a quase ausência do uso do iídiche e do hebraico, casamentos mistos, pouca identificação ideológica com o sionismo. De certa forma, Rattner discute a primazia da religião para dizer que a identidade é pouco centrada na religião e configura-se muito mais na convivência nos espaços comunitários, numa certa concentração no espaço urbano (referência ao “bairro judaico”) e no comportamento diário no relacionamento com os membros da comunidade. Persistem, pois, os pressupostos comportamentais da ambivalência, segundo os quais as condutas individuais e coletivas estão divididas entre a integração à sociedade brasileira e o pertencimento ao grupo étnico. A relevância da identidade judaica deixa em segundo plano as noções de marginalidade e homem marginal (citadas no texto)²⁶ para observar o fenômeno que denominou

[...] processo de amalgamação de diferentes correntes imigratórias, à medida que a segunda geração, nascida e educada no País [...], mistura-se com seus pares, *s'fardim* com *achquenazim*, filhos de judeus da Alemanha com os de origem egípcia ou rumena, geralmente da mesma forma e com as mesmas aspirações (Rattner, 1977, p. 165).

O comprometimento com a idéia de aculturação ou absorção leva o autor a pensar esse fenômeno de formação de uma identidade cultural unívoca – a de judeu brasileiro –, discutida na forma de paradoxo ou ambivalência, para reportar-se, afinal, aos ditames socioeconômicos que impõem padrões de conduta compatíveis com a inserção na sociedade brasileira. Todavia, conclui que os judeus paulistanos, por seu estilo de vida, aspirações e formação, estão integrados à sociedade onde vivem, mas não são assimilados, mantendo uma identidade separada.

Os problemas relativos às identidades étnicas assinalados por Vieira e Rattner estão presentes nos estudos de maior abrangência temporal, relativos à colonização desde o século XIX, que deram alguma atenção aos problemas de aculturação e assimilação. A monografia antropológica de Thales de Azevedo (1982 [1975]) sobre a colonização italiana no Rio Grande do Sul é um bom exemplo.²⁷ Baseado em pesquisa documental e bibliográfica, e em entrevistas, Azevedo dá alguma atenção à política imigratória brasileira, aos fatores determinantes da emigração na Itália, assim como à travessia até a inserção numa colônia; procurou analisar o ajustamento do imigrante camponês no contexto colonial, sua adaptação ao meio, seu relacionamento com a sociedade nacional e os processos de aculturação, abrangendo “cem anos de regime colonial” (*Idem*, p. 273). Nesse tipo de abordagem, voltado para a colonização, a figura predominante é o colono, havendo pouca ou nenhuma menção à mobilidade espacial e à imigração em áreas urbanas, inclusive nas principais cidades que se desenvolveram a partir de núcleos coloniais.

Na priorização temática de Azevedo, a emigração (suas causas, inclusive as formas de aliciamento na Itália) é tratada superficialmente, dando maior atenção à expressão esta-

tística da imigração italiana no Brasil e às condições de recepção e do sistema colonial no Rio Grande do Sul, passando pelas vicissitudes dos colonos desde o porto de embarque até as regiões coloniais. Entre outros documentos, as cartas de imigrantes a seus familiares e amigos serviram para reconstituir a travessia, contando uma história de privações e sofrimentos – navios superlotados, falta de comida, doenças, mortalidade, longas caminhadas com o agravante da desorganização dos serviços de recepção e encaminhamento até os núcleos coloniais – e de decepção no enfrentamento da realidade. De fato, tais condições da emigração mostram fatos comuns a outras situações coloniais no sul do Brasil. As práticas de colonização, e suas consequências sociais e econômicas, foram objeto das sínteses realizadas por Waibel (1958) – que estabeleceu os princípios da colonização européia no sul, dando atenção à “paisagem cultural” criada pelos colonos e aos sistemas de exploração agrícola – e por Roche (1969) – que tratou da colonização alemã no Rio Grande do Sul e suas características socioculturais, chamando a atenção para as formas de exploração agrícola e sua evolução, para a mobilidade espacial dos colonos, que denominou “enxamagem”, e para o desenvolvimento da indústria em diversos centros urbanos surgidos nas zonas coloniais a partir da acumulação de capitais por comerciantes de produtos coloniais e do artesanato. A formação de um tipo de campesinato no contexto de povoamento próprio das regiões coloniais, e sua mudança social em face da industrialização, foi objeto de um trabalho realizado por mim no Vale do Itajaí (Seyferth, 1974). Afinal, é de camponeses que os autores acima citados, inclusive Azevedo, estão falando: colônia e colono são termos que identificam um pequeno produtor camponês que possui os meios de produção (inclusive a posse ou a propriedade da terra), desde o início do po-

voamento subordinados aos comerciantes, quase sempre também imigrantes, que monopolizaram a compra e a venda da produção colonial. Hoje, são categorias analíticas subsumidas na abrangência semântica da noção de “agricultura familiar”.

Azevedo realizou uma análise antropológica do “regime de colonização” (distribuição espacial dos colonos, formas de cultivo, organização do trabalho familiar, surgimento de associações recreativas e beneficentes, indicadores do sucesso do colono italiano, detalhes sobre a transmissão do patrimônio e da vida religiosa etc.), chamando a atenção para alguns aspectos da organização social, específicos da imigração italiana. Considero sua principal contribuição a relevância atribuída à capela como unidade básica de organização da sociedade rural formada em cada travessia ou linha colonial, desde os tempos pioneiros da colonização. E mostra seu papel na conformação das relações de vizinhança, sociabilidade, solidariedade e aglutinação da vida social, demarcadoras de uma “consciência de comunidade” (Azevedo, 1982, p. 196). Albersheim (1962) também referiu-se à essa forma de organização entre os alemães do Alto Vale do Itajaí: ali não existe a sociedade da capela estudada por Thales de Azevedo, mas surgiu o mesmo sentido comunitário entre habitantes de uma mesma linha colonial, com seus princípios de solidariedade e sociabilidade que podem ou não se relacionar a um espaço religioso (capela).²⁸

Na parte final do livro, Azevedo aborda a aculturação dos italianos e, principalmente, suas dificuldades diante da *italianità*. Não há um delineamento teórico da aculturação, talvez porque o objeto de estudo é a colonização, o universo rural produzido pela imigração italiana na região serrana do Rio Grande do Sul. Daí a aproximação com os trabalhos de Willems e Roche, ambos estudiosos da colonização alemã e, como Azeve-

do, aludiram à formação de culturas ou subculturas de raiz camponesa, diferenciadas no contexto brasileiro. Trata-se de mostrar como os imigrantes conservaram seus costumes e tradições e como estas foram modificadas na adaptação ao novo ambiente e no contato com a sociedade nacional. Na sope-sagem desses elementos, aparentemente contraditórios, evidenciam-se, antes, a importância da consciência de grupo e os significados, inclusive identitários, das diferenças culturais. Ao referir-se aos “dilemas da aculturação”, Azevedo (1982, cap. V) procurou mostrar o “caráter de defesa da herança cultural” da *italianità*, compatibilizada com a lealdade à pátria adotiva, e o papel das lideranças comunitárias, inclusive dos padres católicos, e das associações culturais e recreativas, na sua configuração e preservação. Pode-se dizer que não deu muita importância aos “problemas” de assimilação (embora relevasse essa perspectiva) e demonstrou que

A longo prazo e como expressão de uma consciência coletiva inclinada a consolidar um modo global de vida, a luta pela identidade étnica própria em face da sociedade nacional vem a ter uma função determinante na preservação de todo o complexo “colonial” numa continuidade estrutural que perdura por um século [...] (*Idem*, pp. 244-245).

Aí está a contribuição mais efetiva do autor: a partir de observações precisas sobre o mundo rural do colono italiano no Rio Grande do Sul – que remetem a uma identidade cultural própria no confronto com os brasileiros –, assinala a persistência do sistema colonial em suas múltiplas distintividades desde sua implantação, no último quartel do século XIX, até o momento da escrita da monografia, ajustado às mudanças “geradas na sua própria constituição intrínseca com a urbanização e a industrialização” (*Idem*, p. 273). As-

sim, apesar de mencionar a identidade étnica, não utiliza esse conceito; e, na demonstração conclusiva, afirma que as características da organização social e das instituições, bem como as expectativas éticas da cultura de origem, próprias da colônia italiana, impedem sua desintegração e absorção no processo de aculturação e assimilação.

A inserção de imigrantes italianos no meio rural brasileiro é objeto de outro trabalho antropológico importante, publicado por João Batista Borges Pereira (1974). Tem proximidade metodológica e teórica com a monografia de Thales de Azevedo: ambos trabalharam com a teoria da aculturação, analisando os processos de mudança sociocultural produzidos pelo contato interétnico, dando continuidade à tradição iniciada por Willems em 1940; por outro lado, não descuraram da dimensão social decorrente da situação colonial, pois os imigrantes italianos estão englobados na categoria *colono*, tema que, sob muitos aspectos, remete à uma condição camponesa.²⁹ O estudo de Borges Pereira tem um interesse adicional porque aborda a imigração italiana do pós-guerra (colonos que chegaram ao Brasil na década de 1960), quando a maioria das pesquisas de historiadores e cientistas sociais estavam voltadas para o período da grande imigração. Não concentrou-se, simplesmente, na caracterização sociocultural do grupo estudado; por meio de entrevistas, histórias de vida, observação participante, e do trabalho realizado junto aos estudantes (solicitação de composições sobre o próprio grupo, os brasileiros, a Itália e o Brasil) analisou as persistências, as mudanças da cultura e a visão de mundo desses imigrantes numa situação de contato com a sociedade/cultura brasileira, sem compromisso com a noção de grupo étnico – conceito nem sempre útil para a compreensão de contextos imigratórios e, no seu formato tradicional, criticado na antropologia desde a década de 1960 (cf. Barth, 1969).

Os livros de Azevedo, Borges Pereira, Vieira e Rattner e a coletânea sobre a imigração japonesa organizada por Saito e Mayema aqui destacados mostram que, na década de 1970, ainda predominavam os conceitos de aculturação e absorção (uma variante para assimilação) nos debates sobre a imigração no âmbito das ciências sociais. Mas é falacioso considerar esta abordagem teórica imprópria em face dos criticismos advindos dos conceitos de identidade e etnicidade que reconfiguraram as análises de contextos multiculturais ou multiétnicos. Aculturação e etnicidade não são fenômenos mutuamente excludentes, e o próprio Willems, mais de cinquenta anos atrás, percebeu a relevância da distintividade cultural teuto-brasileira e sua significação identitária, que subordinou ao conceito de *cultura híbrida*. Torna-se necessário lembrar que esses pesquisadores estavam mais interessados nos processos de mudança social e cultural que conduzem à integração do imigrante no país de acolhida, e menos preocupados com a pluralidade cultural e étnica do Estado-nação imigrantista e assimilacionista. Não ignoram a diferença cultural (contemplada na teoria da aculturação, que fala em mudança nas configurações culturais dos grupos em contato) e, de certa forma, demonstraram que o seguimento da aculturação (ou absorção) é concomitante, e às vezes até concorrente, ao processo de construção de identidades culturais separadas.³⁰

Dois aspectos importantes para a compreensão mais abrangente da imigração são tratados superficialmente na maioria dos trabalhos mencionados: a emigração e a persistência dos laços com o país de origem. O interesse maior pela inserção dos estrangeiros na sociedade brasileira restringe o fenômeno da emigração a um conjunto de motivações (quase sempre econômicas) para migrar. A ligação com o Estado de origem e a reemigração são, talvez, fatos irrelevantes

para os estudos que focalizam as correntes imigratórias anteriores à Segunda Guerra Mundial, embora a presença de agências e representantes dos países de emigração seja uma constante no Brasil desde o século XIX.

Nesse sentido, o livro de Constantino Ianni, publicado em 1963, é uma exceção. Aborda, numa perspectiva crítica, os interesses envolvidos na emigração de cidadãos italianos para as Américas (e, mais especificamente, para o Brasil), estando, pois, na contramão da corrente principal que se interessa pela imigração. Trata da política emigratória do Estado italiano, renunciando a uma perspectiva acadêmica³¹ para, numa atitude engajada, escrever um livro-denúncia, fundamentado em pesquisas documentais, estatísticas e junto a emigrantes, repatriados, agentes do estado etc., realizadas na década de 1950. Ianni parte de uma pergunta aparentemente óbvia: por que os italianos continuam emigrando mesmo passada a “emigração da fome” (Ianni, 1972, p. 13). A resposta vai ser procurada na política emigratória italiana e nos interesses das elites políticas e econômicas. Fora do contexto usual da pobreza, do desemprego, da concentração fundiária e outros fatores que motivam a emigração, Ianni refere-se a uma política do Estado voltada para a expatriação de cidadãos, reveladora da multidirecionalidade do fenômeno migratório que movimenta a economia italiana.

A análise de Ianni suscita muitas questões, mas quero destacar, especialmente, quatro pontos. Em primeiro lugar, vai além dos determinantes da ordem econômica para ressaltar o fato de a emigração ser um instrumento político na vida interna e nas relações internacionais da Itália. Mostra que certas políticas do Estado também produzem emigrantes, havendo interesse em mantê-los ligados ao país natal – como se formassem “colônias” no estrangeiro incluindo até mesmo os descendentes de imigrantes. Isso conduz ao segundo

ponto: a quem interessa a emigração? Aí entram em cena as elites políticas e econômicas, o próprio Estado, a igreja, o sistema financeiro, a parentela dos emigrados. Segundo Ianni, os principais beneficiados são as empresas de navegação (cuja propaganda chega até ao meio rural mais remoto), os intermediários que atuam nos municípios recrutando emigrantes, os favorecidos pelas remessas de dinheiro (especialmente parentes dos expatriados e entidades as mais diversas, sobretudo religiosas), os bancos, muitas vezes com interesses entrelaçados aos das empresas de navegação, que lucram com as remessas em dinheiro, e o próprio Estado, beneficiário da entrada de capitais que financiam o tesouro, as obras públicas e a própria expansão industrial, considerando, ainda, que as remessas alimentam o comércio interno e o intercâmbio com o exterior, e o próprio fundo de poupança nacional. Essas considerações são reforçadas pelos indicadores estatísticos: entre 1869 e 1962 cerca de 24 milhões de italianos emigraram, mas nem todos ficaram no estrangeiro (*Idem*, p. 93).³²

A terceira questão está contida no título do livro – *Homens sem paz* –, que remete ao peso emocional de ser emigrante ou à “consciência da paz perdida” em face dos duplos pertencimentos, sendo mencionados os distúrbios emocionais, os conflitos culturais, a desintegração da família (quando apenas os homens emigram), os suicídios, a indigência (ou rebaixamento da condição social); ou, então, os problemas do repatriamento quando a emigração produz poucos ricos e muitos malogrados que retornam com auxílio consular. De fato, o retorno raras vezes foi objeto de reflexão por parte dos estudiosos da imigração, apesar dos significativos índices de repatriados e reemigrados em todas as épocas.

Finalmente, a forma de apresentação dos dados permite perceber como o movimento

de pessoas desencadeado pela emigração mexe com toda a sociedade de origem, quando é mais comum pensar nas mudanças que a imigração acarreta nas sociedades de acolhida. Por isso, apesar da sua obviedade, não custa lembrar dessa dupla dimensão do fenômeno da imigração que, conforme assinalou Sayad (1998, p. 16), é um “fato social total”.

Numa justaposição dos termos Estado, nação, imigração, Sayad (*Idem*, p. 265) mostra que a “ordem da migração”, com seu duplo componente, a emigração e a imigração, está ligada a “duas ordens nacionais” relacionadas entre si. À parte a questão fundamental posta pela dupla condição do imigrante (e sua relação com a nação de origem e com aquela onde se fixou) e suas implicações, a observação de Sayad, apesar de axiomática, evidencia não só os paradoxos dessa identidade, mas também permite refletir acerca dos múltiplos interesses envolvendo as políticas migratórias nos dois extremos do contínuo. Sob esse aspecto, destaca-se a pesquisa, mais recente, de Célia Sakurai, que abordou a imigração japonesa no Brasil por meio da noção de “imigração tutelada”. Destacou a forma de aceitação dos japoneses no Brasil, que se concretizou no período anterior à Segunda Guerra Mundial, via sua inserção na agricultura, que permitiu uma identificação positiva do imigrante, apesar das diferenças culturais e das restrições de natureza racial expressadas por uma parte da elite nacional, caracterizada na contribuição ao desenvolvimento da policultura (portanto, o “sucesso” ajudou a construir uma imagem mais aceitável, superando em parte, os distanciamentos). Considerou essa imigração “tutelada” porque desde o início, em 1908, esteve amparada pela orientação, ajuda e gerência de representantes do governo japonês, e se estruturou “sobre uma cadeia de relações montada a partir do topo da estrutura estatal japonesa até chegar aos imigrantes no Brasil” (Sakurai, 1999, p. 202).

Considero essa abordagem temática importante porque aprofunda o estudo de certas particularidades de um processo migratório que esteve no centro do debate nacionalista da primeira metade do século XX, percebido quase sempre de modo negativo, dadas as concepções raciais e eugenistas envolvidas no ideário da formação do povo brasileiro. De certa forma, os trabalhos de Sakurai (1999, 2000) revelam como os ditames práticos e pragmáticos das políticas migratórias passam por cima das ideologias nacionalistas e mesmo dos ideais racistas. A despeito da restrição inicial à imigração asiática consignada pelo decreto 528, de 1890, e devido à explícita preferência pelos imigrantes europeus, o governo brasileiro revogou esse dispositivo em 1907, no momento inicial de retração dos fluxos europeus, em virtude dos interesses dos cafeicultores paulistas e dos programas de colonização e, igualmente, para estabelecer relações comerciais mais duradouras com o extremo oriente. É nesse contexto de interesses que a autora apresenta dados que configuram uma imigração dirigida, subsidiada e estimulada nos dois pólos do contínuo migratório – Brasil e Japão. Do lado brasileiro, a perspectiva de modernização é a principal motivação; no Japão, o crescimento demográfico pressionou a emigração, estimulada por empresas privadas e estatais, que produziram assentamentos de famílias japonesas no Brasil.

Ianni e Sakurai dimensionaram de modo mais sistemático o Estado emigrantista e sua atuação no curso dos processos migratórios, um tema que está mais em evidência no atual mundo globalizado, onde emergem Estados-nação transnacionais, mantenedores de políticas identitárias que ultrapassam as fronteiras internacionais.³³ Essa não é uma característica exclusiva da pós-modernidade, pois políticas de construção de identidades e de manutenção de certos laços primordiais existiram

também em contextos migratórios anteriores à Segunda Guerra Mundial, sempre associados aos interesses dos Estados emigrantistas ou de instituições e empresas particulares, conforme assinalaram Azevedo (1982) e Sakurai (2000).³⁴

A ampla visibilidade do fenômeno migratório em âmbito global e os índices significativos da emigração de brasileiros desde a década de 1980 aumentaram o interesse acadêmico pela imigração no Brasil. Imigração e imigrantes, do século XIX até o presente, são objetos de pesquisa de historiadores, antropólogos, sociólogos, demógrafos, geógrafos – cada disciplina com suas prioridades temáticas. No campo das ciências sociais, em particular da antropologia, a pluralidade étnica e a conseqüente formação de identidades culturalmente demarcadas são temas recorrentes que praticamente substituíram o modelo analítico baseado nos conceitos de aculturação e assimilação.

No seu artigo sobre os problemas de formação de novos Estados pós-coloniais, Geertz (1963) chamou a atenção para as dificuldades de ajustar sentimentos primordiais próprios das situações de pluralidade étnica e cultural a sentimentos civis e nacionais. Não utiliza o termo “grupo étnico”, mas está implícita na sua argumentação a noção de povos diferenciados, com identidades fundadas em pertencimentos primordiais, derivados de princípios como parentesco, raça, cultura, religião etc. – algo próximo da concepção de etnia –, dificultando a emergência da percepção (política) de cidadania. Na mesma época, Glazer e Moynihan (1963) abordaram as relações interétnicas em Nova York procurando mostrar que, mesmo passados quase quarenta anos desde a imigração em massa de europeus, o padrão étnico produzido por ela persiste, e atribuem essa persistência a uma tendência central no *ethos* norte-americano, que estrutura os imigrantes e

seus descendentes, assim como porto-riquenhos e negros (os dois outros grupos estudados) em grupos de diferentes *status* e características. Não descartam a assimilação e reafirmam o poder assimilacionista da sociedade e cultura norte-americanas, mas consideram *melting pot* apenas uma idéia antiga que não se realizou na prática.³⁵ Para eles, os grupos étnicos são formas de vida social em permanente renovação e transformação e são também motivados por interesses comuns, e a palavra etnicidade (um neologismo recém-dicionarizado) aparece para designar o caráter ou a qualidade do grupo étnico. O conceito foi aplicado a grupos de imigrantes e descendentes, e as virtudes teóricas da etnicidade seriam reafirmadas por ambos, sobretudo na sua dimensão política no contexto do Estado de bem-estar social, tendo em vista sua relevância como categoria social e sua visibilidade mundial (Glazer e Moynihan, 1975). Diante das virtualidades da noção de grupo étnico na antropologia, Barth (1969) problematizou-a, introduzindo a questão da identidade (étnica) apropriada como aspecto da organização social. Nesse caso, o ponto fundamental na análise proposta diz respeito à fronteira étnica culturalmente demarcada e socialmente construída na interação com os outros. Para ele, a identidade não é imutável, mas socialmente definida na ação recíproca que marca as relações interétnicas.

Os debates posteriores ora reificam, ora criticam esses posicionamentos mas, de um modo geral, a persistência e a relevância dos fenômenos abarcados pelas noções de etnicidade e grupo étnico, sua amplitude empírica na forma de diferenças culturais e sua ubiquidade, deixaram em segundo plano as problemáticas de integração e absorção contidas no modelo analítico de assimilação e aculturação. Essas novas reflexões teóricas repercutiram no Brasil e foram discutidas, inicialmente, por Cardoso de Oliveira

(1976) e, de modo mais incipiente, estão presentes em alguns trabalhos sobre a imigração, como os de Vieira (1973), Azevedo (1982) e Rattner (1977).

A pesquisa sobre a imigração alemã que realizei no Vale do Itajaí (SC), e que resultou na tese de doutorado defendida em 1976 na Universidade de São Paulo (depois publicada em 1981), seguiu essa orientação teórica para tratar da formação da identidade teuto-brasileira num contexto de colonização que o nacionalismo brasileiro, especialmente durante a campanha de nacionalização do Estado Novo, considerou problemático por causa das diferenças culturais e do uso cotidiano de uma língua estrangeira. O trabalho focaliza o desenvolvimento da noção de comunidade étnica (*Volksgemeinschaft*) e de identidade teuto-brasileira e sua transformação ao longo do tempo, a influência do nacionalismo alemão na sua configuração, os conflitos produzidos no confronto com o nacionalismo brasileiro e no contato com a população nacional, especialmente durante o Estado Novo, quando houve intervenção militar que atingiu as instituições comunitárias e restringiu as liberdades individuais. A pesquisa baseou-se em entrevistas, na historiografia local, nos materiais de arquivo, relativos às instituições comunitárias e associações, e na imprensa e literatura em língua alemã, principais veículos de divulgação da ideologia germanista. Tratando de concepções conflitantes de identidade étnica e nacional, a análise das categorias de identificação e os períodos de maior conflito tiveram espaço privilegiado num texto que procurou mostrar por que e como os critérios de pertencimento à “comunidade étnica” (no sentido dado por Weber, 1991) persistiram mesmo depois de décadas sem entradas significativas de novos imigrantes e no curso do processo de aculturação assinalado por Willems (1946).³⁶

A dissertação de mestrado de Maria Helena Beozzo de Lima, defendida no PPGAS do Museu Nacional em 1973 (não publicada), foi um dos primeiros trabalhos a dedicar maior atenção à formação da identidade étnica em contexto migratório. Trata-se de um estudo de base etnográfica realizado na Casa do Minho, Rio de Janeiro – “casa regional portuguesa” que concentra imigrantes naturais do norte de Portugal (oriundos do meio rural) e seus descendentes. Lima analisa a inserção deles na sociedade brasileira, as representações sobre a ascensão social, a elaboração da identidade de “português do Brasil” e suas manifestações num contexto associativo onde é celebrada a diferença cultural. Nesse sentido, aponta para o caráter simbólico da idéia de “comunidade de origem” atribuída à casa regional, e sua importância identitária que passa pela afirmação da superioridade de padrões e valores lusitanos em relação aos da sociedade brasileira – daí a expressão “missão herdada” (num certo sentido, percebida como a continuidade civilizatória do passado colonial), que compõe o título da dissertação. Na conclusão menciona uma questão não discutida no texto: a possível ligação entre a ideologia étnica dos “portugueses” da Casa do Minho e os interesses (no plano das relações internacionais) de Portugal.

Aí está um indicativo importante do papel do Estado-nação português na configuração identitária dos imigrantes, um processo que se tornou mais evidente com o fim do regime salazarista e a independência das colônias africanas em meados da década de 1970. A redefinição do papel do Estado-nação pós-colonial e a emergência de políticas de identidade para incluir os portugueses da diáspora, assim como as reconfigurações das semelhanças e das diferenças entre Portugal e Brasil, na conjuntura da globalização (com implicações nas representações identitárias) – enfim, o

problema da transnacionalidade que modifica a identidade nacional – são temas estudados por Bela Feldman-Bianco (2001, 2002), que também orientou duas dissertações de mestrado sobre a imigração portuguesa no Brasil voltadas para a questão da identidade. Douglas Mansur da Silva (2000) tratou da configuração político-identitária de um grupo de exilados anti-salazaristas estabelecidos na cidade de São Paulo e ligados ao jornal *Portugal Democrático*, no período entre 1956 e 1975; Eduardo Caetano da Silva (2003) analisou a dinâmica da identidade e a etnicidade traduzida pela expressão *portugalidade*, no contexto associativo de portugueses e descendentes em São Paulo. As implicações políticas e o jogo de poder envolvendo reconfigurações da identidade (cultural) são a principal contribuição desses trabalhos sobre a imigração portuguesa.

A relevância temática da etnicidade e seus aportes identitários vinculados à diferenciação cultural podem ser observados em diversos trabalhos publicados nos últimos vinte anos. Algumas pesquisas foram realizadas junto a grupos que receberam pouca atenção, talvez por causa da sua pequena visibilidade nas estatísticas imigratórias. É o caso da imigração judaica dirigida para áreas de colonização no sul do país, um tipo de localização aceito por ser uma imposição da política imigratória do Estado brasileiro, vinculada a projetos coloniais, mesmo diante de refugiados de origem urbana.³⁷ A experiência de inserção rural de um grupo de refugiados judeus oriundos da Alemanha nazista foi estudada por Ethel W. Kosminsky (1985), a partir de uma pesquisa realizada em Rolândia, no norte do Paraná. Seus resultados mostram, sem paradoxos aparentes pois trata-se de pessoas que estavam integradas na comunidade nacional alemã antes do nazismo convertê-las em indesejáveis, uma configuração identitária vinculada à cultura

alemã. Mais do que isso, à alta cultura, *Kultur*, com o enunciado da educação literária e artística, e que se agrega aos princípios mais gerais da identidade judaica.

Outro bom exemplo dessa forma de análise temática é o trabalho de Alcides Fernando Gussi (1997) sobre a construção e a reconstrução de uma identidade “americana” por parte dos descendentes de famílias confederadas que vieram para o interior de São Paulo (Santa Bárbara do Oeste e Americana) no século XIX. O autor realizou um bom trabalho etnográfico (inclusive dos eventos realizados num cemitério onde estão sepultados os antepassados), reconstruiu algumas trajetórias familiares e sua associação com a etnicidade e analisou um conjunto de dados relativos à família, participação política, vida econômica, ascensão social etc., numa interface entre história e antropologia também presente em outros estudos que tratam da questão da identidade na longa duração, especialmente no caso dos fluxos migratórios que remontam ao século XIX.

Antes da versão publicada, os dois trabalhos citados foram apresentados como dissertações de mestrado; fazem parte de um grande número de teses e dissertações defendidas nos dois últimos decênios, cujo objeto é a imigração no Brasil. As limitações de um artigo impedem uma avaliação precisa dessa produção acadêmica, em grande parte ainda inédita. Entre os trabalhos publicados, que abordaram, no todo ou em parte, a temática das relações interétnicas e da formação da identidade podem ser citados os de Arlene Renk (1997), Marcelo A. Ennes (2001) e Regina Weber (2002). Renk faz uma análise antropológica do confronto interétnico entre ervateiros caboclos e colonos italianos oriundos do Rio Grande do Sul e assentados no oeste de Santa Catarina, a partir da década de 1920, por empresas de colonização. No processo de ocupação do território, os erva-

teiros foram expropriados, ficando à margem das colônias e dedicados à atividade extrativa controlada por empresários de “origem” italiana. Na interface história-antropologia, Regina Weber estudou os trabalhadores fabris de Ijuí, uma “colônia mista” de imigrantes europeus situada no Rio Grande do Sul, no período inicial da industrialização (décadas de 1930/1940). Analisa a cultura operária desses imigrantes e descendentes (entre os quais predominam os alemães), sua participação nos sindicatos, na política local, e as relações interétnicas nas quais as fronteiras culturalmente demarcadas e socialmente acionadas separam a população “de origem” (européia) dos “brasileiros”. Ennes analisou a presença japonesa numa cidade do interior paulista a partir das relações sociais entre japoneses e não japoneses com um enfoque teórico um pouco diverso, pois apresenta a noção de “identidade inacabada” para repensar a dinâmica da “construção e desconstrução de identidades étnico-culturais” (Ennes, 2001, p. 16). Influenciado pela sociologia de Pierre Bourdieu, especialmente a noção de *habitus*, faz uma breve história da presença japonesa em Pereira Barreto para depois abordar as relações sociais, a inserção de nipo-brasileiros na estrutura social e o processo de trocas simbólicas e práticas usadas na construção da identidade. O trabalho está baseado em algumas fontes documentais e, principalmente, em relatos orais de pessoas cujas trajetórias instruem a análise.

Esses autores podem, eventualmente, buscar fundamentos teóricos diversos, mas têm procedimentos metodológicos comuns, além do fato de abordar, no todo ou em parte, a problemática interétnica. Pesquisaram grupos que entraram no Brasil antes da Segunda Guerra Mundial, quase sempre de inserção rural e associados ao desenvolvimento urbano posterior à imigração – fenômeno comum no processo de ocupação territorial

no sul do país. Ao recorrer à história do processo imigratório, inclusive para explicitar as persistências e as mudanças nas formulações das identidades e a mobilidade social, precisaram buscar dados em arquivos e usar técnicas próprias da história oral, que apelam ao conceito de memória e são diversas da história de vida antropológica e da noção de trajetória individual. Mas têm a peculiaridade de não fazer, propriamente, história da imigração, pois o interesse maior é o tempo presente, a não ser no caso estudado por Weber (2002). Daí, o principal fundamento metodológico é a entrevista e, por meio dela, a memória e as representações, inclusive sobre o passado. Um bom exemplo dessa utilização da entrevista é a tese de Maria Catarina C. Zanini (2002) – um estudo minucioso sobre a construção e a reconstrução da identidade italiana na região de Santa Maria (RS) que se apóia nas memórias dos descendentes acerca da “italianidade” e oferece um panorama dessa etnicidade vista do presente.

Os exemplos dados mostram a predominância temática dos processos de formação de identidades étnicas ou culturais e sua relevância no âmbito das relações sociais numa sociedade plural. Não é assunto exclusivo, e sua importância está relacionada aos particularismos culturais produzidos pela imigração, estranhos à formação de um Estado-nação ao mesmo tempo imigrantista e assimilacionista. Além disso, articula-se com a noção de etnia presente na idéia de *colônia*, com fronteiras culturais buscadas nas tradições nacionais de cada grupo. O termo colônia não exprime pertencimento étnico apenas entre imigrantes de inserção rural localizados em áreas de colonização, mas também aparece entre imigrante e descendentes estabelecidos nas grandes cidades, que até agora receberam pouca atenção – sobretudo os grupos com menor visibilidade estatística – excetuando a cidade de São Paulo. Sob esse aspecto, destacam-se

os trabalhos de Oswaldo Truzzi (1992, 1997) e Roberto Grün (1992) dedicados, respectivamente, aos sírios e libaneses e aos armênios em São Paulo. Além de tratarem das identidades e dos contornos culturais dessas “colônias”, assim como das mudanças que se produziram desde os inícios dos fluxos imigratórios, os autores abordaram a questão crucial da mobilidade social e seu papel integrativo interno e também na sociedade brasileira. Truzzi (1992) analisou o papel do comércio e da formação universitária de profissionais liberais no processo de ascensão social que facilitou a integração social de famílias mais abonadas – sucesso econômico que, em parte, ajudou a superar os estereótipos e os preconceitos vinculados pelos brasileiros à atribuição genérica da categoria “turco” aos oriundos do Oriente Médio. Essa abordagem foi ampliada no outro trabalho (Truzzi, 1997) que, além de mostrar a diferenciação interna da colônia, apresenta uma análise da emergência de lideranças e sua inserção política, um tema pouco usual assim como o capítulo dedicado à comparação com a imigração sírio-libanesa nos Estados Unidos. Grün (1992) deteve-se no que chamou de “especialização funcional” (atividades concentradas no segmento de calçados da economia) e na relação entre atividade econômica (empresas familiares) e os condicionantes culturais de uma identidade armênia.

Grün retomou o tema da identidade armênia num texto comparativo que mostra particularidades da constituição da comunidade judaica no Brasil, evidenciando o papel dos intelectuais judeus na estruturação de uma identidade comum, apropriada de forma individual e coletiva. O texto está incluído numa coletânea organizada por Bila Sorj (1997), dedicada aos temas do judaísmo, da identidade judaica e da integração dos judeus na sociedade nacional. Dentro dessa perspectiva temática, a coletânea apresenta textos de Bernardo Sorj, que procura analisar a dinâ-

mica da integração dos judeus tendo em vista o impacto limitado do anti-semitismo na sociedade brasileira; de Eva A. Blay, que aborda trajetórias de migração de famílias de judeus do norte da África para a Amazônia, apontando para processos concomitantes de integração social e preservação das instituições comunitárias (demarcadoras de uma identidade específica); a questão da identidade também está presente no trabalho de Bila Sorj sobre casamentos mistos e conversão ao judaísmo moderno no Brasil a partir de um estudo sobre a Federação Israelita do Rio de Janeiro, uma instituição representativa da comunidade judaica. Trabalhos como esses mostram que a formação e a persistência de identidades culturalmente diferenciadas em sociedades plurais – particularmente na pós-modernidade, que transformou o multiculturalismo em fenômeno politicamente correto (apesar dos discursos de exclusão que marcam a maioria dos nacionalismos) – não são incompatíveis com a integração nas sociedades nacionais.

Estes e os outros trabalhos citados que deram importância à questão das identidades apontam para a dinâmica social do fenômeno chamado etnicidade, que é contingente, variável ou, conforme observação de Smith (1986, p. 32), contém um paradoxo, uma vez que é, a um só tempo, mutável e persistente e seus símbolos são construídos e reconstruídos no curso da história. Por outro lado, a complexidade das formas de integração social e a ininterrupta reconstrução das diferenças culturais deixam em evidência as limitações dos modelos de assimilação e aculturação, fato que não diminui a relevância dos estudos sobre a imigração realizados com essa orientação teórica.

As múltiplas questões suscitadas pelo fenômeno imigratório trazem dificuldades para as análises de maior abrangência, como a realizada por Diégues Junior (1964), que

oferece dados gerais sobre os diversos grupos imigrados, procurando ressaltar a contribuição de cada um deles à cultura e à economia brasileira. Autores que trataram de grupos específicos utilizaram o mesmo formato analítico, caso de Franco Cenni (1975), que estudou a emigração italiana para vários estados brasileiros, fixando-se mais substantivamente nas particularidades culturais, sobretudo dos que se dirigiram para São Paulo, e a contribuição italiana para a alta cultura (literatura, arquitetura, teatro, pintura etc.). Algumas obras coletivas também possuem esse perfil, e reúnem textos apresentados em simpósios ou seminários por pesquisadores de diferentes disciplinas, alguns de caráter mais sociológico e outros descritivos, ou etnográficos, abordando um ou mais aspectos da vida cotidiana, das diferenças culturais, da colonização, da vida religiosa, da história de certas colônias etc. É o caso de várias publicações relacionadas às imigrações alemã e italiana, principalmente no Rio Grande do Sul, entre as quais podem ser citadas: os Colóquios de Estudos Teuto-brasileiros (o primeiro deles publicado em 1963); a coletânea sobre colonização alemã organizada por Müller (1980) com resultados do III Simpósio da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul; a coletânea também organizada por Müller (1994), que contém artigos sobre os impactos da campanha de nacionalização do Estado Novo apresentados no X Simpósio de História da Imigração e Colonização Alemãs; os três volumes organizados por Luiz A. De Boni (1987, 1990, 1996) sobre a “presença italiana no Brasil” – os dois primeiros contendo artigos apresentados em dois simpósios realizados em São Paulo e Vitória com patrocínio da Fondazione Giovanni Agnelli; e os *Anais* do I e II Fórum de Estudos Italo-brasileiros publicados em 1979, com o título *Imigração italiana: estudos*.³⁸ A amplitude temática da imigração e da colonização inclui,

também, estudos monográficos, voltados para um único núcleo, combinando dados históricos (quase sempre obtidos em arquivos locais) e resultados de trabalho de campo baseados em entrevistas com descendentes, referidos a imigrantes que chegaram antes da Segunda Guerra Mundial. Tratam, principalmente, da formação da comunidade, até o presente, embora não sejam, necessariamente, “estudos de comunidade” no sentido que esse termo tem na antropologia.³⁹ O livro de Chiyoko Mita (1999) é um exemplo dessa orientação metodológica: estuda o estabelecimento de uma colônia (agrícola) de imigrantes japoneses em Bastos (SP) pela Bratac, uma empresa colonizadora japonesa, dando atenção maior ao modelo de colonização ali implantado, à organização econômica e social e à crise produzida durante a guerra (e à reorganização da colônia após 1945). Outra vertente de análise privilegia a abordagem da colonização a partir das teorias do campesinato. É o caso da minha pesquisa sobre a colonização alemã no rio Itajaí-mirim (Seyferth, 1974), e do trabalho realizado por Arlene Renk (1997), que focaliza um meio rural na região oeste de Santa Catarina, onde os principais atores sociais são colonos de origem italiana e caboclos. Os mesmos atores são objeto da pesquisa de Neusa M.S. Bloemer (2000), desenvolvida nos campos de Lages (SC), numa área em que parte da população camponesa (composta principalmente de *italianos* e *caboclos*) está ameaçada de deslocamento em virtude da implantação de projetos hidrelétricos. Dada a relevância da situação interétnica produzida pela colonização, Renk e Bloemer também analisam a questão das identidades, na sua dupla dimensão camponesa e étnica.

Ainda dentro de uma perspectiva metodológica vinculada à antropologia inscrevem-se numerosos trabalhos sobre a diferenciação cultural produzida pela imigração no sul do

Brasil. Além da riqueza descritiva, também presente em artigos que compõem as coletâneas citadas e outras relativas a datas comemorativas, destacam-se trabalhos de estilo etnográfico, extremamente minuciosos, que contêm dados sobre a vida cotidiana, hábitos e costumes associados à colonização – no passado e no presente –, resultados de meticolosas pesquisas realizadas em diversas regiões coloniais. São textos despreocupados com referências teóricas que, além do valor etnográfico e do conhecimento empírico que proporcionam, são importantes fontes secundárias, úteis para outros pesquisadores. Seria por demais exaustivo dar conta de toda essa produção, mas devo destacar, especialmente, os numerosos resultados das etnografias de Rovílio Costa e Arlindo I. Battistel sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul, e de Telmo Lauro Muller sobre as “colônias alemãs”.⁴⁰

Até aqui, observou-se a infinidade temática da produção sociológica e antropológica relacionada à imigração no Brasil, especialmente aquela que remonta ao século XIX e primeira metade do século XX. Contudo, alguns assuntos ainda não foram suficientemente estudados por antropólogos e sociólogos: a imigração pós-Segunda Guerra Mundial, particularmente, a imigração latino-americana, mais recente – que também é imigração urbana; a imigração espanhola e portuguesa (cuja importância numérica é considerável) e os fluxos de pequena relevância estatística; a imigração que ocorreu, historicamente, fora das regiões sul e sudeste; as políticas migratórias, em geral mencionadas pontualmente em alguns trabalhos. Entre os estudos já publicados sobre os fluxos mais recentes, além do já citado texto de Borges Pereira (1974), voltado para um grupo italiano localizado no interior de São Paulo, destaca-se a dissertação de mestrado de Sidney Antônio da Silva, que estuda um grupo de imigrantes bolivianos que traba-

lham no ramo da costura na cidade de São Paulo, publicada em 1997. Num trabalho etnograficamente bem construído, analisa trajetórias, estratégias de sobrevivência, os problemas decorrentes da clandestinidade (externalizados na categoria “indocumentado”), os campos cultural e religioso recriados em São Paulo e sua significação identitária, a permanência e a mudança de valores em face das expectativas de mobilidade social.

Existem alguns trabalhos sobre grupos menos significativos em termos estatísticos. Hack (1959), por exemplo, realizou sua pesquisa em seis colônias holandesas localizadas no sul e em São Paulo, privilegiando diferentes aspectos da sua inserção econômica e social, as formas de assentamento, sua constituição como pequenos produtores familiares. Trata-se de um antropólogo trabalhando na interface com a geografia, disciplina que tem uma contribuição importante para os estudos da colonização estrangeira no Brasil.⁴¹ Menonitas, húngaros, ucranianos, suábios do Danúbio, entre outros grupos menos conhecidos que formaram colônias, principalmente no Paraná (a última fronteira da colonização do sul), receberam alguma atenção de historiadores e geógrafos, mas permanecem ignorados pelas ciências sociais.

Nesse universo menos evidente da imigração, Thaddeus Blanchette (2001) realizou uma pesquisa sobre norte-americanos e indivíduos de outras nacionalidades de língua inglesa que vivem e trabalham na cidade do Rio de Janeiro, aos quais nem sempre é atribuída uma identidade de imigrante, mas que de alguma forma se consideram expatriados – uma discussão que aponta para novas questões que surgem na esteira da globalização e da mobilidade geográfica.

O norte e o nordeste do Brasil também receberam imigrantes em diversas épocas; figuram, eventualmente, em historiografias, mas a literatura sobre eles é escassa. Destaca-

se, porém, o trabalho sobre os imigrantes espanhóis da Galícia (galegos) estabelecidos na Bahia (imigração iniciada na década de 1880) realizado por Jefferson Bacelar (1994) – mostrando seu papel no pequeno comércio em Salvador, a discriminação por serem estrangeiros e as dificuldades de integração, e a manutenção de uma identidade galega apesar da assimilação.

Finalmente, uma última referência à natureza interdisciplinar da imigração, evidenciada principalmente em coletâneas que reúnem trabalhos de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Duas publicações recentes sobre políticas migratórias, que contêm textos apresentados em seminários, são exemplares, oferecendo uma perspectiva histórica e comparativa. A primeira é resultado do Seminário sobre Migrações Internacionais (contribuição para políticas) convocado pela CNPD (Castro, 2001) e faz um balanço geral envolvendo experiências internacionais, as políticas migratórias no Brasil em perspectiva histórica, as questões relativas à exclusão, aos direitos humanos, ao mercado de trabalho para estrangeiros, aos novos imigrantes (como os africanos e os hispano-americanos), aos brasileiros no exterior etc. A segunda contém textos apresentados no Seminário Internacional “Políticas Migratórias”, realizado no Idesp (Sales e Sallés, 2002), focalizando tendências e políticas, passadas e presentes, da migração internacional na América Latina. Nos dois casos, a questão das políticas foi discutida por pesquisadores da área acadêmica com representantes de organizações governamentais e da sociedade civil.

A imigração na América Latina também é matéria do volume organizado por Boris Fausto (1999), que reúne trabalhos de historiadores, sociólogos e antropólogos sobre o tema da imigração em massa (historicamente localizada entre 1880 e o início da década de 1930) – apontando para as possibilidades

comparativas em âmbito interdisciplinar. Além das historiografias da imigração em diferentes países da América Latina, vários trabalhos abordam as trajetórias de grupos específicos, discernindo a dinâmica de construção das identidades culturais e a inserção na sociedade nacional. Por outro lado, no conjunto de trabalhos produzidos pelo Grupo de Estudos Migratórios do Idesp (que compõem a série Imigração publicada pela Editora Sumaré) destacam-se alguns temas pouco comuns: num volume coletivo (Fausto *et al.*, 1995), Boris Fausto, Oswaldo Truzzi, Roberto Grün e Célia Sakurai estudam diferentes aspectos da participação política de descendentes de imigrantes de várias etnias estabelecidas em São Paulo; Sakurai (1993) utiliza o romanceiro da imigração japonesa como fonte documental para o estudo de trajetórias, da família, da identidade e outras facetas do processo imigratório (procedimento que aparece também na crítica literária, mas com metodologia e teoria distintas); Salles (1997) traça o perfil e a inserção de médicos italianos em São Paulo, objetivando uma análise da experiência socioprofissional desse grupo; e Araújo (2000) analisa a formação da etnicidade italiana em São Paulo a partir da vinculação a uma associação esportiva⁴² (o clube de futebol Palestina).

Estas breves observações sobre uma parte da produção acadêmica dedicada à imigração no Brasil, necessariamente limitadas, apontam para as múltiplas possibilidades de pensar os fenômenos migratórios. As principais formulações teóricas surgidas na primeira metade do século passado procuraram dar conta da totalidade que abrange a emigração e a imigração em suas múltiplas dimensões – coletiva e social, individual e comportamental –, dando maior ênfase aos processos de inserção dos estrangeiros (e seus descendentes) na sociedade nacional receptora e aos

conflitos decorrentes dessa situação. Essa noção de totalidade está presente desde o trabalho de Thomas e Znaniecki, segundo o qual os processos de mudança envolvendo a emigração de poloneses para uma cidade dos Estados Unidos só podem ser entendidos a partir da compreensão da sociedade nacional de origem e dos problemas resultantes da integração de camponeses numa outra sociedade nacional (urbana) – numa abordagem multidisciplinar que procurou unificar metodologias da psicologia social e da sociologia. As teorias de assimilação e aculturação seguiram caminho semelhante, dando maior atenção às mudanças sociais e culturais e a seus aspectos integrativos no sentido da absorção dos imigrantes na nova sociedade, sobretudo a partir da segunda geração. Elas tiveram influência preponderante na maioria dos estudos sobre a imigração no Brasil, realizados por cientistas sociais, até o início da década de 1970 – particularmente após a publicação do primeiro livro de Emílio Willems. Os trabalhos mais recentes que usaram o modelo de aculturação, publicados na década de 1970, já indicam mudança de orientação ao abordar questões relativas à diferenciação cultural e à identidade étnica, aliás, percebidas desde que Willems apelou para a noção de “cultura híbrida”. De fato, nessas abordagens perde-se um pouco a contradição fundamental produzida pela imigração em massa de diferentes nacionalidades no âmbito do Estado-nação assimilacionista: a pluralidade cultural opõe-se aos pressupostos de homogeneidade do princípio de nacionalidade, ainda que este faça algumas concessões às influências estranhas à formação nacional. Willems usou a noção de “cultura híbrida” para referir-se aos antagonismos étnicos abarcados pela idéia de “marginalidade” – o hibridismo supõe uma combinação de ele-

mentos tomados de duas ou mais culturas, implícita no próprio conceito de aculturação. Na verdade, o processo imigratório associado à ocupação territorial, particularmente no sul do país, produziu uma pluralidade cultural vinculada à colonização, da qual compartilharam diferentes nacionalidades européias, e a adjetivação utilizada por Willems é uma solução para falar dos elementos constitutivos da cultura teuto-brasileira.

Enfim, os que trabalharam com esses conceitos perceberam que eles não davam conta de aspectos importantes da imigração, sobretudo os que apontavam para a conformação das diferenças sociais e culturais, refletidas na construção de identidades singulares. Trata-se, fundamentalmente, do estado provisório que define a imigração e da situação duradoura, de fato, que o caracteriza, conforme observação de Sayad, que conduz à contradição constitutiva da condição do imigrante: ser ignorada como provisória e não se confessar como definitiva (Sayad, 1998, p. 45). Por isso mesmo, a etnicidade tornou-se objeto tão evidente nas análises mais recentes, mesmo aquelas que enfocam a imigração em massa, situada na longa duração. Mas não é um tema exclusivo, pois a construção das identidades só pode ser compreendida por seus referentes sociais e culturais e pela alteridade configurada por fronteiras intergrupais. Há, também, uma continuidade temática em relação aos primeiros trabalhos e esta diz respeito às questões de integração, inserção econômica e mobilidade social, e da conformação das especificidades culturais e sociais. Nos

estudos antropológicos sobre etnias ou grupos específicos prevaleceu, igualmente, a análise etnográfica.

A complementaridade entre emigração e imigração, por outro lado, chama a atenção para a importância do ponto de partida do imigrante – parte da totalidade acima referida e quase sempre tangenciado. Isto é particularmente importante porque os laços com a sociedade de origem permanecem, às vezes por muitas gerações, e existe, igualmente, a interferência dos Estados-nação que produzem emigrantes – situação presente nos contextos da imigração em massa e, sobretudo, evidenciada hoje pelo transnacionalismo e pela intensidade das reconfigurações de identidade na globalização.

Por fim, deve ser lembrado que, além de uma certa continuidade temática e metodológica, os objetos privilegiados ainda são a imigração associada à ocupação territorial (isto é, à colonização) e os fluxos anteriores à Segunda Guerra Mundial. Já existem estudos sobre a inserção urbana, inclusive de imigrantes que chegaram nas duas últimas décadas; mas os deslocamentos internos (inclusive no contexto da grande imigração), que conduziram contingentes significativos de imigrantes e descendentes assentados em colônias para centros urbanos, não receberam maior atenção dos pesquisadores. Tema interdisciplinar, fenômeno que interfere na sociedade inteira, a imigração é, por sua natureza, multifária, dificultando sua apreensão como totalidade pretendida por alguns postulados teóricos.

Notas

1. Uma das publicações mais antigas é a *Memória* do representante diplomático do Brasil em Berlim, o Visconde de Abrantes, datada de 1846 – um período de ampla discussão sobre subsídios e formas de acesso à terra no regime de colonização estrangeira (Abran-

tes, 1941). Merecem destaque, entre outros, a *Memória* escrita por A. C. Tavares Bastos em 1867 (Bastos, 1976), o livro do político fluminense Augusto de Carvalho (1874), o relatório apresentado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas pelo Conselheiro João Cardoso de Menezes e Souza (1875), o livro de Domingos Jaguaribe (1878) e, no início do século XX, o trabalho organizado por Joaquim da Silva Rocha, da Diretoria do Serviço de Povoamento, para o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, publicado em 1918.

2. Os textos mais polêmicos estão relacionados com a imigração alemã. Ver, por exemplo, Blumenau (1850, 1851); Doerffel (1865); Ferraz (1859); Jannasch (1905), Decker (1926).
3. Nos dois eventos, as partes sobre imigração são de autoria de Mattoso Maia (Filadelfia) e Eduardo da Silva Prado (Paris) [ver Brasil, 1876; Nery, 1889].
4. Ver, por exemplo, Seidler (1951), Tschudi (1866-1869), Canstatt (1877), Ribeyrolles (s/d), Avé-Lallement (1953), Bertarelli (1914).
5. Sobre a discussão do “abrasileiramento” no contexto da campanha de nacionalização, ver Seyferth (1997, 1999).
6. Freyre discute a imigração, de forma residual, em outros trabalhos, mas é no opúsculo intitulado “Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira” que ele se posiciona contra as distinções étnicas, sobretudo o “enquistamento” germânico nas regiões coloniais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (Freyre, 1940).
7. Park chamou de assimilação os “processos pelos quais povos de diversas origens raciais e diferentes heranças culturais, ocupando um território comum, adquirem uma solidariedade cultural suficiente para sustentar uma existência nacional” (1937, p. 281). Mas ao considerar a diferenciação racial um obstáculo a esse processo, o conceito de assimilação ficou restrito aos estudos sobre a integração dos imigrantes europeus à sociedade norte-americana, e a própria idéia de americanização deu destaque à rapidez com que se adaptam ao modo de vida próprio do país de acolhida.
8. A assimilação, segundo Fairchild (1933), supõe um processo de desnacionalização do imigrante, que precede a adoção da nacionalidade e dos valores do país de acolhida – o que explica sua utilização por autores brasileiros que ajudaram a formular a campanha de nacionalização na década de 1930.
9. O estudo sobre os poloneses não se baseou no conceito de assimilação. À parte as noções de atitudes e valores oriundas da psicologia social, que marcam essa obra (e tem relação com o desenvolvimento/transformação da personalidade), ela foi definida como um estudo de mudança social no curso de um processo migratório, por meio da temática da desorganização e reorganização social (cf. Thomas e Znaniecki, 1974).
10. Segundo Willems, o conceito de minoria nacional é incompatível com a idéia de assimilação porque ela “tem a sua vida social e cultural consolidada e definida, seja por um processo de estancamento de marginalidade, seja pela segregação ou insulamento cultural completo” (1940, p. 175).

11. A definição da “colônia polonesa-americana” aponta para um sistema social caracterizado por instituições recreativas, escolares e de ajuda mútua, e por uma organização econômica, religiosa e moral específicas (cf. Thomas e Znaniecki, 1974, pp. 1.510-1.574).
12. O enunciado da germanidade contém os pressupostos da primordialidade destacados por Weber – crença na mesma origem ou raça e sentimentos de vida em comum. Geertz (1963) também assinalou o papel da cultura na definição dos pertencimentos primordiais, pois laços de sangue, língua, cultura, raça etc. são vistos pelos atores sociais como naturais, inefáveis, obrigatórios. Geertz procurou mostrar como isso dificultava a formação de novos Estados nacionais; Willems afirmou que a ambivalência produzida pelo contato entre grupos culturais distintos dificultava o processo de aculturação.
13. Willems (1946, cap. IV). A expressão usada é “desnivelamento cultural”, em parte associado à mobilidade espacial dos colonos e aos padrões da agricultura extensiva praticada no contexto da colonização estrangeira e sua conseqüente ligação com a “cultura cabocla”. Alguns anos depois, esse pressuposto de retrocesso (econômico/cultural), chamado “caboclicização”, seria referendado pelo geógrafo Leo Waibel (1958) e por autores brasileiros como Wilson Martins (1989).
14. No capítulo sobre o “grupo alemão”, por exemplo, retrocede ao Pleistoceno para falar dos homens de Heidelberg e Neanderthal, até chegar às invasões nórdicas (no final da Antigüidade) e aos “tipos” modernos que estariam representados na Alemanha – as “raças” alpina, dinária, nórdica etc. É uma forma de mostrar a variedade tipológica, sem fazer hierarquizações, no contexto dos “brancos” (nesse caso, não é a cor da pele o indicador preponderante) (Ramos, 1947, vol. 2, pp. 182-190).
15. A análise realizada por Arthur Ramos define-se nos preceitos de uma antropologia geral que, além da cultura, inclui o estudo lingüístico e morfológico dos diversos grupos humanos e os contatos raciais e culturais e suas conseqüências, entre elas a miscigenação e a aculturação.
16. Ver, por exemplo, o já citado livro de Oliveira Vianna (1932) e o trabalho de Arthur Hehl Neiva (1944) apresentado ao Conselho de Imigração e Colonização. Ambos trataram a imigração como “questão racial”.
17. O mesmo referencial aparece quando, seguindo os textos de Willems, Ramos tece observação sobre a assimilação entre os alemães. “Ideologia política” e “propaganda organizada” (Ramos, 1947, vol. 2, pp. 551, 555), respectivamente para italianos e alemães, são alusões indiretas à presença facista e nazista no Brasil.
18. O despreparo para o trabalho agrícola (característica dos imigrantes oriundos de áreas urbanas ou que tinham outra profissão), a precariedade dos assentamentos (um problema existente desde os primórdios da colonização), a má localização (por falta de infra-estrutura – estradas, mercados etc.), a insistência em formar colônias mistas (com “nativos”, para atender a nacionalização) são consideradas causas do fracasso de alguns empreendimentos. Há uma concordância com Leo Waibel (1958), geógrafo que apresentou a unidade étnica como condição do sucesso de uma colônia (cf. Martins, 1989, pp. 114-124). Martins re-

fere-se também aos “aspectos deploráveis” da influência nativa sobre o estrangeiro, compartilhando com Waibel e Willems a idéia do desnivelamento cultural e “acaboclamento” de muitos colonos (*Idem*, p. 191), mas externaliza muito mais o pressuposto da inferioridade cultural dos caboclos, usando a palavra *nativo* como sinônimo de brasileiro.

19. Esse posicionamento de Freyre recusa a diferenciação étnica para fixar-se nas possíveis contribuições culturais da imigração que não põem em risco a brasilidade equilibrada, nem a hegemonia da língua nacional (cf. Freyre, 1940, 1941).
20. Numa análise crítica em relação aos conceitos de *melting pot* e de assimilação, Glazer e Moynihan (1963) usaram etnicidade como indicador para importantes grupos sociais, num estudo sobre os “grupos étnicos de Nova York”.
21. É, praticamente, palavra-chave para aculturação, supondo influências culturais mútuas, mas sempre com predominância da cultura nacional. Arthur Hehl Neiva e Manuel Diegues Junior participaram da Conferência sobre Assimilação Cultural dos Imigrantes, realizada com patrocínio da Unesco em Havana, Cuba, 1956 (cf. Neiva e Diegues Junior, 1956). Diegues Junior também produziu um relatório sobre esse assunto para a Unesco, juntamente com Fernando Bastos de Ávila, destinado a organizações governamentais. Este último autor também publicou um livro sobre imigração no Brasil (Ávila, 1956).
22. Essa influência, porém, não é única: os trabalhos clássicos de Thomas e Znaniecki, Wirth e Willems estão presentes no estudo realizado por Vieira; e a tese de Stonequist sobre marginalidade foi utilizada por Rattner.
23. O ensaio em que Cardoso de Oliveira apresenta o posicionamento de Barth acerca de grupo étnico e identidade étnica foi publicado anteriormente na *Revista América Indígena*, XXXI (4), 1971.
24. A ênfase na família, ou nos “grupos primários”, está em conformidade com a maioria dos estudos dessa natureza, desde Thomas e Znaniecki. As estatísticas sobre casamentos com pessoas que não pertencem à “comunidade” ou “colônia” (termos comumente empregados para configurar as fronteiras da etnia) são consideradas um dos indicadores do processo de absorção, embora o estudo de Vieira (1973, cap. VII) aponte para conflitos relacionados aos “casamentos mistos”.
25. Sobre a vinculação entre assimilação e mobilidade social, ver a coletânea organizada por Saito e Maeyama (1973).
26. A base teórica vem de Stonequist, Eisenstadt e outros autores que discutiram a “marginalidade sociocultural” como decorrência da posição do indivíduo imigrante de primeira ou segunda geração entre duas culturas e de suas implicações na desorganização da personalidade (ver Rattner, 1977, pp. 96-109).
27. Até a década de 1970, alguns estudos sobre imigração e colonização alemã no sul do Brasil, inclusive de geógrafos, deram algum espaço para os “problemas de aculturação e assimilação” (ver Leo Waibel, 1958; Ursula Albersheim, 1962; Jean Roche, 1969).

28. Esta organização tem relação com a distribuição dos lotes coloniais, demarcados em linhas e travessões perpendiculares a elas, em geral acompanhando os cursos d'água. Capela e pequenas casas de comércio surgiram nas confluências, tornando-se lugares de encontro dos seus povoadores (ver Roche, 1969; Seyferth, 1990).
29. A migração é um fenômeno social multidirecional, característico do campesinato, e não está limitada a um movimento rural-urbano, como demonstraram Kearney (1996) e Sayad (1998).
30. Essa percepção é particularmente enfatizada quando entra em cena a segunda geração (brasileiros segundo o *jus soli*) e os conflitos decorrentes da integração na sociedade brasileira (cf. Vieira, 1973; Rattner, 1977).
31. Diz Ianni: “Renunciamos deliberadamente à possibilidade de escrever um livro acadêmico [...]. O autor não é neutro: sente-se identificado com os emigrantes e seus interesses. Isso talvez baste para explicar o caráter polêmico deste trabalho” (1972, p. 10). O olhar jornalístico do autor, porém, não torna menos efetiva sua acurada análise sociológica.
32. Essa questão é mencionada porque o movimento de retorno é tão significativo do fenômeno migratório quanto o de saída; e deve ser considerada também a emigração temporária (que também injeta recursos com o retorno dos expatriados). Ianni usa a categoria “expatriado” para referir-se ao emigrante tendo em vista a idéia de “emigração forçada” ou coação associada às políticas e aos constrangimentos que induzem as saídas.
33. Fenômeno associado ao capitalismo global, o Estado-nação transnacional deu prerrogativa a um novo nacionalismo primordialista, enfatizando o “direito” dos imigrantes e dos descendentes à identidade nacional. As implicações de ordem política, econômica e social decorrentes da apropriação dessa identidade transnacional tem sido analisadas por diversos autores (ver, especialmente, Schiller, Basch e Szanton-Blanc, 1992; Schiller e Fouron, 2000; Feldman-Bianco, 2002).
34. Foram várias as formas de intervenção junto às comunidades de imigrantes no Brasil que contribuíram para as construções de identidades diferenciadas: a propaganda nacionalista por meios escritos ou não, as atuações consulares e de representações de associações ou organizações de apoio aos emigrantes, suporte financeiro e material didático para as escolas comunitárias, incentivando o aprendizado da “língua materna” etc., além da notória presença política de representantes do nazismo e do fascismo que ajudou (mas não foi causa exclusiva) a desenvolver a campanha de nacionalização (cf. Seyferth, 1999).
35. O livro de 1963 é uma resposta às teorias da assimilação na versão de *melting pot* com seu suposto igualitarismo contido na noção de “americanização”. Para Glazer e Moynihan, o “americano” em abstrato não existe; existem negros, judeus, italianos, irlandeses etc., e o *old stock* (os WASP – anglo-saxões brancos e protestantes).
36. A questão da identidade étnica teuto-brasileira foi retomada em trabalhos posteriores, alguns deles comparativos (ver, por exemplo, Seyferth, 1990, 1999).
37. A articulação legal entre colonização e imigração persistiu até depois da Segunda Guerra Mundial: os preferidos eram aqueles que tinham como destino um núcleo colonial, o que

explica a inserção rural de refugiados e outros imigrantes de origem urbana. Houve o assentamento de judeus em colônias no Rio Grande do Sul, com posterior deslocamento para cidades maiores. A experiência de localização de judeus no meio rural, no contexto de uma proposta filosemita de integração na modernidade patrocinada pela Jewish Colonization Association, foi analisada num artigo de Bila Sorj, que aponta para os problemas de adaptação ao regime de colonização (ver Sorj, 1997).

38. Os livros citados são apenas uma pequena amostra de um amplo universo de publicações de editoras do Rio Grande do Sul, voltadas para a imigração, surgidas nas três últimas décadas. A coletânea organizada por De Boni (1990), por exemplo, é o volume de nº 100 da Coleção Imigração Italiana publicada pela Editora da Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, de Porto Alegre. Além desta, outras editoras, sobretudo ligadas a universidades (como a Universidade de Caxias do Sul, a Unisinos – São Leopoldo – e a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – Ijuí), têm publicado resultados de pesquisas, principalmente na área de história, mas também das áreas de sociologia e antropologia, assim como textos produzidos por imigrantes, voltados para a imigração e a colonização no sul.
39. Um bom exemplo de estudo de comunidade, realizado em área de colonização alemã, é o já citado trabalho de Ursula Albersheim (1962).
40. Ver, por exemplo, Costa e Battistel (1982, 1983a/b), Battistel e Costa (2000), Müller (1981). O grande painel sobre a vida dos colonos italianos, em três volumes, de Costa e Battistel (1982, 1983a, 1983b), é completado por um quarto volume no qual Júlio Posenato estuda a arquitetura das colônias (Posenato, 1983). A importância da atuação de Rovílio Costa, como pesquisador e editor, pode ser avaliada pelo volume em sua homenagem organizado por Antônio Suliani (2001), intitulado *Etnias & carisma*: são quase cem artigos (mais de mil páginas), boa parte dos quais relacionados à imigração.
41. Grande parte das pesquisas sobre a colonização e a imigração no sul do Brasil, realizadas por antropólogos e sociólogos, foram influenciadas pelos trabalhos de dois geógrafos – Waibel (1958) e Roche (1969).
42. Muitos autores que estudaram a imigração japonesa fazem referências ao papel aglutinador das associações (cf. Cardoso, 1959; Vieira, 1973), mas são raros os estudos de maior abrangência sobre o tema. A revista publicada pelo Centro de Estudos Migratórios/SP dedicou um número às associações (ver *Travessia*, 34, maio-ago. 1999); na sua dissertação de mestrado, Marina Michahelles, trabalhando na interface história/antropologia, fez um estudo sobre a identidade teuto-brasileira a partir da Sociedade *Germania* do Rio de Janeiro – a mais antiga associação étnica no Brasil, fundada em 1821 (Michahelles, 2003).

Bibliografia

ABRANTES, Visconde de. (1941), “Memória sobre os meios de promover a colonização”. *Revista de Imigração e Colonização*, ano II (2/3).

- ALBERSHEIM, Ursula. (1962), *Uma comunidade teuto-brasileira (Jarim)*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/MEC.
- ARAÚJO, José Renato de C. (2000), *Imigração e futebol: o caso Palestra Itália*. São Paulo, Sumaré/Fapesp.
- AVÉ-LALLEMENT, Roberto. (1953), *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- AZEVEDO, Thales de. (1982), *Italianos e gaúchos*. Rio de Janeiro/Brasília, Ed. Catedra/Fundação Nacional Pro-Memória.
- ÁVILA, F. Bastos de. (1956), *L'immigration au Brésil*. Rio de Janeiro, Agir.
- BACELAR, Jefferson. (1994), *Galegos no paraíso racial*. Salvador, Ianamá/CEAO/CED.
- BALHANA, Altiva P. (1958), *Santa Felicidade, um processo de assimilação*. Curitiba, Tip. João Haupt.
- BARTH, Fredrik. (1969), "Introduction", in F. Barth (ed.), *Ethnic groups and boundaries*, Bergen/Londres, Universitetsforlaget/George Allen & Unwin.
- BASTOS, A. C. Tavares. (1976), *Os males do presente e as esperanças do futuro*. São Paulo/Brasília, Cia. Editora Nacional/INL.
- BATTISTEL, Arlindo I. & COSTA, Rovilio. (2000), *Dois Itálias*. Porto Alegre, EST.
- BERTARELLI, Ernesto. (1914), *Il Brasile meridionale: ricordi e impressione*. Roma, Tip. Ed. Nazionale.
- BLANCHETTE, Thaddeus G. (2001), *Gringos*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ.
- BLOEMER, Neusa M. S. (2000), *Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos Campos de Lages*. Florianópolis, Cidade Futura.
- BORGES PEREIRA, João Batista. (1974), *Italianos no mundo rural paulista*. São Paulo, Pioneira/IEB-USP.
- BLUMENAU, Hermann. (1850), *Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutscher Auswanderung und kolonisation*. Rudolstadt, G. Froebel.
- _____. (1851). *Leitende Anweisungen für Auswanderer nach der Provinz S. Catharina in Südbrasilien*. Rudolstadt, G. Froebel.
- BRASIL. (1876), *L'empire du Brésil à l'Exposition Universelle de 1876 à Philadelphia*. Rio de Janeiro, Imperial Instituto Artístico.
- CANSTATT, Oscar. (1877), *Brasil: Land und Leute*. Berlin, Ernst Siegfried und Sohn.
- CARDOSO, Ruth C. L. (1959), "O papel das associações juvenis na aculturação dos japoneses". *Revista de Antropologia*, VII (1-2).
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. (1976). *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Pioneira.

- CASTRO, Mary G. (coord.). (2001), *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília, CNPD.
- CENNI, Franco. (1975), *Italianos no Brasil*. São Paulo, Martins/Edusp.
- COHEN, Abner. (1969), *Custom and politics in urban Africa*. London, Routledge e K. Paul.
- COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS (I). (1963). Porto Alegre, Centro de Estudos Sociais da UFRGS.
- COSTA, Rovílio & BATTISTEL, Arlindo I. (1982), *Assim vivem os italianos*. Porto Alegre, EST/Educs, vol. 1.
- _____. (1983a). *Assim vivem os italianos*. Porto Alegre, EST/Educs, vol. 2.
- _____. (1983b). *Assim vivem os italianos*. Porto Alegre, EST/ Educs, vol. 3.
- DE BONI, Luiz A. (org.). (1987), *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre/Torino, EST/Fundazione Agnelli, vol. 1.
- _____. (1990), *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre/Torino, EST/Fundazione Agnelli, vol. 2.
- _____. (1996), *A presença italiana no Brasil*. Porto Alegre/Torino, EST/Fundazione Agnelli, vol. 3.
- DECKER, Siegfried. (1926), *Praktischer Ratgeber für den Kolonisten in Brasilien*. São Paulo, Edanee.
- DIEGUES JUNIOR, Manuel. (1964), *Imigração, urbanização, industrialização*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais/MEC.
- DOERFFEL, Ottokar. (1865), *Der Südbrasilianische Landwirth. Ein Leitfaden für Ansiedler in Brasiliens Südlichen Provinzen Rio Grande do Sul und Santa Catharina*. Dona Francisca, s/ed.
- EISENSTADT, S. N. (1954), *The absorption of immigrants*. Londres, Routledge and Kegan Paul.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. (1933). *Pedras lascadas*. 2 ed. São Paulo, Piratininga.
- _____. (1934), *Populações paulistas*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- ENNES, Marcelo A. (2001), *A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo*. São Paulo, Editora da Unesp.
- FAIRCHILD, Henry P. (1933), *Immigration*. Nova York, Macmillan.
- FAUSTO, Boris (org.). (1999), *Fazer a América*. São Paulo, Edusp.
- FAUSTO, Boris et al. (1995). *Imigração e política em São Paulo*. São Paulo, Sumaré/Fapesp.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. (2001). "Brazilians in Portugal, Portuguese in Brazil: constructions of sameness and difference". *Identities. Global Studies in Culture and Power*, 8 (4).

- _____. (2002), “Entre a ‘fortaleza’ da Europa e os laços afetivos da ‘irmandade’ luso-brasileira: um drama familiar em um só ato”, in Cristiana Bastos; M. Vale de Almeida e Bela Feldman-Bianco (orgs.), *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- FERRAZ, Luiz P. do Couto. (1859), *Die deutschen Ackerbau Kolonien in Santa Catharina*. Hamburgo, G. W. Niemeyer.
- FREYRE, Gilberto. (1940), *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. Recife, Diário da Manhã.
- _____. (1941), *Região e tradição*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- FUJI, Yukio & SMITH, T. Lynn. (1959), *The acculturation of the Japanese immigrants in Brazil*. Gainesville, University of Florida Press.
- GEERTZ, Clifford. (1963), “The integrative revolution”, in C. Geertz (ed.), *Old societies and new states*, Nova York, The Free Press.
- GLAZER, Nathan & MOYNIHAN, Daniel P. (1963), *Beyond the melting pot*. Boston, The MIT Press.
- _____. (1975), “Introduction”, in Nathan Glazer e Daniel P. Moynihan (eds.), *Ethnicity: theory and experience*, Cambridge, Mass., Harvard University Press.
- GRÜN, Roberto. (1992), *Negócios e famílias: armênios em São Paulo*. São Paulo, Sumaré/Fapesp.
- GUSSI, Alcides F. (1997), *Os norte-americanos (confederados) do Brasil: identidades no contexto transnacional*. Campinas, CMU/Unicamp.
- HACK, H. (1959), *Dutch groups settlement in Brazil*. Amsterdam, Royal Tropical Institute.
- IANNI, Constantino. (1972), *Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- JAGUARIBE, Domingos J. N. (1878), *Reflexões sobre a colonização no Brasil*. São Paulo, Garraux.
- JANNASCH, Robert. (1905), *Land und Leute von Rio Grande do Sul*. Berlim, Sonderabdruck aus dem Export.
- KEARNEY, Michael. (1996), *Reconceptualizing the peasantry: anthropology in a global perspective*. Boulder, Westview.
- KOSMINSKY, Ethel V. (1985), *Rolândia, a terra prometida: judeus refugiados do nazismo no norte do Paraná*. São Paulo, FFLCH-USP/Centro de Estudos Judaicos.
- LIMA, Maria Helena Beozzo de. (1973), *A missão herdada: um estudo sobre a inserção do imigrante português*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, PPGAS, Museu Nacional, UFRJ.
- MARTINS, Wilson. (1989), *Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. 2 ed. São Paulo, T. A. Queiroz.

- MICHAHELLES, Marina. (2003), *A "colônia alemã" do Rio de Janeiro: a Sociedade Germania e a construção de uma identidade teuto-brasileira*. Dissertação de mestrado, Niterói, PPGH-UFF.
- MITA, Chiyoko. (1999), *Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil*. São Paulo, Humanitas/FFLCH-USP.
- MÜLLER, Telmo Lauro (org.). (1980), *Imigração e colonização alemã (Anais do III Simpósio de Imigração e Colonização alemã no Rio Grande do Sul)*. Porto Alegre, EST.
- _____. (1981). *Colônia alemã: histórias e memórias*. Porto Alegre, EST.
- _____. (org.). (1994), *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo, Unisinos.
- NEIVA, Arthur Hehl. (1944), "O problema imigratório brasileiro". *Revista de Imigração e Colonização*, V (3).
- NEIVA, Arthur Hehl & DIEGUES JUNIOR, Manuel. (1956), "The cultural assimilation of immigrants in Brazil", in W. D. Borrie (eds.), *The cultural integration of immigrants: a survey based upon the papers and proceedings of the Unesco conference held in Havana, april 1956*. Paris, Unesco.
- NERY, F. J. de Santana. (1889), *Le Brésil en 1889*. Comité Franco-brésilienne de l'Exposition Universelle de Paris. Paris, Delagrave.
- PARK, Robert E. (1937), "Assimilation, social". *Encyclopaedia of the Social Sciences*, Nova York, Macmillan, vol. 2.
- POSENATO, Júlio. (1983), *Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, EST/Educs.
- RAMOS, Arthur. (1947), *Introdução à antropologia brasileira*. Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil.
- RATTNER, Henrique. (1977), *Tradição e mudança: a comunidade judaica de São Paulo*. São Paulo, Ática.
- REDFIELD, R.; LINTON, R. & HERSKOVITS, M. J. (1936), "Outline for the study of acculturation". *American Anthropologist*, 38.
- RENK, Arlene. (1997), *A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó, Grifos.
- RIBEIROLLES, Charles. (s/d.), *Brasil pitoresco*. São Paulo, Livraria Martins.
- ROCHE, Jean. (1969), *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo.
- ROMERO, Silvio. (1902), *O elemento português no Brasil*. Lisboa, Typografia da Cia. Editora Nacional.
- _____. (1906), *O allemanismo no sul do Brasil: seus perigos e meios de os conjurar*. Rio de Janeiro, Heitor Ribeiro.

- SAITO, Hiroshi & MAEYAMA, Takashi (orgs.). (1973), *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Petrópolis/São Paulo, Vozes/Edusp.
- SAKURAI, Célia. (1993), *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo, Sumaré/Fapesp.
- _____. (1999), “Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada”, in Boris Fausto (org.), *Fazer a América*, São Paulo, Edusp.
- _____. (2000), *Imigração tutelada: os japoneses no Brasil*. Tese de doutorado, Campinas, IFCH/Unicamp.
- SALLES, Maria do Rosário R. (1997), *Médicos italianos em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo, Sumaré/Fapesp.
- SALES, Teresa & SALLES, Maria do Rosário R. (orgs.). (2002), *Políticas migratórias: América Latina, Brasil e brasileiros no exterior*. São Carlos, Edufscar/Sumaré.
- SAYAD, Abdelmalek. (1998), *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo, Edusp.
- SCHADEN, Egon. (1956), “Aculturação de alemães e japoneses no Brasil”. *Revista de Antropologia*, IV (1).
- _____. (1957), “Problemas de aculturação no Brasil”. *Anais da II Reunião Brasileira de Antropologia*. Bahia.
- _____. (1973), “O estudo socioantropológico da aculturação dos alemães no Brasil”. *Revista do Arquivo Municipal*, 36 (185), São Paulo.
- SCHILLER, Nina Glick; BASCH, Linda & SZANTON-BLANC, Cristina (eds.). (1992), *Towards a transnational perspective on migration: race, class, ethnicity and nationalism reconsidered*. Nova York, New York Academy of Sciences.
- SCHILLER, Nina Glick & FOURON, Georges. (2000), “Laços de sangue: os fundamentos raciais de Estado-nação transnacional”, in Bela Feldman-Bianco e Graça Capinha (orgs.), *Identidades: estudos de cultura e poder*, São Paulo, Hucitec.
- SEIDLER, Carl. (1951), *Dez anos no Brasil*. São Paulo, Martins.
- SEYFERTH, Giralda. (1974), *A imigração alemã no Vale do Itajaí-mirim*. Porto Alegre, Movimento/SAB.
- _____. (1981), *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura.
- _____. (1990), *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- _____. (1997), “A assimilação dos imigrantes como questão nacional”. *Mana. Estudos de Antropologia Social*, 3 (1).
- _____. (1999), “Os imigrantes e a campanha de nacionalização do Estado Novo”, in Pandolfi, Dulce (org.), *Repensando o Estado Novo*, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.

- _____. (2002), "Colonização, imigração e a questão racial no Brasil". *Revista USP*, 53.
- SILVA, Douglas Mansur da. (2000), *A ética da resistência: os exilados antisalazaristas do "Portugal Democrático" (1956-1975)*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IFCH, Antropologia Social.
- SILVA, Eduardo Caetano da. (2003), *Visões da diáspora portuguesa: dinâmicas identitárias e dilemas políticos entre os portugueses e luso descendentes de São Paulo*. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp, IFCH, Antropologia Social.
- SILVA, Sidney A. (1997), *Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo, Paulinas.
- SMITH, Anthony D. (1986), *The ethnic origins of nations*. Oxford, Blackwell.
- SORJ, Bila (org). (1997), *Identidades judaicas no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Imago.
- STONEQUIST, E. V. (1937), *The marginal man*. Nova York, Scribner.
- SULIANI, Antônio (org.). (2001), *Etnias e carisma: poliantéia em homenagem a Róvilio Costa*. Porto Alegre, EDIPUCRS.
- THOMAS, William I. & ZNANIECKI, Florian. (1974), *The polish peasant in Europe and America*. Nova York, Octagon Books.
- TRUZZI, Oswaldo. (1992), *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo, Sumaré/Fapesp.
- _____. (1997), *Patrícios: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo, Hucitec.
- TSCHUDI, Johann J. von. (1866-1869), *Reisen durch Südamerika*. Leipzig, Brockhaus.
- VIANNA, F. J. de Oliveira. (1932), *Raça e assimilação*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- VIEIRA, Francisca I. S. (1973), *O japonês na frente de expansão paulista*. São Paulo, Pioneira/Edusp.
- WAIBEL, Leo. (1958), *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE.
- WEBER, Max. (1991), *Economia e sociedade*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, vol. 1.
- WEBER, Regina. (2002), *Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí (RS), Unijuí.
- WILLEMS, Emílio. (1940), *Assimilação e populações marginais no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- _____. (1944), "Acculturation and the horse complex among german-brasilians". *American Anthropologist*, 46 (2).
- _____. (1946). *A aculturação dos alemães no Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- _____. (1948), "Aspectos da aculturação dos japoneses no estado de São Paulo". *Boletim* 82, FFCL-USP.

- _____. (1951). "Immigrants and their assimilation in Brazil", in T. L. Smith e A. Marchant (eds.), *Brazil portrait of half a continent*, Nova York, Dryden Press.
- WIRTH, Louis. (1945), "The problem of minority groups", in R. Linton (ed.), *The science of man in the world crisis*, Nova York, Columbia University Press.
- ZANINI, Maria Catarina C. (2002), *Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria – RS*. Tese de doutorado, São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, USP.

- Artigo recebido em outubro/2003
- aprovado em agosto/2004

Resumo

A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais

Estudiosos de diferentes campos do conhecimento abordaram o tema da imigração no Brasil a partir da segunda metade do século XIX, quando as estatísticas de entradas de estrangeiros se tornaram significativas no cômputo geral da população. A imigração, por seus múltiplos aspectos, é um tema interdisciplinar, sendo difícil dar conta da sua totalidade. O presente trabalho focaliza, parcialmente, a contribuição das ciências sociais, em particular da antropologia, aos estudos sobre a imigração no Brasil, procurando examinar o embasamento teórico, os métodos de análise e as temáticas recorrentes desde as primeiras publicações de caráter sociológico, surgidas no século XX, até alguns trabalhos mais recentes selecionados na ampla produção sobre o assunto publicada nos últimos vinte anos.

Palavras-chave: Estudos migratórios (Brasil); Teoria da migração; Mudança cultural; Assimilação; Etnicidade.

Abstract

Immigration in Brazil: Comments on the Contribution of the Social Sciences

Scholars from many different fields of knowledge began studying the theme of immigration in Brazil beginning in the second half of the nineteenth century, when the number of foreigners entering into the country started becoming a significant portion of the population. Immigration, considering its multiple aspects, is very much an interdisciplinary field, and it is difficult to embrace the theme in its entirety. The present paper is a partial review of the contribution of the social sciences – of anthropology, in particular – to the study of immigration in Brazil. It seeks to examine the theoretical basis, methods of analysis, and recurring the-

mes in this area, beginning with the first sociological publications of the twentieth century and concluding with recent works, presenting a selection of the vast production undertaken in the last twenty years.

Keywords: Migration studies (Brazil); Migration theory; Cultural change; Assimilation; Ethnicity.

Résumé

L'immigration au Brésil: Commentaires à propos de la Contribution des Sciences Sociales

Des chercheurs de différents domaines ont abordé le sujet de l'immigration au Brésil à partir de la seconde moitié du XIX^e siècle, quand les statistiques d'entrée d'étrangers sont devenues significatives dans le comptage général de la population. L'immigration est, par ses multiples aspects, un sujet interdisciplinaire, et il est difficile de la considérer dans sa totalité. Ce travail aborde, partiellement, la contribution des sciences sociales – et, en particulier, de l'anthropologie – aux études à propos de l'immigration au Brésil. Il examine son fondement théorique, les méthodes d'analyse et les thèmes récurrents depuis les premières publications sociologiques, apparues au XX^e siècle, jusqu'à certains travaux plus récents, sélectionnés parmi les divers ouvrages publiés sur le sujet au cours de ces derniers vingt ans.

Mots-clés: Études migratoires (Brésil); Théorie de la migration; Changement culturel; Assimilation; Ethnies.

A Sociologia Francesa Diante das Relações entre *Beaux-parents*¹: Enteados nas Famílias Recompuestas após Divórcio ou Separação

Christine Jacquet

Livia Alessandra Fialho da Costa

Nas sociedades ocidentais, desde os anos de 1960, cresceu, segundo ritmos e calendários diferenciados, o número de famílias que reúnem um casal, legítimo ou consensual, e, no mínimo, uma criança oriunda de uma união precedente de um dos dois cônjuges. Paralelamente, multiplicaram-se as pesquisas em ciências sociais dedicadas a este tipo de família, assim como as expressões usadas para nomeá-la: família dissociada, reconstituída, recompuesta, composta, com padrastro (ou madrasta), bifocal, segunda família. Na França, a progressão de famílias recompuestas² é perceptível a partir da década de 1970; porém, apenas no final dos anos de 1980 os primeiros resultados das pesquisas que apontam para este dado foram publicados. A maior parte desses trabalhos enfocou mais especialmente o *beau-parent*: na ausência de estatuto familiar preestabelecido, qual é o seu lugar na família recompuesta? Qual a natureza da relação que mantém com seus enteados?

Antes de expor as respostas elaboradas pela literatura sociológica francesa a essas perguntas, apresentaremos a orientação teórico-metodológica adotada para estudar as famílias recompuestas. Tal orientação constitui a matriz analítica dos estudos realizados sobre os *beaux-parents*.

Famílias Recompuestas: a Definição de um Objeto

A pesquisa sociológica francesa sobre as famílias recompuestas construiu-se na base de

um balanço das abordagens desenvolvidas na Inglaterra e nos Estados Unidos a partir do final da década de 1950 (Théry, 1993a; Cadolle, 2001). Recusando qualquer postura avaliativa e/ou normativa que leva a qualificar as famílias recompuestas de desviantes ou a considerá-las “em situação de risco” – notadamente comparando-as, implícita ou explicitamente, com as famílias nucleares formadas pela reunião, no seio de uma única residência, dos dois pais e de sua prole –, as análises francesas se inscrevem numa perspectiva atenta à especificidade dessas famílias. Sua especificidade expressa-se, conforme os autores, no nível morfológico, por uma grande complexidade e diversidade:

[...] os filhos da primeira união podem ser os da mãe (caso, de longe, o mais freqüente), do pai, ou de cada um deles. Nos três casos, novos filhos, oriundos da união atual, podem ou não se juntar à família. Enfim, pode acontecer que um, outro ou ambos os adultos sejam pais de crianças que vivem num outro lar (com seu pai “guardião”) mas compartilham também, parcialmente, a vida da família (Théry, 1993a).

Todas essas situações familiares apresentam apenas um ponto em comum: a presença de um *beau-parent*.

Tal dispersão na estrutura morfológica é atribuída ao fato de que a família recompuesta “herda uma história que é anterior à sua própria [história]” (Théry, 1987). Essa herança,

que configura as formas de organização das famílias recompostas, não é somente aquela transmitida pela família inicial, cuja ruptura possibilitou a recomposição. As famílias recompostas congregam indivíduos com biografias conjugais e familiares diferentes umas das outras. Assim, se o pai guardião já tem, por definição, uma história matrimonial e parental, não se verifica necessariamente o mesmo para o seu novo parceiro: antes da recomposição, ele podia estar solteiro ou já ter estabelecido uma união, fecunda ou não; se já tem filhos, ele pode ser pai custodial ou não-custodial. Em outras palavras, “se cada um herda a história familiar anterior, essa história não é a de todos” (Théry, 1991). Por isso, para entender o funcionamento das famílias recompostas, os sociólogos franceses optaram por investigar o conjunto do “processo dinâmico de reestruturação do campo familiar” (Martin, 1997). Isto significa dar importância às seqüências familiares – elementos determinantes das modalidades da organização familiar – vividas pelos protagonistas da recomposição, inclusive, mas não apenas, pela família inicial. Tal perspectiva de pesquisa, que leva em consideração a mobilidade das situações familiares, leva os autores a adotarem uma abordagem biográfica que privilegia os dados longitudinais. Aí torna-se possível observar, por exemplo, que uma criança que vive com um dos seus pais e o novo cônjuge não tem uma trajetória idêntica à de uma criança que vive com seus genitores, pois, passou por diversas seqüências familiares de duração variável: vida com seus pais, ruptura, muitas vezes vida numa família monoparental e, enfim, recomposição familiar –; essa última podendo ser apenas provisória e se concluir por outra ruptura conjugal que, novamente, modificará o quadro familiar da criança (Léridon, 1993).

Pode-se destacar uma outra diferença existente entre famílias nucleares e famílias recompostas: as fronteiras espaciais das se-

gundas não se restringem mais ao lar. Assim, apesar de conviver no cotidiano somente com um dos seus genitores, nem sempre a criança perde o contato com o outro genitor: “se a separação envolve, muitas vezes, uma crise aguda entre os pais, é estreito pensar que deixam de ter alguma relação” (*Idem*). Considerando significativos os laços que a criança conservou com seu pai não-custodial, os autores definiram, portanto, as famílias recompostas, não a partir do lar onde a criança reside, mas sim a partir do espaço no qual ela circula e que abrange as residências agora disjuntas de seus genitores, constituindo assim uma constelação familiar. Conforme essa perspectiva, uma criança que coabita apenas com seu pai custodial, formando com ele um lar monoparental, enquanto seu pai não-guardião fundou, por sua vez, um novo casal – fecundo ou não – pertence também a uma família recomposta: “essa nova união não passará sem efeito na vida do filho não-residente [...] e a existência dele não será indiferente ao modo de vida do casal não-guardião” (Léridon, 1993). Conceber as famílias recompostas como uma constelação familiar, ou seja, uma rede na qual se entrelaçam laços mantidos com os “antigos” membros da família criada pelo casal agora separado, e laços estabelecidos com os “novos” membros, possibilitou analisar a recomposição como um processo no qual se configuram e se reconfiguram as relações familiares. Foi nessa perspectiva que os sociólogos franceses tentaram analisar a *beau-parenté*: não autonomizando o *beau-parent*, mas ampliando a observação ao “conjunto do sistema familiar que abrange os dois lares de cada um dos pais e as relações que cada um mantém com todos os demais” (Cadolle, 2001) e cujo agenciamento repousa nas histórias de vida familiar de uns e dos outros.

Uma Orientação Temática Privilegiada

A principal interrogação que orientou os trabalhos franceses sobre as famílias recompostas diz respeito ao papel do *beau-parent*. Este foi majoritariamente estudado a partir do *beau-parent* cônjuge do pai guardião, o “*beau-parent* cotidiano”³ (Le Gall, 1992). Apesar de serem menos numerosos do que os “*beau-parent* esporádicos” (*Idem*), eles se encontram, muito mais do que esses últimos, em situação parental diante dos filhos de seu cônjuge, sem ser, contudo, seu genitor.

Diversos estudiosos empenharam-se em demonstrar a originalidade da *beau-parenté* contemporânea. Essa originalidade não procede da própria recomposição familiar, que mostraram não se tratar de um fenômeno recente. Segundo Burguière (1993), até o século XIX, a mortalidade atingia níveis elevados na Europa e o recasamento era uma prática comum – aliás incentivada pela Igreja católica – porquanto a sobrevivência das famílias era baseada na complementaridade das atividades entre cônjuges. O autor avalia que no século XVIII, entre 25 e 30% dos casamentos eram re-casamentos, e mais de 20% das uniões legais envolviam filhos de várias uniões. No total, um quarto da população foi criada durante uma parte de sua infância por um padrasto ou uma madrasta. No século XIX, as recomposições familiares cresceram gradativamente em consequência da diminuição da mortalidade; entretanto, no século XX, a partir dos anos de 1960, seu número aumenta, resultado de uma progressão dos divórcios. Assim, enquanto no passado a recomposição familiar acontecia após o falecimento de um dos cônjuges, hoje em dia ela decorre muito mais da “ruptura voluntária de união” (Leridon e Villeneuve-Gokalp, 1994), ou seja, divórcio ou separação. Nessas condições, o *beau-parent* não vem ocupar “um lugar ‘vazio’” (Martin, 1992),

aquele deixado pelo pai defunto, mas se insere num contexto familiar que já compreende um pai e uma mãe, tornando-se assim um ator suplementar no jogo parental. Contudo, os autores observam que o *beau-parent* não dispõe de nenhum estatuto ou modelo preestabelecido para construir esse papel. Esse déficit estatutário e normativo é observado notadamente no âmbito do direito que não proporciona solução para regular os comportamentos no seio das famílias recompostas. Embora organize as relações parentais depois do divórcio ou da separação ao definir as obrigações e os direitos dos genitores que conservam, exceto em casos excepcionais, sua autoridade e suas responsabilidades para com suas crianças, o direito fica mudo no que diz respeito ao lugar do *beau-parent*: na legislação francesa, assim como na maioria das legislações européias, esse último não se beneficia de prerrogativa nenhuma, nem está sujeito ao menor dever em relação a seus enteados, sequer o de prover sua manutenção (Sosson, 1993). Para o *beau-parent* adquirir deveres e direitos, deve ser estabelecido um laço de filiação por adoção, o que é possível apenas quando o *beau-parent* é o cônjuge legal do pai guardião e quando ambos os genitores consentem a adoção (*Idem*). Apesar de as condições de adoção de um enteado “terem sido consideravelmente flexibilizadas em relação ao direito comum” (Brunet, 1993), um *beau-parent*, como tal, não goza de estatuto legal.

A “inadequação do vocabulário do parentesco” (Théry, 1991) é vista como outro indicador da falta de regras socialmente instituídas. A grande quantidade de neologismos, que mencionamos no início do presente texto, decorre da carência de denominação própria a essas famílias, à qual convém acrescentar a ausência, na linguagem coloquial, de um termo específico para o enteado se dirigir ao *beau-parent* (Théry, 1991 e

1993a; Cadolle, 2000). Ora, como destaca Ghasarian, os antropólogos mostraram, desde muito tempo, a existência de correspondências entre a terminologia do parentesco e as práticas sociais:

[...] a terminologia é uma verdadeira linguagem que classifica os parentes em categorias e subcategorias. Ao aprender os termos de parentesco, a criança aprende a se comportar de maneira apropriada diante das pessoas às quais esses termos se aplicam. O termo de parentesco é praticamente um rótulo no qual pode se fixar uma conduta baseada no respeito ou familiaridade, na afeição ou hostilidade, nos direitos e/ou deveres, na brincadeira ou evitação etc. (Ghasarian, 1996).

Cadolle (2000) salienta que para interpelar seu *beau-parent*, as crianças usam, na maioria dos casos, seu nome, o que termina por reduzir a distância geracional, podendo assim enfraquecer determinadas prescrições sociais, como, por exemplo, o tabu do incesto (Bourdieu, *apud* Cadolle, 2000).

O fato de as famílias recompostas não disporem de quadro normativo no qual podem se apoiar para definir seus comportamentos é atribuído ao sistema de filiação ocidental que não reconhece nem concebe a pluriparentalidade,⁴ ou seja, o compartilhamento, entre pais biológicos e sociais, das funções parentais. Essas últimas, segundo Goody (*apud* Cadoret, 2001), são cinco: engendrar, dar uma identidade ao nascimento, nutrir, transmitir atitudes morais e conhecimentos técnicos e, enfim, garantir o acesso ao estatuto adulto; “cada um desses papéis sustenta direitos, obrigações e experiências e gera um laço particular entre a criança e seus pais” (Goody *apud* Cadoret, 2001). Esses atributos parentais são, em diversas sociedades, especialmente africanas e oceânicas, divididos entre várias pessoas. Entretanto, no

sistema ocidental, a criança tem apenas um pai e uma mãe (norma de exclusividade da filiação), que desempenham o conjunto das funções parentais, e com os quais ela é aparentada por laços biológicos (assimilação da filiação ao engendramento). A força desse modelo é tal que, quando a questão da pluriparentalidade é suscetível de se colocar, quer dizer na adoção e na inseminação artificial com doador, “até hoje, o legislador privilegiou a filiação substitutiva à filiação aditiva” (Le Gall, 2001), mas simulando a filiação biológica (Cadoret, 1997; Fine, 2001a e 2001b). No caso da adoção, “a criança perde seu sobrenome de origem, entra numa outra linha de parentesco” (Fine, 2001b); seu estado civil é alterado: seus genitores são destituídos e seus pais adotivos considerados pais biológicos, “arrematando assim a ficção do nascimento natural” (Fine, 2001b).⁵ Quanto ao doador de espermatozoides ou de ovócitos, “não é uma pessoa, é apenas produtor de substâncias” (Fine, 2001b), sua paternidade ou maternidade é eliminada em prol da mulher que recebe o embrião ou do cônjuge da mulher que recorreu à inseminação de esperma: são declarados pais biológicos. O sigilo sobre a identidade das partes envolvidas sendo garantido, a pluriparentalidade não tem chance de se exercer:

[...] percebe-se a coerência das respostas dadas às situações de pluriparentalidade sempre vividas como instáveis e ameaçadoras: todas apontam no sentido da substituição para se conformar ao modelo da exclusividade (*Idem*).

A presença de um *beau-parent*, que assume funções parentais perante uma criança, sem ser seu genitor, também contraria os princípios que regem a filiação em nossas sociedades: a norma de exclusividade, assim

como a primazia do biológico como fundamento da filiação.

Formas de Recomposição Familiar e Papéis dos Padrastos

Essa constatação de carência de normas preestabelecidas para definir o papel do *beau-parent*, levou Le Gall e Martin a estudar as formas como os atores auto-regulam suas condutas para tornar a família coesa (Le Gall e Martin, 1991, 1995, 1996; Martin, 1992, 1997; Le Gall, 1992). Sua pesquisa de natureza longitudinal foi realizada a partir de dados empíricos levantados em lares com “padrasto cotidiano”, excluindo os lares com “madrasta cotidiana”; os autores justificam essa opção pelo fato de que hoje em dia, com o divórcio, a guarda dos filhos é atribuída preferencialmente à mãe (em 85% dos casos) e, apesar de os homens terem uma probabilidade maior de formar uma nova união, o “*beau-parent* cotidiano” é, muitas vezes, um homem. Le Gall e Martin identificaram duas modalidades extremas de regulação intrafamiliar, amplamente determinadas pelo pertencimento social dos ex-cônjuges – apreendido por seu nível escolar –, cada uma delineando um papel específico de padrasto (Le Gall e Martin, 1991, 1995, 1996; Martin, 1992, 1997; Le Gall, 1992; Blöss, 1996).

A primeira caracteriza sobretudo os meios populares com baixo capital escolar. O divórcio é freqüentemente conflituoso, com uma ação movida por culpa e cujo motivo é o adultério, o alcoolismo, a violência ou o abandono do lar conjugal. Após o divórcio, “o casal parental não ‘sobrevive’ ao casal conjugal” (Le Gall, 1992): as relações entre ex-cônjuges ficam difíceis e gradativamente, se debilitam; da mesma forma, se enfraquecem e até desaparecem as relações entre o pai e sua prole. A mãe guardiã procura

rapidamente formar um novo casal, evitando assim o isolamento. Por meio da união, a mãe guardiã reestabiliza a situação financeira de seu lar precarizado pelo divórcio e reinscreve-se na norma familiar de referência: a família nuclear. A segunda família, encarregada de apagar a anterior, estrutura-se, portanto, a partir desse modelo, pautado numa nítida divisão dos papéis sexuais. Assim, na busca da realização do modelo de família nuclear, é comum o desejo de legitimação da união pelo casamento. Nesse caso, mesmo que este ainda não tenha sido realizado, faz parte, entretanto, dos planos a médio prazo, sobretudo porque o motivo da separação do primeiro casamento é atribuído ao ex-cônjuge, julgado péssimo pai e péssimo esposo. A reprodução do modelo nuclear expressa-se também pelo desejo do novo casal de ter filhos comuns, fruto dessa nova relação. O nascimento de filhos comuns vem selar, desse modo, a união, tornando a família mais conforme à família nuclear. Todas as crianças residentes no lar, qualquer que seja sua filiação (da mãe, do padrasto ou de ambos), são consideradas membros da mesma fratria. Nesse tipo de recomposição, o padrasto, muitas vezes sem experiência paternal prévia, tem um “papel de substituição” (Le Gall e Martin, 1995) do pai: assume funções paternas em relação à sua prole como também a seus enteados. A realização da função paterna por parte do padrasto com relação aos enteados é, muitas vezes, facilitada pelo fato de o pai não-guardião estabelecer laços frouxos com seus filhos, o que termina outorgando ao padrasto autoridade e poder. “Esse tipo de arranjo é tanto menos discutível quando o padrasto é o provedor da família e quando as crianças são ainda pequenas” (Le Gall, 1992). Quando essas duas condições não são reunidas, sua autoridade aparece, aos olhos de seus enteados, ilegítima; os conflitos instalam-se e podem con-

duzir à exclusão das crianças ou, mais raramente, do padrasto, conforme a atitude que adota a mãe, que procurará privilegiar ora sua relação parental, ora sua relação conjugal (Martin, 1997).

Outra forma de regulação efetiva-se nos meios favorecidos por um maior grau de escolaridade. O divórcio, que ocorre em consequência de uma ação movida por consentimento mútuo, apenas ratifica os acordos previamente passados entre os parceiros que já definiram, de maneira contratual, o reagenciamento de suas relações familiares. A comunicação entre ex-cônjuges mantém-se em nome da preservação dos vínculos entre o pai e sua prole. A formação de um novo casal não deve abalar o equilíbrio das relações familiares já existentes, portanto é realizada gradativamente. Corresponde à constituição de uma nova entidade conjugal – e não familiar, como no caso anterior: vida conjugal e vida familiar são nitidamente separadas. O casamento não representa o horizonte obrigatório dos novos parceiros que, ademais, valorizam a autonomia das escolhas individuais e a igualdade no seio do casal. O nascimento de um filho nem sempre faz parte dos projetos do novo casal, sendo este subordinado, por um lado, à preocupação que a mãe manifesta em preservar seus filhos da primeira união e, por outro, à qualidade das relações entre padrasto e enteados. Nesse contexto familiar, o padrasto exerce um “papel de composição” (Le Gall e Martin, 1995). Ele é, antes de tudo, o cônjuge da mãe, não é convidado a intrometer-se na vida de uma família que não é a sua, e a qual ele se junta. Em nenhum caso, ele substitui o pai: esse assume plenamente suas responsabilidades. O papel do padrasto é construído pouco a pouco, a partir da dinâmica das relações entre a mãe custodial, o pai não-custodial e as crianças;

[...] se instituirá tanto mais facilmente que algumas condições são reunidas: crianças não muito velhas, pai guardião que ajuda seu cônjuge a definir e ocupar esse lugar, pai não-guardião que não faz ‘obstrução’ sistemática mas age visando ao bom entendimento etc. (Le Gall, 1992).

O nascimento de um filho não vem modificar as prerrogativas do padrasto, cada cônjuge desempenhando funções parentais apenas com seus próprios filhos.

Essas formas de regulação que acabamos de descrever sucintamente são apresentadas como dois pólos extremos de um *continuum*, dois tipos ideais por assim dizer. O pertencimento social não determina de maneira linear e mecânica as modalidades de regulação vigentes nas famílias recompostas, nem a integração do padrasto: possuir um baixo nível de escolaridade não outorga ao padrasto um papel de substituição, como também um alto nível de estudo não remete sempre ao papel de composição. Aliás, pesquisas posteriores confirmaram a coexistência dessas duas formas de regulação no seio de populações com nível escolar superior (Cadolle, 2000; Martial, 2003). Na realidade, Le Gall e Martin, ao realçarem sobretudo uma variável estrutural – a posição na estrutura social – como fator explicativo das regulações intrafamiliares, não conseguiram incorporar, em suas análises, um elemento considerado constitutivo e distintivo do objeto “famílias recompostas”, portanto suscetível de interferir no modo de organização delas, a saber, as experiências familiares anteriormente vividas pelos atores envolvidos no processo de recomposição; a dimensão biográfica aparece aí como resultado do posicionamento social e não como variável independente. Ora, o fato de levar em consideração essa dimensão, como fator que possui efeitos próprios nas configurações familiares, possibilitou avanços valiosos.

O Peso das Biografias Familiares

Os trabalhos de Blöss (1996, 1997) sobre o papel do padrasto e mais amplamente sobre as práticas educativas nas famílias recompostas⁶ evidenciaram o peso da história conjugal e familiar dos protagonistas da recomposição. Mostraram notadamente que as relações conjugais e parentais tecidas pelos genitores na família anterior, assim como o percurso familiar do padrasto, estruturaram também os territórios de cada membro das famílias recompostas. Esses resultados foram confirmados pelos de Cadolle (2000).

Assim, a distribuição sexual dos papéis parentais na primeira união constitui um elemento determinante da organização das famílias recompostas. Com efeito, a desagregação, ou até mesmo o desaparecimento dos laços entre o pai e seus filhos após o divórcio, não resulta diretamente da separação, mas se origina no modo de funcionamento conjugal do primeiro casal, ou seja, na divisão desigual das atividades domésticas e educativas entre os cônjuges:

[...] essa predominância maternal pode assumir os contornos de uma quase monoparentalidade educativa quando o pai, na maioria das vezes, ausente do lar, ou voltando tarde da noite do trabalho, exerce de fato uma função paternal simbólica mais do que prática (Blöss, 1996).

Ao contrário, quando o pai, antes da separação, envolve-se na educação de sua prole, mesmo que de maneira mais moderada do que sua parceira, as relações se mantêm. Em suma, os laços pai/filhos que já se encontravam enfraquecidos, relaxam-se ainda mais após o divórcio. Diferentemente, nos casos em que há vínculo forte entre as crianças e seu pai, freqüentemente, esse último vem a pedir e se beneficiar de uma guarda alternada (Cadolle, 2000).

Destarte, a maior ou menor assimetria sexual dos papéis educativos no seio do primeiro casal prefigura não apenas o envolvimento do pai na educação de seus filhos após o divórcio, como também a inserção do padrasto. Com efeito, o lugar que a mãe se dispõe a conceder ao padrasto varia conforme o nível de investimento educativo do pai, tanto antes como após o divórcio:

[...] a irregularidade do laço paternal biológico [...] facilita, pelo menos na mente da mãe, o acesso do padrasto ao papel de pai. Ao contrário, quando as relações entre o pai biológico e seu filho nunca deixaram de existir [...] a mãe apreende seu novo cônjuge essencialmente como um membro exterior à família ou, na melhor das hipóteses, como um assessor pontual, ou um parceiro [...] de jogos (Blöss, 1996).

Desse modo, a natureza dos laços mantidos entre o pai e seus filhos tem consequências relevantes sobre o processo de recomposição: trocas regulares tendem a manter viva a primeira família, favorecendo o concubinato entre os novos parceiros em detrimento do casamento e dificultando o envolvimento do padrasto na educação de seus enteados; diferentemente, quando as relações são distantes, a mãe tem uma maior probabilidade de criar uma nova família, uma “verdadeira”, casando-se, o que facilita o envolvimento do padrasto na educação de seus enteados. Ademais, se, no decorrer de sua união anterior, a mãe estava acostumada a assumir a quase totalidade das responsabilidades educativas, terá maior dificuldade para renunciar a esse “monopólio” e estará menos disposta a aceitar que seu novo cônjuge exerça funções de tipo paternal.

A experiência parental do padrasto constitui também um elemento relevante na determinação de seu papel. Dois perfis de

padrastos predefinem trajetórias de recomposição diferenciadas. De um lado, os que não têm filhos, tendo eles já vivido em casal ou não. Eles tendem a querer formar uma família e ter acesso à paternidade; o nascimento de um filho é, para eles, a condição de seu investimento educativo com seus enteados. Na maioria dos casos, são indivíduos com pouca escolaridade. Do outro lado temos os padrastos que já são pais. Estes são, geralmente, mais velhos que aqueles do primeiro grupo e possuem um elevado nível de escolaridade; a constituição de uma nova união representa, para eles, uma nova experiência de vida em casal e, em geral, não têm vontade de assumir o papel de pai perante crianças que não são suas.

A leitura dos comportamentos familiares das famílias recompostas à luz de sua dimensão biográfica possibilitou discutir, enriquecer e nuançar a tipologia dos modos de regulação dessas famílias e dos papéis do padrasto, elaborada por Le Gall e Martin a partir do capital escolar dos ex-cônjuges. Com efeito, verifica-se que qualquer que seja o modo de regulação vigente, a mãe prepara seu retorno à vida conjugal de maneira a preservar seus filhos; contatos cada vez mais prolongados entre eles e seu namorado precedem a coabitação que ocorre apenas com o consentimento, expresso ou tácito, deles. Para a mãe, a transformação da relação amorosa em relação conjugal é subordinada à qualidade da relação estabelecida entre seu parceiro e seus filhos, e a formação de uma nova união “torna-se possível somente sob a condição de que ela não prejudique seu laço maternal, o equilíbrio psicológico de seu filho” (Blöss, 1996). Os primeiros tempos da coabitação parecem uma prova na qual o padrasto deve fazer com que as crianças aceitem a sua presença cotidiana; sua relação com eles é extremamente frágil, incerta e constitui uma ameaça potencial para seu ca-

sal. Mesmo quando está disposto a desempenhar um papel paternal, ele adota uma atitude de sedução, de reserva cautelosa e limita suas intervenções educativas.

Quando a recomposição se efetiva conforme a primeira modalidade de regulação identificada por Le Gall e Martin, isto é, quando o novo cônjuge da mãe toma para si as prerrogativas paternas, na prática, observa Blöss (1996), “as funções assumidas pelo padrasto inscrevem-se menos numa lógica de substituição paterna, do que numa lógica de constituição de uma nova ‘paternidade social’”. Por um lado, os direitos do padrasto sofrem restrições de várias maneiras: pela mãe, que lhe comunicará sua discordância com algumas de suas decisões, inclusive anulará uma punição que ele infligiu e que ela julga severa demais; pelas crianças, que podem exercer represálias contra ele; e, enfim, por ele mesmo que, para se preservar dos embates, estabelece limites à sua autoridade. Por outro lado, esse tipo de recomposição é o teatro de uma “monoparentalidade educativa” (Blöss, 1996): o padrasto tem um papel secundário na educação das crianças, como, aliás, o próprio pai já tinha antes da separação, pela divisão sexual das tarefas no seio do casal que prevalece nessas famílias, tanto na fase biparental como recomposta. Porém, um investimento educativo moderado por parte do padrasto não é fonte de insatisfação para a mãe, pois seu novo cônjuge não é o pai biológico. Em realidade, o que a mãe procura quando deseja que seu cônjuge se comporte como um pai é, antes de tudo, um chefe de família, uma figura masculina que simbolize a autoridade no seio do lar. Outrossim, o próprio padrasto se vê não como o pai – este continua beneficiando do afeto de seus filhos, inclusive quando seus contatos são pouco frequentes –, mas como um segundo pai que supre as falhas educativas do pai biológico. Assim, não se trata de fato de uma

substituição do pai biológico, dado que este, de toda maneira, sempre esteve ausente do processo educativo dos seus filhos, inclusive antes do divórcio. Ao formar uma nova união, a mãe procura criar uma família mais conforme a suas expectativas, e não reproduzir o que ela considera um fracasso. Enfim, diferenças aparecem no tratamento que esses padrastos, os quais exercem um “papel de substituição”, destinam a seus enteados e a seus próprios filhos: manifestam com os segundos uma maior autoridade e severidade, assim como uma maior afeição.

Nas famílias em que prevalece a segunda modalidade de regulação – ou seja, naquelas em que o padrasto não se assume como pai dos filhos da parceira –, o seu envolvimento e a sua possibilidade de ação devem ser compreendidos a partir da própria configuração das relações que se estabelecem dentro da família: primeiro, depende da própria atitude da mãe – sua parceira – diante dos seus investimentos educativos; segundo, depende do nível de envolvimento do pai biológico com seus filhos. Assim, a atitude de esquivar do padrasto está relacionada, às vezes, a tentativas de investimento que sofreram a reprovação da mãe. Além disso, a implicação educativa do padrasto vai depender do grau de envolvimento do pai biológico, que pode flutuar. A definição do papel do padrasto não é estabelecida, portanto, tão logo comece a coabitação com seus enteados. Inclusive nas famílias em que os laços entre o pai e seus filhos são preservados, a participação paternal não corresponde a uma divisão igualitária das responsabilidades educativas entre os ex-cônjuges, a mãe sendo o principal regente da educação das crianças: ela toma a maioria das decisões e, em seguida, informa o pai. Quanto ao padrasto, ele é um conselheiro, uma “pessoa-recurso” a quem a mãe recorre quando precisa, sem, todavia, lhe conceder um poder

de decisão sobre seus filhos. Existe aí, também, uma situação de monoparentalidade educativa. Contudo, o padrasto goza de uma forma de autoridade doméstica:

[...] a de um adulto depositário de certas regras sociais de vida em comunidade [...] que sua cônjuge se empenha a fazer respeitar por seus filhos, como para lhe conferir um espaço de legitimidade educativa sem o qual ele seria reduzido apenas ao estatuto de estrangeiro sem voz (Blöss, 1996).

O padrasto, libertado das responsabilidades parentais, estabelece, com seus enteados, vínculos de afinidade – o que ele não pode fazer com seus próprios filhos – construídos sobretudo na base dos laços. Suas relações estreitam-se na adolescência; é o momento no qual o padrasto começa a receber confidências das crianças e se torna, por sua vez, um mediador entre esses últimos e sua mãe, notadamente quando a criança é um menino. Essas relações não ficam desprovidas de efeito de socialização: comportamentos, atitudes, valores, hábitos, até vocações profissionais são transmitidos a ponto de a rede familiar, às vezes, atribuir semelhanças entre enteado e padrasto (Martial, 2003).

Paradoxalmente, a abordagem biográfica permitiu destacar que, apesar da democratização frequentemente constatada da vida familiar, e quaisquer que sejam as modalidades de organização das famílias recompostas, essas últimas são duplamente herdeiras: herdeiras de uma história anterior, decerto, mas herdeiras também de relações sociais de sexo desiguais que estruturam de modo durável as relações familiares. Elas “reproduzem a dissimetria dos papéis sociais de sexo vigente na histórias conjugais anteriores” (Blöss, 1997); portanto, efeitos biográficos e estruturais combinam-se para delinear os territórios educativos no seio das famílias recompostas.

O Laço *Beau-parental*: um Laço Familiar?

Partindo dos resultados das diversas pesquisas que tentam identificar os papéis dos padrastos, alguns autores questionaram a natureza das relações que se estabelecem entre um padrasto e seus enteados. Essa interrogação remete às transformações contemporâneas que afetam os fundamentos do laço familiar; as famílias recompostas seriam um *locus* de observação privilegiado dessas transformações (Théry, 1996; Martial, 2003), porquanto elas dissociam “os componentes ‘biológico’ e ‘social’ da relação parental” (Martial, 2003). Assim, “obrigadas a promover regulação e negociação a fim de definir modelos de comportamento inéditos” (Martin, 1997), elas constituiriam, no contexto atual de desinstitucionalização da família, um verdadeiro laboratório de experimentações que prefiguraria o futuro da família (Roussel, 1989). Na verdade, quando o casamento era uma instituição – ou seja um conjunto constrangedor de normas, leis, costumes, visando à reprodução biológica, material e simbólica do grupo e que regulava as trocas privadas, definindo as obrigações recíprocas entre os cônjuges, seus estatutos, seus papéis e suas relações, deixando pouco espaço às preferências pessoais (*Idem*) –, ele representava a referência comum que presidia a construção da família e lhe proporcionava sua estabilidade (Théry, 1993b, 1996): ao fundar o casal, a aliança instituía a filiação e, portanto, a família; assim o esposo de uma mulher era reputado ser o pai dos filhos dela, é a presunção de paternidade. A filiação legítima, que “introduzia completamente a criança nas linhas paterna e materna tornando-o um herdeiro potencial” (Cadoret, 1995), era, conseqüentemente, estabelecida a partir de um ato social: o casamento. Ora, essa função simbólica do casamento, dizem

os sociólogos, foi questionada pelo movimento contemporâneo de privatização dos laços conjugais, que o direito matrimonial acompanhou, e que se traduziu, entre outros, por uma diversificação dos modos de vida em casal e um crescimento da precariedade conjugal. Doravante, a união entre duas pessoas obedece somente à lógica do sentimento amoroso e seu objetivo é a procura do crescimento pessoal; ela se tornou assunto individual, hostil a qualquer regulação institucional. Nessas condições, o casamento perdeu sua institucionalidade (Roussel, 1989) e é apenas, entre tantas outras possíveis, uma das modalidades de formação dos casais; ele deixa, portanto, “de ser o pivô de nossas construções da família e da filiação” (Théry, 1996). O conjunto dessas transformações que atingiram a ordem simbólica da família foi chamado por Théry de “descasamento” (*Idem*, 1993b).

Todavia, se as sociedades ocidentais contemporâneas se mostraram dispostas a privatizar o laço conjugal, elas não estão prontas para fazer o mesmo com o laço familiar; logo, encontram-se frente a um desafio: redefinir os fundamentos da família. Ora, conforme os sociólogos, duas concepções contraditórias do laço familiar coexistem hoje em dia. Uma o considera uma relação estabelecida a partir de uma escolha que se contrói gradativamente no cotidiano, na base de uma proximidade afetiva compartilhada que a co-residência possibilita. A segunda faz dos laços biológicos o único fundamento da família; nesse caso, o laço familiar é um dado. Com os progressos da genética, a segunda concepção tende a se expandir, pois ela oferece uma resposta tranquilizadora perante a confusão introduzida pela perda de referências comuns, ao afirmar o caráter natural e, então, perene da filiação (Théry, 1996). A partir da análise de relatórios de pesquisas sociais realizadas em processos de divórcio, Théry

mostrou que essas duas concepções do laço familiar servem de quadro normativo às recomposições familiares e à definição do papel do padrasto, tanto pelos atos da recomposição (pai, mãe, *beau-parent*) como pelos diversos peritos (juízes, assistentes sociais, psicólogos etc.) envolvidos na decisão de guarda das crianças (Théry, 1991, 1996; Théry e Dhavernas, 1993). Às vezes, é considerado pai o adulto que toma conta da criança no cotidiano, tece com ela laços educativos e afetivos, quaisquer que sejam os laços biológicos que os unem. Segundo essa perspectiva, que define o laço parental como um laço social ou psicológico, o padrasto é considerado pai. Em outros casos são reafirmadas com força a relevância dos laços biológicos e a indissolubilidade da família a despeito da dissociação do casal. Conjugal e parental estão, portanto, separados, e a assimilação do padrasto a um pai é fonte de preocupações: teme-se que a criança não identifique claramente sua filiação biológica e que o padrasto usurpe o lugar do pai não-guardião. Ora, a partir de entrevistas realizadas com padrastos e madrastas sobre suas representações do laço que estabeleceram com seus enteados, Théry e Dhavernas (1993) concluem que essas duas concepções são inadequadas à complexidade e ao caráter inédito das relações tecidas no seio das famílias recompostas. Os resultados de sua pesquisa revelam que padrastos e madrastas reivindicam um papel específico em relação à criança, diferente do de pai ou mãe. Essa especificidade expressa-se, nos relatos dos padrastos e madrastas, pela referência à amizade “como consubstancial ao laço *beau-parent/enteado*” (Théry e Dhavernas, 1993). Com efeito, segundo as autoras, três traços pertencentes ao registro da amizade caracterizam a relação *beau-parental*: a eleição, a liberdade e o reconhecimento mútuo. Assim o estatuto familiar do *beau-parent* não é adquirido apenas pelo compartilha-

mento de um mesmo domicílio, mas por uma eleição mútua que tem um caráter afetivo como também social, pois “confere *ipso facto* a cada um, um lugar na família, eventualmente uma denominação [...], direitos e deveres que se fixam a cada um e que vão regular a relação no cotidiano” (Théry e Dhavernas, 1993). Essa eleição decorre de um processo de “entronização” do *beau-parent*, marcado por diferentes etapas que envolvem o conjunto da constelação familiar, entre as quais: a mudança de residência, o casamento dos novos cônjuges, o nascimento de uma criança do novo casal. Nesse processo, a relação, de imposta, torna-se escolhida, querida. Todavia, o vínculo estabelecido não é definitivo, pode se enfraquecer ou desaparecer após uma ruptura conjugal: “é um contrato relacional, sempre suscetível de ser questionado” (*Idem*). Enfim, a autoridade dos *beaux-parents* nunca é legítima. Para se proteger dos conflitos, mas também porque eles se sentem menos responsáveis por seus enteados, eles são mais permissivos e mais pacientes; “a relação de oposição tende a se apagar dando lugar à negociação, à troca” (*Idem*), o que facilita a instauração de uma relação mais igualitária do que a relação parental. A partir desses resultados, os autores qualificam o laço entre *beaux-parents* e enteados de “parentesco eletivo” ou “amizade familiar” não só no sentido de que a relação se situa na fronteira entre a amizade e o parentesco – dois registros que as sociedades ocidentais separaram – mas também de que a amizade é a condição necessária e imprescindível para o *beau-parent* criar um envolvimento de tipo familiar para com seu enteado.

Contudo, pesquisas mais recentes, cuja originalidade foi entrevistar além de *beaux-parents* e pais, enteados adolescentes, jovens e adultos – o que a antigüidade do fenômeno de recomposição tornou doravante possível –, trazem uma perspectiva um pouco di-

ferente sobre a natureza do laço entre *beau-parent* e enteado (Cadolle, 2000; Martial, 2003). O confronto das opiniões e das experiências das duas partes oferece um quadro mais contrastado que conduz a contestar a idéia de parentesco eletivo: “seu laço não é eletivo. O que pode torná-lo é o investimento afetivo desse laço” (Cadolle, 2000). Ora, para uma grande maioria, esse investimento afetivo parece difícil de se realizar. O ciúme é um dos componentes freqüentemente encontrado na relação entre *beaux-parents* e enteados: ciúme da parte dos *beaux-parents* em relação aos enteados, percebidos como concorrentes e cuja presença perturba a intimidade do casal; ciúme por parte das crianças também, sejam pequenas ou adolescentes, em relação ao *beau-parent*, percebidos como incômodos à relação de cumplicidade e exclusividade que teceram com seu pai guardião no curso da fase monoparental (Martial, 2003). A rivalidade entre enteados e *beaux-parents* pode se traduzir por conflitos abertos que se resolvem apenas com a saída de uns ou outros. Além disso, para um número expressivo de *beaux-parents* interrogados por Cadolle (2000), “o *beau-parent* é, muitas vezes, objeto de um verdadeiro desprezo”. As madrastas são julgadas mais “burras”, mais superficiais, mais feias do que as mães, tanto pelas enteadas como pelos enteados. Elas são descritas como hipócritas, bajulando a criança na presença do pai e maltratando-a na sua ausência, ou mentindo ao pai para prejudicar a criança. Os padrastos não são poupados, mas os juízos entram em outros registros: são considerados distantes, grosseiros, agressivos, inclusive violentos... afinal, indignos da mãe. Se os enteados, por vezes, julgam duramente seus próprios pais, e notadamente seu pai, o desprezo nunca transparece nas suas falas. As coerções educativas que tenta impor o *beau-parent*, seja pela punição, reprovação, seja

simplesmente pela observação, são percebidas como manifestações de hostilidade, até vexames. Como regra geral, autoridade e afeição são incompatíveis: não impor coerções ao enteado é a condição *sine qua non* para ser aceito e simpatizado; no mínimo, permite instaurar relações neutras: as oportunidades de tensões e mágoas estão aí limitadas. Quanto aos *beaux-parents*, eles reclamam pela insolência de seu enteado e não aceitam que não reconheça sua autoridade de adulto. Os problemas ligados ao uso de um espaço comum estão no centro das queixas que os *beaux-parents* têm com relação a seus enteados: roupas sujas jogadas no chão, pés no sofá, toalha de banho fora do lugar etc. São tantos os meios que os enteados dispõem para enfurecer voluntariamente seus padrastos e madrastas!

Outrossim, a relação *beau-parental* está submetida a determinadas condições: no total, menos de um terço de ambos os *beaux-parents* e os enteados pesquisados por Cadolle (2000) declararam que manteriam contato com o outro, quaisquer que fossem as circunstâncias; para eles – uma minoria – a relação não passa por um sentido de obrigatoriedade; a relação, nesse caso, sobreviveria mesmo na ausência do pai ou da mãe. Todavia, esse vínculo nem sempre é vivido com amizade. Na verdade, são apenas os enteados que se referem a esse registro para evocar suas reciprocidades com seu *beau-parent*. Trata-se, nesse caso, de um laço baseado na confiança e no conselho; mas esse, diferentemente de uma franca amizade, não são recíprocos: há portanto assimetria. Quando a relação é pacífica – em decorrência da não-intervenção prudente do *beau-parent* na educação das crianças – senão afetiva, o enteado pode, neste caso, qualificar seu *beau-parent* de “amigo”, sobretudo se a diferença de idade é pouca, mas se trata mais de marcar posições geracionais do que signi-

ficar uma amizade: os jovens afirmaram não ter nenhuma expectativa para com esse laço. Quanto aos adultos (pais e *beaux-parents*), estes nunca se referem à amizade para descrever sua relação afetiva com seu enteado, mas sim ao parentesco, acrescentando o termo “como”: “como um parente”.

Existem, entretanto, duas circunstâncias que parecem conduzir a um forte investimento da relação entre *beaux-parents* e enteados, tanto por parte dos primeiros como por parte dos segundos. Contatos raros ou inexistentes com o pai não-guardião favorecem o estabelecimento de laços afetivos intensos; ante o desinteresse manifestado pelo próprio pai, os enteados são gratos pela atenção dada por seu *beau-parent*, cuja “presença permite reconstruir uma célula familiar inteira” (Martial, 2003). Da mesma forma, relações tecidas desde a pequena infância tendem a fundar um laço duradouro: ao receber, desde cedo, os cuidados e a atenção de seu *beau-parent*, o enteado adquire com ele uma dívida afetiva que “paga” com reconhecimento da existência, entre eles, de um laço de natureza parental. A análise das lógicas de transmissão dos bens familiares pode servir de base para a compreensão dos laços nascidos da recomposição e do lugar das crianças no seio da constelação familiar. No primeiro caso, a herança segue a filiação consanguínea. Cada filho herdará apenas os bens de seu pai ou de sua mãe biológica; os bens adquiridos pelo novo casal serão divididos entre os filhos respectivos de cada um dos pais; tal divisão seguirá o critério da colaboração financeira que cada um (pai ou mãe) investiu para a aquisição do bem (Martial, 2003). Diferentemente, no segundo caso, que constitui uma minoria, o *beau-parent* deseja transmitir uma parte igual a seus filhos biológicos e a seus enteados, fazendo assim entrar simbolicamente esses últimos na sua descendência. Observou-se essa situação quando a criança rompeu qualquer vínculo com seu pai

(ou mãe) biológico ou quando foi criada desde pequena por seu *beau-parent*. A partir de tais resultados pode-se questionar a tendência de certas correntes sociológicas francesas que apontam a lógica eletiva – segundo a qual o que rege os relacionamentos familiares é a escolha – como uma característica bastante peculiar ao laço familiar contemporâneo das sociedades ocidentais. Isto parece indicar que a vida familiar não se tornou inteiramente o espaço da liberdade individual, como afirmaram alguns sociólogos franceses que, partindo de dados recolhidos junto a famílias de classe média, se lançaram numa leitura exclusivamente “subjetivista dos comportamentos familiares” (Blöss, 2002), anulando assim a distância existente entre senso comum e discurso sociológico sobre a família.

Conclusão

As pesquisas desenvolvidas pela sociologia francesa sobre as famílias recompostas são caracterizadas por uma uniformidade tanto temática como metodológica. Num primeiro momento, a produção esteve voltada para a análise da *beau-parenté*, mais especificamente do “padrasto cotidiano”. Apenas na metade dos anos de 1990 é que se assiste a uma ampliação do campo de investigação. Assim, as frátrias recompostas, até então pouco investigadas, tornaram-se objeto de diversas pesquisas, possibilitando, dessa forma, o surgimento de um conjunto sistematizado de conhecimentos a seu respeito (Théry, 1996; Martial, 1998 e 2003; Cadolle, 2000; Lovighi-Poittevin, 2003). Outras temáticas foram igualmente levantadas e exploradas: o laço avoengo (Schneider e Mietkiewicz, 2001), o papel do padrasto esporádico (Le Gall, 1996), o papel da madrasta (Cadolle, 2000), a recomposição familiar entre casais homossexuais (Le Gall, 2001).

O interesse da sociologia francesa pelas famílias recompostas é recente. Observa-se, entretanto, que há um consenso entre os pesquisadores em torno da definição do objeto: as famílias recompostas são apreendidas como constelações familiares cujos contornos ultrapassam os limites do lar no qual reside a criança da união precedente e cuja configuração repousa sobre o passado dos atores da recomposição. É nessa perspectiva e para além de toda divergência teórica ou metodológica que os trabalhos foram desenvolvidos, manifestando um desejo de aprofundamento

dos conhecimentos adquiridos. Assim, nos primeiros trabalhos a abordagem biográfica era subordinada a uma abordagem mais estrutural, baseada no pertencimento social. Posteriormente, nos anos de 1990, a abordagem biográfica começou a ser explorada como fator independente, passando a ser o foco das análises sobre as famílias recompostas. No entanto, resta despartar os efeitos biográficos dos efeitos estruturais e buscar compreender a importância da imbricação desses dois níveis na configuração das famílias recompostas.

Notas

1. O vocábulo francês *beau-parent* (plural: *beaux-parents*) é um nome genérico usado para designar tanto a madrasta como o padrasto. Os termos específicos *marâtre* e *parâtre*, que correspondem exatamente à tradução das palavras portuguesas “madrasta” e “padrasto”, ganharam, hoje em dia, um sentido tão pejorativo que foram substituídos respectivamente por *belle-mère* e *beau-père*. Vale ressaltar que *belle-mère*, *beau-père* e *beau-parent* são termos classificatórios que designam respectivamente o cônjuge do pai, da mãe ou ambos, como também a sogra, o sogro ou ambos.
2. Após vários debates entre os pesquisadores sobre a denominação mais adequada para nomear essas famílias, um consenso se estabeleceu em favor do termo “família recomposta”.
3. Le Gall forjou as expressões *beau-parent au quotidien* e *beau-parent par intermittence* para designar os padrastos/madrastas que respectivamente coabitam com seus enteados e aqueles que, por morar com o pai não-guardião, compartilham apenas de vez em quando a vida de seus enteados.
4. Também chamada multiparentalidade ou co-parentalidade.
5. Somente o Canadá e os Estados-Unidos instituíram a *open adoption*, que possibilita a criança não romper com suas origens biológicas (ver Fine, 2001b).
6. Como Le Gall e Martin, Blöss pesquisou famílias com “padrasto cotidiano”.

Bibliografia

- ATTIAS-DONFUT, Claudine; LAPIERRE, Nicole & SEGALLEN, Martine. (2002), *L'esprit de famille*. Paris, Odile Jacob.
- BLÖSS, Thierry. (1996), *Education familiale et beau-parenté: l'empreinte des trajectoires biographiques*. Paris, L'Harmattan (col. Logiques Sociales).

- _____. (1997), *Les liens de famille: sociologie des rapports entre générations*. Paris, PUF (col. Le Sociologue).
- _____. (2001), "L'égalité parentale au cœur des contradictions de la vie privée et des politiques publiques", in T. Blöss (dir.), *La dialectique des rapports hommes-femmes*, Paris, PUF (col. Sociologie d'Aujourd'hui).
- BLÖSS, Thierry. (2002), *Trajectoires biographiques et causalités sociales*. Seminário do Groupe de Recherche sur la Socialisation e do Centre d'Études Démographiques, Université Lumière Lyon II (mimeo.).
- BOURDIEU, Pierre. (1996), "Des familles sans nom". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 113, jun.
- BOZON, Michel & HÉRAN, François. (1987), "La découverte du conjoint I". *Population*, 6.
- _____. (1988), "La découverte du conjoint II". *Population*, 1.
- BRUNET, Laurence. (1993), "Heurs et malheurs de la famille recomposée en droit français", in M-T. Meulders-Klein e I. Théry (orgs.), *Les recompositions familiales aujourd'hui*, Paris, Nathan (col. Essais et Recherches, série Sciences Sociales).
- BUISSON, Monique. (2003), *La fratrie, creuset des paradoxes*. Paris, L'Harmattan (col. Logiques Sociales).
- BURGUIÈRE, André. (1993), "De la famille en miettes à la famille recomposée", in M-T Meulders-Klein e I. Théry (orgs.), *Les recompositions familiales aujourd'hui*, Paris, Nathan (col. Essais et Recherches, série Sciences Sociales).
- CADOLLE, Sylvie. (2000), *Etre parent, être beau-parent: la recomposition de la famille*. Paris, Odile Jacob.
- _____. (2001), "Les recompositions familiales aux Etats-Unis: l'évolution des recherches récentes", in D. Le Gall e Y. Bettahar (orgs.), *La pluriparentalité*, Paris, PUF (col. Sociologie d'Aujourd'hui).
- CADORET, Anne. (1995), *Parenté plurielle. Anthropologie du placement familial*. Paris, L'Harmattan (col. Nouvelles Études Anthropologiques).
- _____. (2001), "Placement d'enfants et appartenance familiale: une pluriparentalité nécessaire", in D. Le Gall e Y. Bettahar (orgs.), *La pluriparentalité*, Paris, PUF (col. Sociologie d'Aujourd'hui).
- DÉCORET, Bruno. (2001), "Organisation parentale et persistance du lien après divorce: recherche ethnométhodologique avec des divorcés". *Dialogue*, 1^o trimestre.
- FINE, Agnès. (2001a), "Pluriparentalités et système de filiation dans les sociétés occidentales", in D. Le Gall e Y. Bettahar (orgs.), *La pluriparentalité*, Paris, PUF (col. Sociologie d'Aujourd'hui).
- _____. (2001b), "Vers une reconnaissance de la pluriparentalité ?". *Esprit*, 273, mar.-abr., Paris.

- GHASARIAN, Christian. (1996), *Introduction à l'étude de la parenté*. Paris, Points (col. Essais).
- LE GALL, Didier. (1992), "Rôle beau-parental et nouvel enfant dans les familles recomposées: familles et contextes sociaux – les espaces et les temps de la diversité". *Familles et contextes sociaux: les espaces et les temps de la diversité* (Actes du colloque de Lisbonne, 10-12 abr. 1991), Lisbonne, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
- _____. (1996), "Beaux-parents au quotidien et par intermittence", in D. Le Gall e C. Martin (orgs.), *Familles et politiques sociales: dix questions sur le lien familial contemporain*, Paris, L'Harmattan (co. Logiques Sociales).
- _____. (2001), "Recompositions homoparentales féminines", in D. Le Gall e Y. Bettahar (orgs.), *La pluriparentalité*, Paris, PUF (col. Sociologie d'Aujourd'hui).
- LE GALL, Didier & MARTIN, Claude. (1991), "L'instabilité conjugale et la recomposition familiale", in F. de Singly (dir.), *La famille, l'état des savoirs*, Paris, La découverte (col. Textes à l'Appui, série Sociologie).
- _____. (1995), "Construire un nouveau lien familial: beaux-parents et beaux-grands-parents", in M. Gullestad e M. Segalen (coords.), *La famille en Europe: parenté et perpétuation familiale*, Paris, La Découverte (col. Recherches).
- _____. (1996), "Mutation de la famille, mutation du lien familial", in D. Le Gall e C. Martin (orgs.), *Familles et politiques sociales: dix questions sur le lien familial contemporain*, Paris, L'Harmattan (col. Logiques Sociales).
- LÉRIDON, Henri. (1993), "Recomposer les familles dans les sources statistiques", in M-T. Meulders-Klein e I. Théry (orgs.), *Les recompositions familiales aujourd'hui*, Paris, Nathan (col. Essais et Recherches, série Sciences Sociales).
- LÉRIDON, Henri & Villeneuve-Gokalp, Catherine. (1994), *Constance et inconstrances de la famille: biographies familiales des couples et des enfants*. Paris, PUF-INED (col. Travaux et Documents, 134).
- LOVIGHI-POITTEVIN, Aude. (2003), "Les liens dans les fratries recomposées: regard sociologique sur les relations entre enfants dans les familles recomposées". *Dossiers d'études*, 47.
- MARTIAL, Agnès. (1998), "Partages et fraternité dans les familles recomposées", in A. Fine, *Adoptions*, Paris, Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- _____. (2003), *S'apparenter*. Paris, Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- MARTIN, Claude. (1992), "À propos de la desinstitutionnalisation: le cas des recompositions familiales". *Familles et contextes sociaux: les espaces et les temps de la diversité* (Actes du colloque de Lisbonne, 10-12 abr. 1991), Lisbonne, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.

- _____. (1997), *L'après divorce: lien familial et vulnérabilité*. Rennes, Presses Universitaires de Rennes (col. Le Sens Social).
- _____. (2001), "Recomposer l'espace intime et familial". *Terrains*, 36.
- MEULDERS-KLEIN, Marie-Thérèse. (1993), "Les recompositions familiales et le droit au temps du démariage", in M-T. Meulders-Klein e I. Théry (orgs.), *Les recompositions familiales aujourd'hui*, Paris, Nathan (col. Essais et Recherches, série Sciences Sociales).
- MEULDERS-KLEIN, Marie-Thérèse & Théry, Irène (orgs.). (1993), *Les recompositions familiales aujourd'hui*. Paris, Nathan (col. Essais et Recherches, série Sciences Sociales).
- NEYRAND, Gérard. (2001), "Mutations sociales et renversement des perspectives sur la parentalité", in D. Le Gall e Y. Bettahar (orgs.), *La pluriparentalité*, Paris, PUF (col. Sociologie d'Aujourd'hui).
- ROUSSEL, Louis. (1989), *La famille incertaine*. Paris, Odile Jacob.
- SCHNEIDER, Benoît & MIETKIEWICZ, Marie-Claude. (2001), "Grands parents et familles recomposées: de la grand-mère à la 'belle-grand-mère'". *Dialogue*, 1^o trimestre.
- SINGLY, François de. (1996), *Le soi, le couple et la famille*. Paris, Nathan (col. Essais et Recherches).
- SOSSON, Jehanne. (1993), "Le statut juridique des familles recomposées en Europe: quelques aspects de droit comparé", in M-T. Meulders-Klein e I. Théry (orgs.), *Les recompositions familiales aujourd'hui*, Paris, Nathan (col. Essais et Recherches, série Sciences Sociales).
- THÉRY, Irène. (1987), "Remariage et familles composées: des évidences aux incertitudes". *L'Année Sociologique*, 37.
- _____. (1991), "Trouver le mot juste: langage et parenté dans les recompositions familiales après divorce", in M. Segalen (coord.), *Jeux de familles*, Paris, CNRS.
- _____. (1993a), "Le temps des recompositions familiales", in M-T. Meulders-Klein e I. Théry (orgs.), *Les recompositions familiales aujourd'hui*, Paris, Nathan (col. Essais et Recherches, série Sciences Sociales).
- _____. (1993b), *Le démariage*. Paris, Odile Jacob.
- _____. (1996), "Normes et représentations de la famille au temps du démariage: le cas des liens fraternels dans les familles recomposées", in D. Le Gall e C Martin (orgs.), *Familles et politiques sociales: dix questions sur le lien familial contemporain*, Paris, L'Harmattan (col. Logiques Sociales).
- THÉRY, Irène & DHAVERNAS, Marie-Josèphe. (1993), "La parenté aux frontières de l'amitié: statut et rôle du beaux-parent dans les familles recomposées", in M-T. Meulders-Klein e I. Théry (orgs.), *Les recompositions familiales aujourd'hui*, Paris, Nathan (col. Essais et Recherches, série Sciences Sociales).

THEVENOT, Anne. (2001), "Le parental et le conjugal dans les recompositions familiales".
Dialogue, 1º trimestre.

- Artigo recebido em maio/2004
- Aprovado em agosto/2004

Resumo

A Sociologia Francesa diante das Relações Beaux-parents: Enteados nas Famílias Recompuestas após Divórcio ou Separação

Este texto faz uma síntese da produção sociológica francesa sobre as relações que se estabelecem entre *beaux-parents* e enteados em famílias recompuestas após divórcio ou separação. Num primeiro momento, apresenta-se a abordagem teórico-metodológica escolhida pelos autores para construir o objeto "família recompuesta" e que orienta as análises da *beau-parenté* e, em seguida, são expostos os principais resultados das pesquisas desenvolvidas nesse domínio. Trata-se, por um lado, da definição do papel do padrasto e, por outro, da natureza do laço construído entre *beaux-parents* e enteados.

Palavras-chave: Famílias recompuestas; Relações padrasto/enteado; Trajetórias familiares; Laço familiar contemporâneo.

Abstract

The French Sociology and Relations involving Stepparents: Stepchildren in Families Recompoused after Divorce or Separation

This text offers a synthesis of the French sociological research concerning the relationships that develop between stepparents and stepchildren in families following separation or divorce. An initial description of the theoretical/methodological approach chosen by the authors to construct the notion of the stepfamily will be followed by an examination on the main results of the research carried out. The latter includes a definition of the roles of stepparents and explores the nature of the bonds constructed between them and their stepchildren.

Keywords: Stepfamilies; Relationships between stepparents and stepchildren; Evolutions in families; Contemporary family ties.

Résumé

La Sociologie Française face aux rapports avec les Beaux-parents : les Beaux-enfants dans les Familles Recompuestas suite à un Divorce ou à une Séparation

Le texte propose une synthèse de la production sociologique française sur les relations qui s'établissent entre beaux-parents et beaux-enfants dans les familles recomposées suite à un divorce ou à une séparation. Après une présentation de l'approche théorique et méthodologique choisie par les auteurs pour construire l'objet "famille recomposée" et qui oriente les analyses de la beau-parenté, l'article dévoile les principaux résultats des recherches menées dans ce domaine. Ils concernent, d'une part, la définition du rôle du beau-père et, d'autre part, la nature du lien tissé entre beaux-parents et beaux-enfants.

Mots-clés: Familles recomposées; Relations beau-père/beau-fils; Trajectoires familiales; Lien familial contemporain.

Introdução

O Brasil é um país com níveis extremamente elevados de desigualdade social. A concentração da renda brasileira, por exemplo, encontra-se entre as piores do mundo. Ocorrendo sob certas condições, a redução dessa concentração é desejável não apenas pelo valor intrínseco de se viver em uma sociedade mais igualitária, mas também porque seria possível, por exemplo, erradicar completamente a pobreza por meio de uma redistribuição dos recursos já existentes, como já destacava Furtado no início da década de 1980 (Furtado, 1981, p. 61).

A redução das desigualdades de renda na população brasileira pode ser obtida de várias formas, porém é justo que ela se dê também por meio de um sistema de transferência de recursos dos indivíduos mais ricos aos mais pobres. É evidente que qualquer medida redistributiva desse tipo requer um grau razoável de conhecimento tanto do grupo que vai receber os recursos como do grupo que irá cedê-los. Todavia, para levar adiante um estudo sobre esses grupos é preciso, primeiramente, identificá-los na população, o que requer uma definição de quem é “pobre” e de quem é “rico”. Entre os pesquisadores da área, há um certo grau de concordância sobre as linhas gerais que podem orientar uma definição de pobreza, mas uma definição da situação de riqueza está longe de ser trivial. Não existe um consenso sobre o que caracteriza um rico, motivo pelo qual este artigo

busca na literatura sobre estratificação social indicações que possam ser úteis para delinear uma definição de riqueza.

Uma parte importante das pesquisas mais recentes sobre desigualdade apóia-se em esquemas de estratificação social. Todavia, nos estudos sobre desigualdade, a estratificação não é a única opção metodológica viável. Existem, por exemplo, muitos estudos sobre os determinantes da desigualdade econômica que poderiam ser realizados sem nenhum recurso à definição de grupos sociais. Quando se assume, porém, que os indivíduos com características similares formam grupos e que nesses grupos as pessoas comungam interesses semelhantes ou têm um comportamento provável comum, a estratificação passa a ser um procedimento útil.

Montar um esquema de estratificação envolve uma série de decisões metodológicas. O objetivo deste artigo é analisar, no que diz respeito à partição da sociedade em classes sociais, quais decisões são tomadas por diferentes correntes teóricas e quais os esquemas de estratificação daí resultantes, para subsidiar a divisão da população brasileira entre ricos e não-ricos. Isto é feito a partir de um mapeamento do debate recente sobre estratificação social com foco nas teorias de classe e da discussão dos estudos precursores desse debate. As conclusões pretendem subsidiar a fundamentação de um método para se identificar a população rica a partir de uma linha de riqueza.

A estratégia utilizada para abordar as correntes que integram esse debate consiste

em analisar os eixos sobre os quais a diferenciação dos estratos (ou classes)¹ é realizada, como as fronteiras entre estratos são determinadas, que hierarquia se estabelece entre eles e quais atributos individuais podem ser relacionados a posições nos diferentes estratos. As distintas correntes são, então, comparadas entre si em função de suas diferenças a respeito de cada um desses itens.

Em primeiro lugar são discutidos elementos das teorias precursoras do debate moderno. Em seguida, discute-se a influência que esses precursores tiveram no debate sobre estratificação, apresentando as principais correntes deles derivadas. A ênfase da discussão é dada às modificações realizadas nas abordagens originais para adequar teorias a novas necessidades, aos problemas persistentes, às fusões de elementos das abordagens iniciais em novos esquemas de estratificação e às novas soluções propostas.

As contribuições desse debate para a divisão da população brasileira em ricos e não-ricos são sumarizadas na forma de uma orientação de caráter geral: a de que a estratificação da sociedade brasileira nesses termos pode ser feita a partir de informações de um terceiro grupo, o dos pobres, e de que estes grupos podem ser definidos em termos de um eixo comum, seu nível de riqueza. Isso significa que, na prática, a estratificação pode ser feita por meio de uma noção de riqueza relativa que dependa totalmente da intensidade da pobreza em uma sociedade.

Os Precursores do Campo

O uso de categorias para exprimir diferenciações de posição na estrutura social é tão antigo que certos estudos dedicam-se a descrever as utilizadas em trechos bíblicos ou na filosofia clássica grega (Ossowski, 1964; Tumin, 1970). Porém, as análises sis-

temáticas do assunto, com esforços para delimitar com maior precisão as categorias utilizadas, as origens das posições e as implicações de sua diferenciação no funcionamento da sociedade são mais recentes e datam dos últimos quatro séculos.

Embora seja viável ordenar cronologicamente essas análises, não é possível traçar uma linha sucessória única para elas. Antes, elas podem ser entendidas como ramificações separadas que, embora tenham dialogado entre si ao longo do tempo, geraram seus próprios sucessores. Marx, por exemplo, conhecia e foi influenciado pelos economistas políticos clássicos, em especial Smith e Ricardo, mas sua teoria de classes é mais uma alternativa do que uma simples derivação das idéias da economia política clássica e o mesmo pode ser dito de Weber e Pareto, que sucedem Marx no tempo e reconhecem suas idéias, mas distinguem suas proposições das colocações marxistas.

Boa parte da discussão recente sobre estratificação tem origem em teorias propostas na segunda metade do século XIX e início do século XX. Embora hoje nenhum dos principais esquemas de estratificação discutidos na literatura sobre o tema seja uma reprodução exata das teorias precursoras do campo, algumas das linhas de abordagem atualmente dominantes remontam claramente a elas. No debate moderno sobre estratificação prevalecem abordagens marxistas e weberianas, com variações internas cujas idéias podem ser inicialmente identificadas em alguns autores clássicos das ciências sociais. Por esta razão, uma retrospectiva das teorias precursoras torna-se importante, uma vez que contribui para o esclarecimento do conteúdo das discussões atuais.

Os embriões das teorias de estratificação modernas podem ser identificados na economia política clássica. Smith lança mão de um esquema de classe fundado na origem dos

rendimentos dos indivíduos que segmenta a sociedade entre capitalistas, proprietários de terra e trabalhadores (Smith, 1988) e Ricardo sustenta um esquema semelhante, que também utiliza os tipos de rendimento como critério de distinção das classes (Ricardo, 1978). Em ambos os casos, a fonte de rendimentos é tratada como um indicador da função de cada indivíduo na sociedade, e esta função, usada como elemento explicativo da dinâmica econômica da sociedade. Embora a reflexão sobre a estrutura social seja facilmente localizada em obras muito anteriores, as preocupações da economia política clássica podem ser tomadas como o início das tendências modernas de um campo de pesquisas que hoje é compartilhado por economistas e sociólogos.

Sucessor direto dos primeiros economistas políticos, Marx pode ser classificado como um dos autores mais comentados da sociologia no que diz respeito ao estudo da estratificação social. Sua discussão sobre a origem e a lógica de funcionamento das sociedades capitalistas é fortemente orientada ao estudo da desigualdade social por uma abordagem de classes. O método usado por Marx para explorar os fenômenos sociais concentra-se na análise de estruturas da sociedade. Em larga medida, sua abordagem consiste em elaborar teorias baseadas em categorias abstratas e de caráter muito geral para, então, analisar fenômenos concretos. É o caso, por exemplo, da maneira como as categorias *capital* e *força de trabalho* são articuladas para explicar não só a base que define a estrutura social, mas praticamente toda a dinâmica do capitalismo. Em uma economia capitalista, o capital se reproduz por meio da exploração da força de trabalho (extração de mais-valia). Esse processo de reprodução define, na abordagem marxista, grande parte das características da estrutura social. A situação de

classe dos indivíduos, por exemplo, está fundamentalmente relacionada à sua posição no processo de produção capitalista.

Há controvérsias em relação às definições de classe usadas por Marx (Ollman, 1976, p. 6). O capítulo “As classes”, parte do livro III de *O capital*, em que o tema seria discutido, jamais foi concluído, deixando espaço para interpretações distintas (Marx, 1975, Livro III, pp. 1012-1013). Para alguns, como Shaw, a definição de classe em Marx é límpida: classes são grupos de pessoas em relações semelhantes de produção de propriedade. Poulantzas, porém, contesta Shaw e acredita ser um erro definir as classes de Marx em termos de relações de produção, já que essas guardariam também vínculos com níveis políticos e ideológicos (Shaw, 1979, pp. 50-53). Como todo debate de caráter muito interpretativo, esse é um cuja conclusão não é simples, pois o próprio Marx usa o termo classe com várias conotações. É inequívoco, porém, que, em *O capital*, a posição dos indivíduos na estrutura de produção é uma peça chave para definir sua situação de classe.

O grupo mais rico da sociedade é constituído pela classe capitalista, que monopoliza os meios de produção e acumula riqueza por meio da exploração dos trabalhadores. Essa exploração consiste em remunerar os trabalhadores com salários cujo valor é inferior àquilo que eles produzem. Os capitalistas apropriam-se de parte do valor do trabalho de seus empregados (mais-valia) e a investem no processo produtivo, expandindo a riqueza por meio da reprodução de seu capital.

Marx afirma, em diversos momentos de sua obra, que os indivíduos nas classes são apenas portadores de relações sociais. Em *O capital*, por exemplo, a dinâmica das sociedades capitalistas é explicada por uma teoria construída em termos de relações entre *capital* e *força de trabalho* e não entre indivíduos *capitalistas* e *trabalhadores*. A diferenciação, que

pode parecer preciosismo, pois as últimas categorias são personificação das duas primeiras, não deve ser subestimada. Devido a ela, os motivos que fazem de um indivíduo específico um capitalista ocupam um papel de menor relevância nas preocupações de Marx. Em última instância o capitalista possui poder de comandar trabalho não por suas qualidades pessoais ou humanas, mas porque é proprietário do capital (Marx, 1978, vol. 5, p. 322).

Marx discorre extensivamente sobre a origem histórica do capitalismo ao tratar da acumulação primitiva do capital. Esta é resultado, em grande parte, da violência e da fraude, mas ele mesmo reconhece que parte dessa acumulação se deu independentemente da exploração, por meio do trabalho acumulado ao longo de gerações (Marx, 1975, Livro I, pp. 662 e 677; 1973, cad. IV, p. 459). Isto não o impede de rejeitar, recorrentemente, aquilo que chama de Teoria da Abstinência, ou seja, a justificativa moral da riqueza por meio do argumento de que os capitalistas são capazes de acumular suas propriedades porque optaram por uma vida de consumo frugal e trabalho duro.

Há, proporcionalmente em relação ao tratamento dispensado à origem histórica da classe capitalista, pouco em sua obra que contribua para definir a origem da situação de um capitalista individual. Embora existam menções de sua parte ao assunto, seu arcabouço teórico confere poucos instrumentos para relacionar os atributos de um indivíduo à sua posição na estrutura social. Isto não impede, porém, a realização de algumas inferências a partir de sua teoria.

Pode-se concluir, por exemplo, que as heranças têm um papel importante na transmissão intergeracional da situação de classe. A sucessão familiar, que é destacada nas análises sobre a reprodução da classe trabalhadora, pode ser usada para explicar como a acumulação de capital realizada em um de-

terminado momento da história se propaga até as sociedades capitalistas. Enquanto tomava nota de suas leituras de J. B. Say, Marx registra, nos *Manuscritos de Paris*, que é pelo “direito positivo”, isto é, pelo direito de sucessão, que alguém se converte em proprietário de fundos produtivos, nos casos em que o capital não é fruto do roubo ou da fraude (Marx, 1978, vol. 5, p. 321), e repete algo muito semelhante em uma carta dirigida a Adolf Cluss (Marx, 1981, vol. 39, p. 378). Em *O capital*, escreve que a divisão das fortunas das famílias determina, entre outros fatores, o número de capitalistas na sociedade (Marx, 1975, Livro I, p. 726).

Ainda no século XIX surge, com Veblen, um outro enfoque da desigualdade que se tornou relevante nos estudos modernos. Veblen, um norueguês radicado nos Estados Unidos, edita, pela primeira vez em 1899, *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições* (1983). O livro, que teve fragmentos inicialmente publicados no *American Journal of Sociology*, baseia-se em digressões históricas de caráter científico contestável, mas é, ao mesmo tempo, um apurado relato etnográfico do comportamento das classes superiores das sociedades capitalistas do final do século XIX.

Pouco discutida na sociologia brasileira, *A teoria da classe ociosa* trata extensivamente de mecanismos não-econômicos de distinção de classe, tema posteriormente explorado pela sociologia francesa. Do ponto de vista filosófico, Veblen investe contra o consumo conspícuo e o emprego improdutivo de tempo, dinheiro e esforço realizado com o propósito de distinguir as classes superiores do restante da sociedade. Esse comportamento conspícuo não tem o objetivo de trazer o bem-estar físico à classe ociosa, mas sim um papel meramente emulativo (isto é, exibicionista), cuja função é simbolizar a situação de classe dos indivíduos ociosos.

A maior parte da obra de Veblen não está centrada na origem da riqueza, mas em seu destino. A riqueza confere honra a seu possuidor e sua conquista é um meio de assegurar a distinção e a estima social. Por esta razão, mais importante do que o efeito material que a riqueza pode ter sobre o conforto é seu efeito simbólico de anunciar o *status* de um indivíduo perante os demais (1983, p. 19). Devido a isto, *A teoria da classe ociosa* dedica-se a analisar temas como o ócio e o consumo conspícuos, o padrão de vida pecuniário e os efeitos da valorização do ócio como as regras do gosto, o vestuário, as observâncias devotas, a cultura superior (erudita) e as sobrevivências modernas da proeza. Ainda assim, há uma série de indicações sobre as origens da classe ociosa na obra de Veblen. Em uma crítica aberta à idéia de que a fortuna depende de uma ética da opressão e da frugalidade presente na ideologia de um capitalismo virtuoso, Veblen defende que a relação predatória com os demais membros da comunidade, a força e a desonestidade são as bases do sucesso dos membros da classe ociosa (*Idem*, pp. 8,10, 101-102).

Uma vez estabelecidos, os membros da classe ociosa são submetidos a um processo seletivo contínuo, tendo que se adaptar à sociedade em que vivem, e, por isso, criam e mantêm instituições a fim de perpetuar sua posição: editam decretos e convenções que contribuem para a segurança da propriedade, a execução dos contratos, a facilidade das transações financeiras e os interesses adquiridos, regulam falências, responsabilidades limitadas e operações bancárias e controlam o relacionamento entre operários e empregadores (*Idem*, p. 96). A contrapartida da acumulação da riqueza na classe ociosa é a pobreza no restante da sociedade. Para manter sua situação a classe ociosa propaga uma ideologia conservadora e resiste a qualquer mudança na estrutura social. Mantendo as demais pessoas sob a pressão da luta pela sobrevivência, a

classe ociosa limita as possibilidades de mudanças no *status quo* (*Idem*, p. 94).

É difícil definir quem constitui a classe ociosa. Embora Veblen aponte para os especuladores financeiros, acionistas anônimos (em contraposição aos capitães da indústria), altos oficiais das forças armadas, prestadores de serviços bancários, governantes, esportistas e até mesmo advogados (que se ocupariam exclusivamente de fazer ou anular as fraudes) (*Idem*, pp. 105, 111-116), a ociosidade conspícua é antes um comportamento do que um indicador da posição na estrutura social usada nas definições mais modernas de classe.

Se a valorização do enfoque de Veblen na sociologia é apenas recente, o mesmo não pode ser dito quanto à obra de Weber. Escrita no início do século XX, ela é um marco entre os estudos sobre estratificação social, cuja importância só pode ser comparada à influência do trabalho de Marx. A tipologia de classes, estamentos e partidos weberiana influenciou os critérios considerados na definição da situação social dos indivíduos em diversos estudos posteriores. O esquema de estratificação social weberiano baseia-se em três eixos: as diferenças econômicas, que definem as classes, as diferenças de poder, que definem os partidos, e as diferenças de prestígio, que definem o *status* (1974, pp. 211-228; 1991, pp. 199-203).

Para Weber a situação de classe está relacionada a oportunidades de vida abertas aos indivíduos e indica a existência de situações de interesse semelhantes em que um indivíduo se encontra junto com muitos outros, a qual, em princípio, é constituída pelo nível de propriedade dos meios de produção, a capacidade de consumo e a qualificação de serviço. Os indivíduos mais ricos da sociedade podem pertencer às “classes proprietárias positivamente privilegiadas”, formadas tipicamente por rentistas, e às “classes aquisitivas

positivamente privilegiadas”, compostas por empresários e, em certas circunstâncias, profissionais liberais e trabalhadores altamente qualificados (1991, pp. 199-201).

A situação de classe dos indivíduos é uma situação de mercado, mas pode ser influenciada por diversos fatores, inclusive aqueles que possuem pouca relação direta com a atividade econômica individual. Ao explicar a diferenciação das pessoas na estrutura social, Weber não subestima a importância de fatores institucionais que asseguram, por exemplo, a transmissão de heranças (assegurando o monopólio de propriedades), ou mesmo a distinção na qualificação profissional dos indivíduos (monopólio da educação) (*Idem*, pp. 69, 99-100, 199-200), mas boa parte de seus principais livros dedica-se à análise da motivação para o trabalho e o comportamento capitalista (1961, 1989, 1991).

Em larga medida Weber endossa a tese de que a operosidade e a frugalidade são determinantes importantes do desempenho econômico dos indivíduos nas sociedades capitalistas. Um dos objetivos de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* é mostrar que essas características explicam o fato de protestantes ocuparem posições superiores às de católicos na hierarquia social. O argumento weberiano, amplamente conhecido, é de que, na origem do capitalismo moderno, certas correntes do protestantismo possuíam um *ethos*, compatível com o “espírito do capitalismo”, que favoreceu a ocupação de posições mais altas na estratificação social por protestantes. Essa ética estendia-se a todos os estratos sociais, determinando um comportamento ascético favorável ao investimento, a escolhas educacionais orientadas à qualificação profissional e ao trabalho como um fim em si mesmo.

Weber é cauteloso em dissociar a religião do capitalismo moderno. Em suas palavras, “a raiz religiosa do homem moderno mor-

reu” (1961, p. 309),² mas permaneceu o racionalismo ocidental, que é a base do capitalismo e do qual o protestantismo é apenas “um estágio historicamente anterior” (1989, p. 50). Portanto, não é mais nas características religiosas, mas no autocontrole e na eficiência produtiva que parte da explicação para a posição social dos indivíduos nas sociedades capitalistas deve ser procurada.

Ainda no início do século XX, uma obra que influenciou muitos dos estudos sobre a relação entre a estrutura social e o funcionamento dos sistemas político-partidários é a de Pareto, um autor importante no campo de pesquisas sobre desigualdade. No *Tratado de sociologia geral*, um de seus principais livros, a heterogeneidade da sociedade ocupa um papel central na análise sociológica. Pareto argumenta que os homens são diferentes física, moral e intelectualmente, o que faz com que todas as sociedades sejam essencialmente heterogêneas. As diferenças entre indivíduos estão na origem da distinção entre classes, mas essa distinção não implica uma separação rígida entre grupos, pois indivíduos circulam entre classes (Pareto, 1964, vol. II, p. 527, § 2025). Logo, uma teoria que leve a heterogeneidade em consideração não deve apenas mapear a estrutura social, mas, também, tratar da mobilidade dentro dessa estrutura.

A estratificação mais famosa de sua obra é a conhecida separação entre *elite* e *massa* (ou, mais exatamente, entre *elite* e *não-elite*), utilizada na teoria que busca explicar a origem e a circulação das elites na sociedade. Pareto não é o primeiro a tratar de uma estratificação desse tipo, mas é a ele a quem a consolidação do termo elite deve ser atribuída. Segundo Pareto, é possível, por simplificação, dividir a sociedade em dois estratos fundamentais, um inferior, a massa (*classe non eletta*), e outro superior, a elite (*classe eletta*). O estrato superior, por sua vez, subdivide-se

em elite governante e elite não governante. Apesar de propor essa subdivisão, Pareto praticamente usa o termo elite como sinônimo de elite governante (*Idem*, p. 531, §2032).

Para expor sua idéia de elite, Pareto usa uma analogia com um sistema de notas conferidas à capacidade das pessoas em suas atividades profissionais. A elite é a classe composta pelos indivíduos com maiores índices em suas atividades. Pareto tenta manter a noção de elite restrita à avaliação da eficiência de um indivíduo na perseguição de suas metas, quaisquer que sejam elas. Por esta razão, busca afastar o julgamento de valor quanto aos fins das atividades, inserindo, lado a lado, nas elites profissionais, o ladrão e o artista competentes. As elites perpetuam-se recrutando os membros mais capacitados das classes inferiores.

No entanto, essa não é uma forma de exposição totalmente consistente com o corpo teórico paretiano. Embora Pareto insista em utilizar o sistema de notas para definir inicialmente as elites, essa abordagem parece ser uma tentativa de excluir valores morais do esquema de classificação e não um esforço para formar uma regra classificatória. A posição de elite diz respeito mais à capacidade de influir nos destinos da sociedade em função de sua posição na estrutura social do que a atributos individuais. Em Pareto, a elite não é apenas um estrato, ela constitui uma classe que se reconhece como tal e se esforça por manter sua posição, logo o apelo a atributos pessoais adquire um certo tom de justificativa histórica para a segmentação da sociedade e não a forma de um critério de estratificação.

Isso se torna mais claro quando Pareto indica que a riqueza, o parentesco e a rede de relacionamentos podem dar o título de elite a quem não deveria tê-lo (1964, 532, §2036). São, portanto, determinantes da posição de elite tanto elementos de mérito individual como heranças, características fa-

miliares e outros fatores externos aos indivíduos. Na teoria de Pareto, os atributos pessoais têm um papel ambíguo na determinação da posição dos indivíduos na estrutura social: a ascensão à elite se dá em função da capacidade (qualificação) individual; a manutenção da posição na elite ao longo das gerações, não.

Qual seria o critério exato para demarcar o estrato de elite? Discutindo a abordagem marxista, Pareto rejeita o uso de classes capitalistas e trabalhadoras por julgar haver uma diversidade de interesses muito grande dentro do grupo dos capitalistas, além de, muitas vezes, trabalhadores e capitalistas possuírem interesses comuns (*Idem*, pp. 664-665, §2231). Neste ponto, “interesses” parecem ser o eixo que Pareto usa para captar, na definição de uma classe, o resultado das características econômicas e políticas do grupo. No entanto, mais adiante, Pareto enfatiza a heterogeneidade dentro das elites governantes (*Idem*, p. 681, §2254), que pode perfeitamente assumir características semelhantes às usadas por ele para rejeitar o esquema marxista. Essa questão, portanto, não encontra uma resposta clara em Pareto e foi objeto de discussões posteriores nos estudos baseados em teorias das elites, do mesmo modo que as proposições dos precursores do debate sobre estratificação social foram alvo de controvérsias.

Entre os autores clássicos das ciências sociais que estão sendo resgatados nos estudos modernos sobre estratificação social está Émile Durkheim. Fundamentais para entender seus escritos sobre a estrutura social das sociedades modernas são as analogias feitas por ele entre sociedade e organismos vivos. Do mesmo modo que um organismo vivo, as sociedades podem ser entendidas como sendo formadas por partes especializadas em determinadas funções. Assim como a complementaridade dos diversos órgãos é essencial para a manutenção de um organismo vivo, o

funcionamento equilibrado da sociedade depende da integração adequada de suas partes.

Que partes são essas? Em *A divisão do trabalho social*, Durkheim considera os grupos profissionais um elemento-chave para se entender a organização da sociedade moderna. Uma série de fatores faz com que as funções na sociedade se tornem cada vez mais especializadas e, como resposta a este fenômeno, o trabalho social seja dividido entre grupos profissionais. O pertencimento a um grupo profissional é acompanhado de prerrogativas e deveres, além de indicar, para o restante da sociedade, a posição de um indivíduo na estrutura social (1984, vol. I, p. 38).

São aspectos técnicos da divisão do trabalho que levam à formação de grupos profissionais. Em um sistema classificatório de base axiológica, essas características técnicas da produção poderiam ser usadas para definir os grupos profissionais. No entanto, Durkheim não se vale desse procedimento e usa as categorias institucionalizadas pela divisão do trabalho para captar a estrutura social. Utilizando-se da informação presente na “consciência social” (isto é, institucionalizada) para mapear os grupos profissionais, o modelo durkheimiano transfere, no limite, os julgamentos necessários para a definição de categorias e sua hierarquização para a sociedade. O que Durkheim faz, portanto, é muito mais identificar as categorias compartilhadas por grande parte da sociedade do que discutir critérios para defini-las.

A analogia organismo-sociedade tem impacto forte sobre as decisões valorativas de Durkheim acerca da possibilidade de hierarquização dos grupos profissionais. O mau funcionamento de um órgão específico pode implicar a ruína do organismo como um todo. Logo, em certa medida não faz sentido hierarquizar a importância dos órgãos, visto que eles são interdependentes. Essa idéia in-

fluencia Durkheim, que tende a se concentrar mais sobre os elementos que determinam a integração dos grupos profissionais do que sobre as hierarquias entre os grupos.

O uso de uma classificação definida de modo exógeno e a influência do modelo orgânico na abordagem da estrutura social fazem com que o arcabouço teórico durkheimiano para a análise das estruturas sociais seja guiado por uma idéia de dependência simétrica entre os grupos sociais. Isso não quer dizer que as hierarquias na estrutura social sejam ignoradas por Durkheim. Ele reconhece que os indivíduos desejam algumas posições mais do que outras e que este desejo é origem de conflitos na sociedade. Para analisá-los, Durkheim lança mão de um modelo normativo, no qual a existência de diferenças hierárquicas é justificável do ponto de vista moral, em razão das necessidades de especialização funcional na sociedade, e as posições superiores devem ser ocupadas por mérito. Sua noção de mérito é produtivista e está relacionada às aptidões profissionais (1991, vol. 2, p. 171).

Há duas categorias de determinantes das posições na estrutura social. A desigualdade social exprime as “desigualdades naturais” e as “imposições exteriores”. A primeira diz respeito às capacidades e às escolhas dos indivíduos, que podem ser entendidas como a expressão dos talentos – ou, mais especificamente, a qualificação para a atividade profissional – e as inclinações pessoais para determinadas atividades. As segundas consistem em imposições de caráter institucional, como normas e leis, das quais são expressões as barreiras criadas por regulamentação do exercício da profissão ou qualificação para ela e, principalmente, as heranças. No modelo normativo de Durkheim, estas últimas são indesejáveis, mesmo que consagradas por instituições como o direito, pois fazem com que a divisão do tra-

balho social resulte de imposições externas aos fatores que a motivaram e asseguram a eficiência da sociedade (*Idem*, pp. 170-174).

O Debate Atual

No debate atual é possível notar a marca das teorias precursoras elaboradas nos séculos XIX e XX. Porém, apesar de ser possível identificar tradições distintas dentro desse debate, uma característica do campo é uma intensa troca entre elas. São raros, atualmente, estudos relevantes sobre estratificação social que sigam fielmente o modo de abordar o problema proposto pelas teorias precursoras. Antes, elementos das diversas tradições são reelaborados e fundidos de modo a preencher falhas das teorias antigas e adaptar as novas às mudanças ocorridas na sociedade.

A análise das teorias modernas de estratificação realizada a seguir privilegia as teorias de classe e destaca três pontos. Primeiro, os eixos utilizados para definir os estratos em cada teoria. Segundo, o produto da dinâmica da disputa teórica, ou seja, o resultado das interseções entre tradições distintas e as críticas mútuas por elas realizadas. Terceiro, o tratamento dado à hierarquização dos estratos e as relações entre eles. É evidente que diversos outros enfoques poderiam ser realizados. O objetivo desta escolha, porém, é bastante específico e consiste em levantar subsídios para uma posterior definição de um estrato rico na sociedade brasileira.

Especialmente no que diz respeito às teorias de classe, as influências de Marx e Weber se fazem sentir em um grande número de abordagens. Elas são o pivô da discussão teórica moderna, e exemplos disso são abundantes na extensa literatura sobre o assunto – além das tradições neo-marxistas e neo-weberianas, sucessoras óbvias das duas abordagens precursoras, proposições deno-

minadas neo-ricardianas guardam grande semelhança com as idéias de Marx; o mapa de classes de Pierre Bourdieu é uma fusão do esquema de Weber com elementos que foram discutidos na obra de Veblen³ e os esquemas de classe neo-durkheimianos, por sua vez, buscam uma alternativa à estratificação com base em axiomas das tradições marxista e weberiana.

A tradição marxista moderna é composta por correntes um tanto distintas. A adoção de uma agenda normativa fortemente igualitarista, que influencia a seleção dos temas de pesquisa e o modo de abordá-los, é um ponto comum entre todos os marxistas, mas não uma característica exclusiva da tradição. A diversidade de correntes dificulta a identificação dos eixos teóricos compartilhados pelos marxistas atuais, mas é possível dizer que, nas teorias marxistas modernas, a divisão da sociedade em classes ainda tem um papel fundamental na teoria, embora talvez menor do que o concebido por Marx.

Segundo Wright (2000, 2002), as teorias marxistas modernas sustentam modelos hierárquicos de divisão da sociedade em classes nos quais a assimetria entre as classes permite relações de exploração, dominação e subordinação entre elas. Essa assimetria tem origem em relações sociais de produção, isto é, na distribuição dos direitos sobre o uso de recursos produtivos e dos direitos que regulam a apropriação da produção. O mais relevante para a classificação dos indivíduos nas diferentes classes, portanto, não são atributos das pessoas ou das relações das pessoas com as coisas, mas características da relação que um indivíduo possui com os demais no processo de produção. A ênfase no critério das relações sociais de produção dá uma base teórica para lidar com questões de classificação de indivíduos que têm poder de comandar trabalho e se beneficiam de sua exploração sem, no entanto, deter a propriedade formal (jurídica)

sobre os meios de produção, como é o caso dos executivos das empresas.

Como as classes não se definem apenas pela propriedade formal de meios de produção, torna-se facilmente compatível com o corpo teórico marxista o uso de esquemas de classe mais complexos (isto é, com um maior número de categorias) que a dicotomia simplificada entre capitalistas e trabalhadores. Isso incrementa a teoria em pelo menos três pontos: 1) torna-a mais aplicável a casos de articulação de modos de produção distintos, tal como ocorre em sociedades onde convivem relações capitalistas e semi-feudais ou em economias capitalistas altamente estatizadas; 2) faz com que ela seja mais capaz de lidar com as situações em que o direito sobre o uso de recursos produtivos não é totalmente conferido pela propriedade dos recursos, como é o caso das concessões de uso de um recurso qualquer; e 3) permite um melhor tratamento de questões que envolvem a regulação dos direitos de propriedade e diferenciam os indivíduos na estrutura social, como os acordos trabalhistas, o controle das características das empresas e da produção por meio de agências reguladoras, a sujeição a regimes tributários diferenciados etc.

Nos esquemas de classes baseados em relações sociais de produção, os atributos dos indivíduos atomizados têm papel indireto na definição de sua posição na estrutura social. A premissa por trás dessa opção é a de que as escolhas e os comportamentos dos indivíduos são moldados pelo tipo de relação que eles têm com outros indivíduos. Em termos práticos, isso não significa que características individuais, como educação, sexo ou raça, são irrelevantes em um sistema de classificação marxista, mas que sua relevância depende da influência que essas capacidades têm na distribuição de direitos sobre os recursos e os resultados da produção. Por esta razão o enfoque das pesquisas marxistas é

sobre a formação e a transmissão desses direitos, o que significa estudar como a constituição e a implementação de leis, normas e ideologias, assim como a organização de instituições, afetam a estrutura social.

Certas dificuldades enfrentadas pelos neo-marxistas levaram ao surgimento de mapas de classe que abrem mão de alguns aspectos da teoria de Marx. É o caso da abordagem de Sørensen (2000, 2002). No artigo “Neo-Ricardian class analysis”, Sørensen apresenta um esquema em que classes são definidas a partir de direitos de propriedade, os quais são entendidos como a legitimidade para receber rendas de um ativo qualquer. Os direitos de propriedade influenciam a riqueza total individual e, por isto, indicadores das condições de vida de uma pessoa são indicadores de sua posição de classe. Do ponto de vista da exploração de classes, diz Sørensen, as categorias de classe estabelecem-se em função da propriedade ou não de ativos rentáveis, ressalvando que as posições de classe definidas a partir de condições de vida não possuem necessariamente interesses antagônicos, pois a propriedade de ativos rentáveis pode não fazer parte da riqueza que uma pessoa controla (2002, pp. 169, 208).

De certo modo o esforço de Sørensen é montar um esquema de classificação que usa elementos da sociologia marxista, porém descartando a teoria do valor-trabalho de Marx para definir exploração. Ao utilizar um sistema classificatório baseado em rendas, Sørensen engenhosamente evita os graves problemas que essa teoria tem para transformar valores em preços – que afetam a base de seu conceito de exploração, a teoria da mais-valia –, mas continua sustentando que a exploração tem origem nos direitos de propriedade. A *exploração*, para Sørensen, é a desigualdade gerada pela propriedade de ativos (recursos) que geram rendas. Esses ativos geram desigualdades quando as vantagens dos proprietários surgem

às custas dos não-proprietários. A exploração, portanto, aparece na forma de renda de ativos que são concentrados pelas classes exploradoras e cuja eliminação ou redistribuição seria vantajosa para os não-proprietários (*Idem*, pp. 178-179).

O conceito de propriedade usado por Sørensen não se limita à titulação legal, estendendo-se à legitimidade para auferir rendas de um determinado ativo (Sørensen, 2000, 2002). Com isso podem ser incluídas na classe dos rentistas várias pessoas que obtêm rendas utilizando ativos dos quais não possuem a propriedade legal, como é mais evidente no caso dos executivos que usufruem das rendas das empresas que gerenciam, ou das classes políticas que se beneficiam da administração dos bens do Estado. Todavia, como o conceito de propriedade assumido é bastante amplo, quase todas as pessoas podem possuir algum tipo de ativo produtivo rentável. Assim, realizar a distinção de classes deixaria de ser uma questão de identificar a posse ou não ativos rentáveis e passaria a ser um problema de se estratificar a população em função do tipo e volume desses ativos.

Porém, se a definição de Sørensen for rigorosamente seguida, os ativos que definem a posição de classe devem ser ativos transferíveis. Conseqüentemente, o uso de recursos que são tratados por algumas teorias como formas de capital intransferível, como o capital humano ou mesmo certos capitais simbólicos, não caracterizaria a exploração, mesmo que rendas possam ser auferidas a partir desses recursos. Tudo indica, portanto, que o mais adequado, a partir da definição inicial de Sørensen, não é dividir a sociedade em proprietários e não-proprietários de ativos, mas entre exploradores e explorados, conforme o volume dessa exploração e o tipo de renda que a possibilita.

A abordagem de Sørensen é apresentada como uma “análise de classe ricardiana”, em

referência ao uso, por David Ricardo, de tipologias de rendas na formulação de suas teorias. No entanto, nem a divisão da sociedade segundo tipo de renda auferida é originalmente ricardiana, nem o conceito de renda de Sørensen é rigorosamente o mesmo de Ricardo. Como se trata de uma teoria de classes em que a fundamentação dos critérios de estratificação é dada por uma teoria de justiça distributiva centrada na exploração, parece que o mais correto seja posicionar Sørensen próximo das abordagens neo-marxistas.

O esquema de Sørensen, baseado em rendas, evita as dificuldades que a definição de classes a partir da propriedade legal apresenta, mantendo, porém, um conceito de exploração que se relaciona à idéia de propriedade. Nele, o grupo de exploradores abarca um grande número de pessoas e, do ponto de vista operacional, pode ser identificado a partir de informações sobre riqueza, uma vez que parte dessa riqueza pode existir na forma de ativos que geram rendas.

Há uma certa tendência da literatura recente em destacar uma grande semelhança entre as análises de classe de tradição marxista e weberiana. Crompton, por exemplo, destaca que ambas identificam classe a partir da estrutura ocupacional (1995, p. 50). Savage vê uma convergência entre ambas, mas julga que a análise de classe weberiana depende da vitalidade das teorias de classe marxistas (2000, p. 17). Breen acredita que as fronteiras entre ambas são pouco definidas e se estabelecem apenas em termos da importância dada às classes como elemento de explicação na teoria (2002, p. 46). Tumin afirma que Weber concordou com aspectos fundamentais do pensamento marxista muito mais do que reconheceram alguns estudos sobre estratificação social e que quase todas as pesquisas neste campo combinam aspectos da sociologia marxista com idéias weberianas (1970, p. 19). Wright, por sua vez, acredita que as análises de classes de

tradição weberiana são englobadas pelo corpo teórico marxista (2002, p. 35).

É verdade que, nos estudos modernos, existem semelhanças nas abordagens de ambas as tradições. Porém, do ponto de vista da centralidade que as classes ocupam na teoria, existe uma distinção entre as duas correntes: para a tradição weberiana, as classes têm um poder explicativo menor que o atribuído pelos neo-marxistas. Se, para estes, alguns padrões de mudança histórica podem ser explicados em termos da evolução da relação entre as classes, não seria incorreto afirmar que as idéias de Weber são usadas muito mais para estabelecer critérios de demarcação de grupos na sociedade do que para compor uma teoria sobre como as classes se originam, como se relacionam e como esse relacionamento pode ser usado para explicar o funcionamento da sociedade. Se, por um lado, Weber define classes de um modo mais nítido e afastado de ambigüidades do que Marx, por outro lado seus comentários sobre o tema são bastante fragmentados e ocupam um papel secundário em suas principais obras, e isto se reflete nos sucessores das duas correntes.

Um grande número de estudos sobre estratificação poderia ser classificado como weberiano caso as peculiaridades dessa tradição sejam a não atribuição de um conteúdo substantivo para as classes nas teorias que explicam o funcionamento da sociedade – ou o que Savage chama de uma “realidade ontológica das classes” (2000, p. 16) – e o uso de tipos ideais para fundamentar a estratificação. Para os weberianos, as classes não são importantes *a priori*: sua existência deve ser testada para verificar se os indivíduos nas classes formam uma coletividade. Os estudos que podem ser enquadrados como weberianos acreditam que faz sentido estratificar uma sociedade porque os estratos representam grupos reais que têm comportamento provável semelhante.

Embora não seja exclusiva da tradição weberiana, a atenção dada a elementos extra-econômicos em estudos sobre estratificação social é, sem dúvida, um de seus traços característicos. A partir da década de 1930 uma série de estudos inclui informações subjetivas sobre prestígio social, reputação, valores etc., em esquemas classificatórios, estratégia que se mantém até hoje em muitas pesquisas, como mostram Blau, Duncan e Tyree (2000, pp. 204-207). Os mecanismos de transformação de classes econômicas weberianas em classes sociais, isto é, os modos pelos quais as relações econômicas se traduzem em estruturas sociais não econômicas, tornou-se objeto de diversas pesquisas de Giddens e seus sucessores (Giddens, 1982, p. 157). O papel do poder político na estruturação da sociedade também é objeto de atenção dos weberianos e foi incorporado em inúmeros estudos após a publicação das obras de Wright Mills e Parsons. Quanto aos fatores que definem a posição dos indivíduos em um determinado estrato, porém, os determinantes culturais e motivacionais usados por Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* foram abandonados em função de atributos socioeconômicos mais facilmente observáveis.

Embora recuse o título de weberiano, John Goldthorpe é considerado o principal expoente da tradição, tanto por Savage (2000) como por Breen (2002). Parece correto tratá-lo desse modo, uma vez que seus esquemas de estratificação estão claramente orientados à agregação de coletivos a partir de tipos ideais, sem depender de uma teoria que articule, antecipadamente, a relação entre as classes, relações de exploração entre elas ou de uma teoria de como elas agem (Goldthorpe e Marshall, 1992, p. 383). Em formulações recentes, Goldthorpe e seus colaboradores usam um esquema de classes predominantemente baseado na regulação das relações de trabalho por meio de contratos, em que os es-

tratos são definidos a partir de duas dimensões básicas, o grau de monitoramento e a especificidade dos recursos humanos requeridos pelas tarefas (Goldthorpe, 2000, p. 214; Erikson e Goldthorpe, 2000, p. 311).

Muitos dos estudos na tradição weberiana sofreram influência da teoria das elites. A partição dicotômica de Pareto entre elite e massa, porém, foi abandonada e, em seu lugar, foram usados esquemas de estratificação que distinguem estratos intermediários. Embora na maior parte dos estudos recentes a idéia de elite esteja associada a conceitos como poder, autoridade ou controle, nas últimas décadas as elites passaram a ser entendidas como grupos além da esfera política do Estado, especialmente após pesquisas que destacavam a importância das elites na gerência da produção e nos movimentos sociais (Keller, 1963; Parry, 1969; Lasswell, Lerner e Rothwell, 1971; Therborn, 1982).

Outra ruptura em relação às teorias clássicas de elite resulta das análises recentes que mostram que a manutenção dos membros das elites em suas posições se baseia em mecanismos simbólicos, ideologias e até mesmo na violência. Reconhecendo esses resultados, muitos teóricos deixaram de lado a idéia de que a composição atual das elites pode ser adequadamente explicada em termos de talentos ou características psicológicas de seus membros e passaram a buscar explicação para essa composição na estrutura da sociedade, aproximando-se, neste ponto, da tradição marxista.

Os esquemas de classe que se autodenominam inspirados na obra de Durkheim surgem na busca por uma alternativa às tradições marxista e weberiana. Estas costumam analisar a sociedade a partir de categorias que agregam um grande número de indivíduos, classificando-os a partir de axiomas teóricos. O esquema neo-durkheimiano, em contraposição, usa categorias basea-

das em aspectos técnicos da divisão do trabalho e, portanto, mais facilmente reconhecidas na sociedade. Um dos principais expoentes da corrente, David Grusky, chama essas categorias de “microclasses” e acredita que elas refletem melhor os níveis da vida social em que as atitudes e os estilos de vida são gerados. Trata-se de categorias que refletem, em certo grau, a estrutura ocupacional da população, tal como ela é reconhecida pelos indivíduos e pelos sistemas normativos e legais (2002, pp. 76-88).

Embora o tratamento dado por Durkheim aos grupos ocupacionais seja extensivamente usado em campos como a sociologia das profissões, nos estudos sobre estrutura social são incomuns abordagens claramente durkheimianas. Desde pelo menos a década de 1930, os estudos sobre mobilidade social usam informações sobre categorias ocupacionais como indicação de posição na estrutura social, mas nem sempre como um critério de delimitação de grupos que de fato compartilham valores e comportamentos distintos dos demais agrupamentos. Até o momento as abordagens durkheimianas têm poucos resultados reais a oferecer. Nas palavras do próprio Grusky, a alternativa durkheimiana consiste mais em levantar novas questões do que fornecer respostas prontas (*Idem*, p. 104).

Uma outra corrente moderna que não se alinha rigorosamente às tradições marxista e weberiana se baseia em estudos de Pierre Bourdieu. Os trabalhos de Bourdieu sobre estrutura social não usam o recurso de derivar categorias sociais a partir de axiomas previamente definidos. Isto, aliado a uma linguagem peculiar que redefine diversos conceitos correntes da sociologia, faz com que suas idéias sejam passíveis de interpretações ambíguas (Weininger, 2002). Mesmo assim, é possível classificar a forma como Bourdieu aborda a estratificação da sociedade entre as teorias que apresentam, simultaneamente, características

do esquema geral weberiano e do tratamento dado por Veblen ao uso do estilo de vida como um símbolo de classificação social. O eixo central do trabalho de Bourdieu é o estudo das relações entre classes e grupos de *status* – que na obra de Weber são tratados separadamente –, baseado no argumento de que a análise das relações econômicas (classe) requer um estudo simultâneo das relações simbólicas (*status*) (Bourdieu, 1984, 1989).

Bourdieu monta um esquema de classificação baseado em três dimensões – volume, composição e trajetória dos capitais econômicos e culturais –, no qual não há fronteiras definidas de classe, exceto aquelas definidas pelos grupos ocupacionais institucionalizados. Com isso, é possível entender a posição dos indivíduos na estrutura social como uma função dos atributos pessoais que definem os capitais econômico e simbólico e dos processos de transmissão intergeracional desses capitais (1984, pp. 128-129, 262, 340, 452, 504). Esse esquema foi montado para analisar o que determina um estilo de vida específico, mas pode também ser aplicado para estudar como a combinação de classe e *status* influenciam as oportunidades de vida dos indivíduos.

Uma ala do debate moderno sobre classes distingue-se pelo questionamento da validade das teorias de classe como um todo. Parte da discussão gira em torno de críticas ao poder explicativo das classes nas sociedades modernas. Para alguns críticos, a análise das formas contemporâneas de hierarquia e antagonismo requer partições alternativas da sociedade: relações de autoridade estatal, gênero e raça, por exemplo, são origem de desigualdades que não são captadas pelas análises de classe e, no entanto, são elementos centrais para a compreensão das sociedades modernas. Segundo Pakulski, um dos resultados da complexificação das desigualdades é a “hibridização” dos esquemas de estratificação, isto é, a interpenetração de dois ou mais mecanismos de estrati-

ficação que torna difícil separar os efeitos causais de cada um deles, fazendo com que o estudo da desigualdade baseado apenas na análise de classes perca relevância (Pakulski, 2002). Para outros críticos, como Touraine, a informação de que um indivíduo pertence a uma classe determinada diz pouco sobre suas ações. São essas ações que modelam a sociedade e, portanto, são elas o objeto central das ciências sociais. Há momentos em que as classes agem como um coletivo, modelando a sociedade, porém em muitos outros as classes são apenas agregados passivos de indivíduos. Logo, nas sociedades modernas que não são moldadas por estruturas de privilégio, as situações (posições na estrutura) não determinam ações e o relevante para o cientista social não é identificar “classes”, mas “movimentos sociais” (1995, p. 88).

Conclusão

As diversas teorias de estratificação social discutidas formam o núcleo de uma grande quantidade de estudos contemporâneos sobre desigualdade. A estratificação de uma população em ricos e não-ricos não é objeto específico de nenhuma dessas teorias. De fato, uma estratificação como esta é, do ponto de vista de uma proposição teórica, muito pouco ambiciosa se comparada às intenções dos esquemas de estratificação discutidos, que, em sua maioria, pretendem identificar grupos cujo comportamento permite explicar os grandes movimentos da dinâmica social. No entanto, essas teorias trazem uma série de contribuições para um estudo dos ricos. Entre elas merecem destaque as que se referem às dimensões nas quais a diferenciação dos estratos é realizada e as que dizem respeito aos fatores que determinam a posição dos indivíduos na estrutura social.

A grande diversidade de abordagens nas pesquisas sobre estratificação social é uma

característica da configuração atual do campo. Ainda que seja possível identificar dois grandes ramos dominantes, o marxista e o weberiano, além de alguns ramos menores, as fronteiras entre eles são difusas e sua heterogeneidade interna é elevada, o que faz com que qualquer agrupamento de teorias seja passível de controvérsias. Não seria exagero dizer que a maior parte das teorias precursoras consideradas aqui teve influência, direta ou indireta, na formulação das abordagens modernas. Como essas abordagens não são necessariamente incompatíveis entre si, não há motivos para um esquema de estratificação deixar de incorporar elementos oriundos de fontes diversas.

Atualmente, predominam quatro grandes dimensões da vida em sociedade sobre as quais a estratificação é feita, as quais podem ser denominadas ocupação, bens simbólicos, poder político e interesses no conflito distributivo. Evidentemente a intenção de uma divisão como esta é unicamente organizar a síntese de um grande número de teorias, uma vez que essas dimensões não são entre si, excludentes e, ao menos hipoteticamente, um esquema de estratificação poderia usar, de maneira simultânea, todas elas para subdividir a sociedade.

As ocupações são utilizadas em diversos esquemas de estratificação como um meio para se capturar informações de outras dimensões, como o prestígio, por exemplo. Nas abordagens de origem durkheimiana, os agrupamentos ocupacionais institucionalizados são a principal dimensão da estratificação. Seu uso em um estudo dos ricos no Brasil, porém, parece enfrentar alguns obstáculos. Primeiro, os esquemas durkheimianos não privilegiam a hierarquização dos grupos, algo fundamental em uma pesquisa sobre desigualdade. Segundo, a elevada desigualdade intra-ocupacional observada no Brasil compromete o uso de títulos ocupacionais como critério de definição

de grupos homogêneos. Terceiro, o baixo nível de associativismo dos grupos profissionais, a alta rotatividade nos postos de trabalho e a grande proporção de trabalhadores por conta-própria em ocupações mal definidas fazem com que, para uma grande parcela da população, seja pouco provável que uma categoria profissional represente uma rede de pessoas que se relacionam de modo estável ao longo do tempo, moldando comportamentos. É provável que para um estudo dos ricos seja mais apropriado, na dimensão ocupacional, tratar de elites (intra) ocupacionais, como sugeriu Pareto, do que lidar com as ocupações como unidades.

Esquemas baseados em bens simbólicos, estilo de vida, prestígio, reputação ou algo semelhante são comuns no campo, como mostram os trabalhos de Bourdieu e de diversos weberianos modernos. A maior dificuldade desses esquemas é acessar a informação sobre bens simbólicos etc. no âmbito individual. A principal estratégia para superar essa dificuldade consiste em utilizar variáveis instrumentais que correlacionam algum atributo observável do indivíduo a seu capital simbólico. É o caso, por exemplo, das escalas de prestígio que, em um primeiro momento, relacionam o prestígio de um grupo limitado de ocupações ao nível educacional ou rendimentos dos profissionais e, posteriormente, realizam inferências acerca do prestígio de uma quantidade maior de ocupações usando essas variáveis.

A dificuldade de acessar informações sobre bens simbólicos, estilo de vida, prestígio ou reputação, por exemplo, inviabiliza o uso dessas dimensões da estratificação em pesquisas que pretendam utilizar levantamentos amostrais de grande porte para o estudo dos ricos. Mesmo a estratégia das variáveis instrumentais parece pouco útil, uma vez que ela não só teria que enfrentar uma elevada heterogeneidade intragrupo do prestígio dos

indivíduos, como também depende de um estudo prévio que, ao que tudo indica, não se encontra disponível no Brasil.

Há diversas décadas o poder político é o núcleo da estratificação em parte dos estudos sobre elites de tradição parietiana ou mesmo em alguns daqueles que possuem relação com a obra de Weber. Como os ricos constituem um certo tipo de elite, parece ser importante associar sua posição na estrutura social a seu poder político. Aqui, como no caso dos bens simbólicos, o obstáculo à incorporação dessa dimensão em um esquema de estratificação social é a disponibilidade de informações no âmbito individual. Em estudos restritos a uma comunidade política, em que a estrutura de poder é relativamente bem conhecida, o uso dessa dimensão na estratificação é perfeitamente viável. Porém, quando se trata da população como um todo, é praticamente impossível utilizá-la. Uma alternativa para não se deixar de considerar o poder político em um estudo sobre os ricos baseado em levantamentos de larga escala poderia ser a realização da estratificação por outros critérios e, posteriormente, a correlação do poder à condição de rico por meio de informações sobre ocupações em cargos políticos ou associações a entidades políticas, por exemplo.

Uma das principais contribuições do debate sobre estratificação social para a partição da sociedade entre ricos e não-ricos vem das teorias que entendem a desigualdade como resultado de alguma forma de conflito distributivo. Os esquemas de estratificação de Marx, Veblen e muitos de seus sucessores expressam, de certo modo, esse conflito ao definir as fronteiras de seus estratos de modo a demarcar grupos que têm interesses antagônicos na disputa pelos bens materiais produzidos pela sociedade. Nas teorias marxistas, por exemplo, a *exploração* é o principal processo pelo qual desigualdades injustas são geradas e transmitidas à es-

fera da distribuição, razão pela qual seus estratos refletem a divisão da sociedade entre exploradores e explorados.

Qual seria, no conflito distributivo, o grupo com interesses antagônicos ao dos ricos? É evidente que uma resposta desse tipo depende de uma teoria de justiça que proponha quais são as desigualdades injustas de uma sociedade e como elas devem ser eliminadas. Em um sistema distributivo hipotético que argumente a favor da redução da desigualdade pelo menos até a erradicação da pobreza, é possível entender os ricos como o grupo no extremo superior da distribuição da riqueza em uma sociedade que tem como grupo de interesses antagônicos na disputa pela distribuição dessa riqueza os pobres. A desigualdade entre os grupos pode ser reduzida realizando-se transferências de um extremo a outro. Isso sugere, portanto, que o estrato dos ricos pode ser definido em relação ao estrato dos pobres.

No esquema de Sørensen, a definição das fronteiras entre classes com interesses antagônicos (exploradores e explorados) não é uma questão de se ter ou não a propriedade de ativos que geram rendas, mas de definir o ponto em que o volume desses ativos é suficiente para definir uma nova classe. Isso significa que as classes são posições ao longo de uma distribuição contínua e, portanto, o que posiciona os indivíduos nas classes não é apenas apresentar ou não uma determinada característica (por exemplo, ser ou não proprietário de meios de produção), mas, também, a quantidade possuída dessa característica.

Se, analogamente, ricos e pobres forem entendidos como extremos de uma mesma distribuição, a definição das fronteiras desses estratos pode ser feita sobre algo que é comum a ambos, mas que os diferencia em termos de quantidade. Esse eixo comum poderia ser constituído pelo volume de direitos sobre os recursos e o resultado da produção conferidos

pela propriedade de ativos rentáveis. Porém, o próprio Sørensen reconhece a dificuldade em se mensurar esses direitos e, por este motivo, propõe que o nível de riqueza dos indivíduos seja usado para representar esses direitos, uma vez que resulta deles. Assim como é possível delimitar linhas de pobreza, é também possível a construção de uma linha de riqueza, isto é, um patamar de riqueza acima do qual as pessoas podem ser consideradas ricas.

Adotando-se a perspectiva de que a desigualdade social está relacionada a um conflito distributivo e que a redução dessa desigualdade pode ser feita pela transferência de recursos

dos estratos superiores aos inferiores, a estratificação da sociedade brasileira entre ricos e não-ricos pode ser feita a partir de informações de um terceiro grupo, o dos pobres. Isto significa que é possível estratificar a população por meio de uma noção de riqueza que dependa totalmente da intensidade da pobreza em uma sociedade, isto é, utilizando uma linha de riqueza que esteja diretamente relacionada à linha de pobreza e se fundamente na possibilidade de erradicar-se a pobreza extrema por meio de transferências de recursos dos mais ricos aos mais pobres.

Notas

1. Classes são entendidas como estratos sociais hierarquizados a partir de algum critério.
2. “La raíz religiosa del hombre moderno ha muerto” (Weber, 1961, p. 309).
3. Bourdieu não menciona Veblen em *A distinção* (1984), mas há grande semelhança entre as abordagens.

Bibliografia

- BLAU, Peter M.; DUNCAN, Otis Dudley & TYREE, Andrea. (2000), “Measuring the status of occupations”, in David B. Grusky (ed.), *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*, Boulder, Westview Press.
- BOURDIEU, Pierre. (1984), *Distinction: a social critique of the judgement of taste*. Cambridge, Harvard University Press.
- _____. (1989), “Espaço social e gênese das classes”, in P. Bourdieu, *O poder simbólico*, Lisboa, Difel.
- BREEN, Richard. (2002), “Foundations of class analysis in the weberian tradition”, in Erik Olin Wright (ed.), *Alternative foundations of class analysis* (mimeo.).
- CROMPTON, Rosemary. (1995), “Class and stratification: an introduction to current debates”, in Patrick Joyce (ed.), *Class*, Oxford, Oxford University Press.
- DURKHEIM, Emile. (1984), *A divisão do trabalho social*. Porto, Editorial Presença, vol I.
- _____. (1991), *A divisão do trabalho social*. Lisboa, Editorial Presença, vol. II.

- ERIKSON, Robert & GOLDTHORPE, John H. (2000), "Trends in class mobility: the post-War European experience", in David B. Grusky (ed.), *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*, Boulder, Westview Press.
- FURTADO, Celso. (1981), *O Brasil pós-"Milagre"*. 3 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- GIDDENS, Anthony. (1980), "Class structuration and class consciousness", in A. Giddens, *Class, power and conflict*, Berkeley, University of California Press (originalmente em A. Giddens, *The class structure of the advanced societies*, Londres, Hutchinson, 1980).
- GOLDTHORPE, John H. (2000), *On sociology: numbers, narratives, and the integration of research and theory*. Oxford, Oxford University Press.
- GOLDTHORPE, John H. & MARSHALL, Gordon. (1992), "The promising future of class analysis: a response to recent critiques". *Sociology: Journal of the British Sociological Association*, 26 (3): 381-400, ago.
- GRUSKY, David. (2002), "Foundations of durkheimian class analysis", in Erik Olin Wright (ed.), *Alternative foundations of class analysis* (mimeo.).
- KELLER, Suzane. (1963), *O destino das elites*. Rio de Janeiro, Forense.
- LASSWELL, Harold D.; LERNER, Daniel & ROTHWELL, C. Easton. (1971), "The elite concept", in Peter Bachrach, *Political elites in a democracy*, Nova York, Atherton Press.
- MARX, Karl. (1973), *Grundrisse: foundations of the critique of political economy*. Middlesex, Penguin Books.
- _____. (1975), *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1978), "Manuscritos de Paris: salario, beneficios, renda, trabalho enajenado" (primer manuscrito), in Karl Marx e Friedrich Engels, *Obras de Marx y Engels*, Barcelona, Editorial Crítica, vol. 5.
- _____. (1981), "Letter from Marx to Adolf Cluss in Washington, London, 5 October 1853", in *Marx and Engels collected works*, New York, International Publishers.
- OLLMAN, Bertell. (1976), *Alienation: Marx's conception of man in capitalist society*. 2 ed. Londres, Cambridge University Press.
- OSSOWSKI, Stanislaw. (1964), *Estrutura de classes na consciência social*. Rio de Janeiro, Zahar.
- PAKULSKI, Jan. (2002), "Foundations of anti-class analysis", in Erik Olin Wright (ed.), *Alternative foundations of class analysis* (mimeo.).
- PARETO, Vilfredo. (1964), *Trattato di sociologia generale*. Milano, Edizioni di Comunità.
- PARRY, Geraint. (1969), *Political elites*. Nova York, Praeger.
- RICARDO, David. (1978 [1821]), *Princípios de economia política e tributação*. 3 ed. Lisboa, Calouste Goulbenkian.

- SAVAGE, Mike. (2000), *Class analysis and social transformation*. Buckingham, Open University Press.
- SHAW, William H. (1979), *Teoria marxista da história*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SMITH, Adam. (1988), *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo, Nova Cultural, vol. I [1776].
- SØRENSEN, Aage. (2000), "The basic concepts of stratification research: class, status and power", in David B. Grusky (ed.), *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*, Boulder, Westview Press.
- _____. (2002), "Foundations of neo-ricardian class analysis", in Erik Olin Wright (ed.), *Alternative foundations of class analysis* (mimeo.).
- THERBORN, Göran. (1982), "What does the ruling class do when it rules? Some reflections on different approaches to the study of power in society", in A. Giddens, *Class, power and conflict*, Berkeley, University of California Press (originalmente em *Insurgent Sociologist*, 6 (3): 3-16, 1970).
- TOURAINÉ, Alain. (1995), "Sociology and the study of society", in Patrick Joyce (ed.), *Class*, Oxford, Oxford University Press.
- TUMIN, Melvin M. (1970), *Estratificação social: as formas e funções da desigualdade*. São Paulo, Pioneira.
- VEBLÉN, Thorstein Bunde. (1983), *A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições*. São Paulo, Abril Cultural (série Os Economistas).
- WEBER, Max. (1961), *História econômica general*. México, Fondo de Cultura Económica.
- _____. (1974), *Ensaio de sociologia*. 3 ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1989), *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira.
- _____. (1991), *Economia e sociedade*. Brasília, Editora da UnB, vol. 1.
- WEININGER, Elliott. (2002), "Foundations of class analysis in the work of Bourdieu", in Erik Olin Wright (ed.), *Alternative foundations of class analysis* (mimeo.).
- WRIGHT, Erik Olin. (2000), "Varieties of marxist conceptions of class structure", in David B. Grusky (ed.), *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*, Boulder, Westview Press.
- _____. (2002), "A framework of class analysis in the marxist tradition", in Erik Olin Wright (ed.), *Alternative foundations of class analysis* (mimeo.).

• Artigo recebido em janeiro/2004

• aprovado em agosto/2004

Resumo

As Teorias de Estratificação da Sociedade e o Estudo dos Ricos

Montar um esquema de estratificação envolve uma série de decisões metodológicas. O objetivo deste artigo é analisar, no que diz respeito à partição da sociedade em classes sociais, quais decisões são tomadas por diferentes correntes teóricas e quais os esquemas de estratificação daí resultantes. Isto é feito a partir de um mapeamento do debate recente sobre estratificação social com foco nas teorias de classe e discussão dos estudos precursores desse debate. As contribuições desse debate para a divisão da população brasileira em ricos e não-ricos são sumarizadas na forma de uma orientação de caráter geral: a de que a estratificação da sociedade brasileira entre ricos e não-ricos pode ser feita a partir de informações de um terceiro grupo, o dos pobres, e que esses grupos podem ser definidos em termos de um eixo comum, seu nível de riqueza. Isso significa que, na prática, a estratificação pode ser feita por meio de uma noção de riqueza relativa, que dependa totalmente da intensidade da pobreza em uma sociedade.

Palavras-chave: Estratificação social; Ricos; Riqueza; Classes sociais; Desigualdade social.

Abstract

Theories of Social Stratification and Studies of Affluence

The construction of a system of stratification requires several methodological decisions. This article examines how class analysis is done by different schools of thought and what systems of stratification they use. It shows the recent debate on stratification, focusing class theories, and the studies that preceded the debate. The contributions of this debate for the stratification of the Brazilian society into “affluents” and “non-affluents” lead to the general conclusion that the stratification could be done using information on a third group, the poor. The three groups can be defined by their level of wealth, which means that a relative notion of affluence, depending entirely on the intensity of poverty in a society, can be used to stratify its population.

Keywords: Social stratification; Affluence; Rich; Social classes; Social inequalities.

Résumé

Les Théories de Stratification de la Société et l'Étude des Riches

Établir un schéma de stratification suppose une série de décisions méthodologiques. L'objectif de cet article est d'analyser quelles décisions sont prises par les différents courants théoriques en ce qui concerne la division de la société en classes, et quels sont les schémas de stratification qui en résultent. Ce sujet est abordé à partir de l'analyse du récent débat à propos

de la stratification sociale, en particulier sur les théories des classes et de la discussion des études qui ont précédé ce débat. Les contributions de ces discussions au partage de la population brésilienne entre riches et non riches sont résumées sous forme d'une orientation générale: celle suivant laquelle la stratification de la société brésilienne entre riches et non riches peut être établie grâce aux informations d'un troisième groupe, celui des pauvres, et que ces groupes peuvent être définis à partir d'un axe commun (leur niveau de richesse). Cela signifie que la stratification peut être déterminée par une notion de richesse relative, entièrement dépendante de l'intensité de la pauvreté dans une société.

Mots-clés: Stratification sociale; Riches; Richesse; Classes sociales; Inégalité sociale.

Objetivos e Estratégias da Ação Afirmativa: uma Bibliografia

Marcia Contins

É vasta a literatura sobre ação afirmativa, a ponto de dificilmente um levantamento bibliográfico, por mais extenso que seja, poder ser classificado como exaustivo. Nos limites deste ensaio, vamos nos limitar a focalizar temas que, de certo modo, têm balizado alguns dos principais debates em torno dos objetivos e das estratégias da ação afirmativa.

Antes de nos determos nos debates e nos estudos recentemente realizados no Brasil, apresentaremos uma definição sucinta da categoria “ação afirmativa”, recorrendo aos anais do International Perspectives on Affirmative Action, resultado de um encontro de pesquisadores ocorrido em agosto de 1982 no Centro de Estudos e Conferências de Bellagio, na Itália. Nessa ocasião chegou-se a um acordo sobre uma definição operacional para o conceito: “[...] uma preferência especial em relação a membros de um grupo definido por raça, cor, religião, língua ou sexo, com o propósito de assegurar acesso a poder, prestígio e riqueza [...]” (The Rockefeller Foundation, 1982, p.vii).

Essa primeira definição, delineada por Jack Greenberg, ganha traços mais nítidos se acrescentamos a caracterização proposta por William L. Taylor, outro participante daquele seminário, que salienta que a “ação afirmativa” tem como função específica a promoção de oportunidades iguais para pessoas vitimadas por discriminação. Seu objetivo é o de fazer com que os beneficiados possam vir a

competir efetivamente por serviços educacionais e por posições no mercado de trabalho (*Idem*, p. 269). Taylor esforça-se também em diferenciar a “ação afirmativa” de outros conceitos, tais como “reparação” e “redistribuição”. O primeiro, necessariamente, inclui como beneficiários de seus programas todos os membros do grupo prejudicado. O segundo, por sua vez, pressupõe como critério suficiente (ou mesmo exclusivo) “a carência econômica ou socioeconômica dos membros do grupo em questão, independentemente dos motivos dessa carência” (*Idem*, p. 270). A “ação afirmativa” diferenciar-se-ia, no primeiro caso, porque

[...] em programas de ação afirmativa, o pertencimento a um determinado grupo não é suficiente para que alguém seja beneficiado; outros critérios iniciais de mérito devem ser satisfeitos para que alguém seja qualificado para empregos ou posições [...] (*Idem, ibidem*).

Já em relação à “redistribuição”, ela distingue-se por configurar-se em medida de justiça (implicando “*in a remedial purpose*”), a qual se constitui em argumento legal para o seu pleito, tal como a jurisprudência norte-americana a consagrou.¹

Como havíamos afirmado em um outro artigo (Contins e Sant’Ana, 1996) o termo “ação afirmativa” tem a sua origem no Estados Unidos (cf. também Gomes, 2001), e é lá

onde se constata um importante arcabouço jurídico de sistematização dessa noção. Qualquer discussão sobre o tema remete necessariamente à sua gestação e desenvolvimento naquele país.² Seu aparecimento nos Estados Unidos está intimamente associado à luta pela dessegregação racial e pela reivindicação da extensão dos direitos civis aos negros. Conforme John H. Franklin e Moss Jr. (1989, p. 456), o cenário para o “início das mudanças mais profundas e mais revolucionárias nas condições dos negros norte-americanos [...] desde a emancipação” (1863) já estava configurado no começo dos anos de 1960

O caminho para a revolução havia sido aberto por migrações significativas da população negra das áreas rurais para as cidades e do sul para o norte e o oeste; por decisões da Corte Suprema sobre a segregação no voto e na escola [...]; pelo boicote aos ônibus de Montgomery [Alabama] [...]; pelo surgimento de Martin Luther King; pela aprovação da lei dos Direitos Civis de 1957 e pelo nascimento de Estados Nacionais independentes, na África (Franklin e Moss, 1989, p. 456).

Nas administrações JFK (1961-1963) e Lyndon Johnson (1963-1968), chega-se efetivamente à primeira definição de uma política de “ação afirmativa”. O termo foi empregado, pela primeira vez, pelo então presidente John Kennedy, numa ordem executiva de 1961 (The Rockefeller Foundation, 1982, p. v). A principal peça legal construída pelo movimento por direitos civis constituiu-se, indubitavelmente, na lei de 1964. Bem mais contundente que a de 1957, ela eliminava, em termos jurídicos, a discriminação racial nos Estados Unidos. Abria, simultaneamente, o caminho para políticas de “ação afirmativa” ao estabelecer, também pela primeira vez,

[...] uma obrigação por parte de [...] empregadores e sindicatos no sentido de assegurar tratamento igual para trabalhadores no que se refere a contratação, treinamento, promoções e condições de trabalho[...] (The Rockefeller Foundation, 1982, p. 253).

A luta pela extensão dos direitos civis aos negros, nos Estados Unidos, também pode ser narrada pelo acompanhamento de uma série de instrumentos legais (cf. Menezes, 2000). Esses dispositivos jurídicos dividem-se entre ordens presidenciais, legislação ordinária e pronunciamentos da Suprema Corte (cf. Franklin e Moss Jr., 1989, para história do movimento negro norte-americano). Na prática, a política de “ação afirmativa” assumiu, entre outras formas, a de seleção de contratação de serviços (por parte do Estado) entre empresas que adotassem medidas visando à promoção da igualdade de condições; a de reserva de parte do orçamento federal para ser alocada em pagamento de serviços a empresas dirigidas por grupos minoritários;³ a de destinação para os mesmos fins (desde o *Public Works Employment Act*, de 1977) de 10% das verbas federais repassadas aos estados; a de uma política de igual e proporcional tratamento na contratação direta de servidores públicos; a de subsídios as escolas que promovessem planos de “ação afirmativa”. As áreas mais afetadas pelas políticas de “ação afirmativa” nos Estados Unidos foram basicamente as relacionadas à educação de um modo geral, a educação universitária propriamente dita, assim como os processos de contratação de minorias em várias áreas de empregos (cf. Moses, 2003).

De modo geral, admite-se a insuficiência dos benefícios sociais gerados por essa política (cf. The Rockefeller Foundation, 1982, pp. 266-269; Walters, 1995, pp. 132, 136-137). Tal diagnóstico acaba fornecendo argumento para posições favoráveis e con-

trárias à mesma (Se não mudou muita coisa, para que mantê-la?; ou, se mudou pouco, é necessário fortalecê-la, para obtermos melhor retorno?). A discussão sobre a necessidade, a justiça e a validade da continuidade de políticas de “discriminação positiva” adquire, nos Estados Unidos, uma dimensão mais ampla e extremamente contemporânea. Trata-se, em última análise, da redefinição do papel do Estado diante das diferentes camadas da população afetadas distintamente, conforme a diretriz para previdência, programas de “ação afirmativa” e tributação, áreas sob pressão “conservadora” desde o início da década de 1980.⁴ A Suprema Corte, a partir de 1988, tomou uma “série de decisões contrárias à ação afirmativa”.⁵ O contraponto a esses reveses se deu já em 1991, com mais uma Lei de Direitos Civis votada pelo Congresso. Em síntese, essa nova lei, que sofreu oposição por parte do então presidente Bush, pretendia rever os efeitos contrários à política de “ação afirmativa” decorrentes das últimas decisões negativas da Suprema Corte.⁶ Sua aprovação, conclui Walters, “constitui forte evidência de que, embora o consenso original sobre a ‘ação afirmativa’ esteja fragilizado, ainda existe um consenso substancial em torno dela”.⁷

Em um artigo bastante recente publicado em *Anthropology News*, Roberto A. Ibarra (2003) descreve a situação atual das políticas de ação afirmativa nas universidades norte-americanas, uma vez que uma série de ações judiciais realizadas por algumas delas eliminou a política de “consciência racial e étnica” na admissão aos seus cursos. Em 1998, a Suprema Corte norte-americana considerou o sistema de cotas discriminatório e inconstitucional. Porém, segundo Ibarra, as políticas de ação afirmativa ainda estão vivas nos processos de admissão aos cursos universitários, já que a Suprema Corte norte-americana garantiu recentemente a suspensão de alguns

ganhos de ações judiciais contra essas políticas, sobretudo no caso da Universidade de Michigan. A ação afirmativa continuará a existir ainda por algum tempo nos Estados Unidos se fatores raciais e étnicos, entre outros, estiverem sendo considerados para a admissão em universidades e enquanto esses programas enfatizarem os benefícios obtidos a partir desse corpo tão diverso de estudantes. No entanto, a Suprema Corte norte-americana já afirmou que não mais debaterá as implicações sociais e culturais das políticas de ação afirmativa, nem mesmo irão prevenir as facções contrárias a essas políticas de obterem êxito na justiça. Assim, os debates a esse respeito nos Estados Unidos continuam eclodindo no âmbito da opinião pública, mas se encontram arrefecidos nas cortes federais. As discussões suscitam tanto opiniões contra como a favor da ação afirmativa e, na esfera nacional, não é possível afirmar se há recuo no uso desse tipo de mecanismo.

A discussão sobre a validade de políticas de ação afirmativa no Brasil, em especial as voltadas para os grupos raciais discriminados (cf. Guimarães, 1999), vem ocupando, desde meados da década de 1980, um lugar cada vez mais central no debate sobre os caminhos de um projeto modernizador e democrático para o Brasil. Passeatas, debates, palestras e outras formas de manifestação fizeram parte desse processo de “conscientização” da sociedade para este problema e da busca de um maior espaço do negro na sociedade brasileira (cf. Hasenbalg, Silva e Lima, 1999, para cor e estratificação racial).

Aproximadamente com trinta anos de diferença em relação às primeiras iniciativas de ação afirmativa nos Estados Unidos, esta discussão pode ser vista em parte como um dos resultados do chamado “ressurgimento do movimento negro no Brasil”, que se verifica a partir da década de 1970 (cf. Hanchard, 2001, para movimentos negros no Rio

de Janeiro e em São Paulo). As organizações que discutem a questão racial desenvolveram um trabalho significativo que pôs em perspectiva as desigualdades existentes entre brancos e negros (cf. Telles, 2003, para relações raciais). Apesar das diversas tentativas de conscientização da sociedade para esse problema, propostas que atendessem à população negra se mostraram pouco eficazes. Assim, o movimento negro chegou à década de 1990 buscando reformular suas iniciativas (cf. Contins, 1997, 2003), também no que se refere à relação entre militância e academia (cf. Bacelar e Cardoso, 1999).

Setores desses movimentos acreditam que é necessário garantir a realização de políticas públicas, governamentais ou não, que atendam à população negra. Posições contra e a favor da ação afirmativa, em suas diversas modalidades – política de cotas, ação compensatória e outras estratégias no sentido de favorecer um maior acesso dos grupos discriminados à educação e ao mercado de trabalho – integram a discussão atual, revitalizada no centro dos movimentos negros. Esses debates levam em conta a conjuntura nacional e internacional, a situação da população negra brasileira, os mecanismos de discriminação e a política da “democracia racial” para avaliar a eficácia da ação afirmativa como instrumento de debate à discriminação (cf. D’Adesky, 2002, para o debate sobre anti-racismo e movimento negro).

Projetos de lei de explícita inspiração antidiscriminatória surgiram ainda na década de 1980. Nos volumes intitulados de “Combate ao Racismo”, de 1983/1984, coletânea organizada pelo então deputado federal Abdias do Nascimento, existem, além de inúmeros projetos referentes à punição da discriminação racial e à alteração de currículos, várias formulações jurídicas explicitamente ligadas à “ação afirmativa” (cf. também Borges, Medeiros e D’Adesky, 2002). Entre estas, podemos citar a

proposição de reserva do mercado de trabalho (40% do total) para negros; a oferta de bolsas de estudos universitários para negros; a instituição de meios concretos que garantam o ingresso de negros no Instituto Rio Branco e outros. Cabe ainda a referência à discussão acerca de um projeto de lei, na órbita da Assembléia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, assinado por Carlos Minc (1993). Esse pré-projeto dispunha sobre a instituição de quota mínima (primeiro de 10%, depois de 20%) para setores “etno-raciais socialmente discriminados em instituições de ensino superior”, para “negros e índios” (cf. C. Santos, 1998; Silva e Silvério, 2004, para ação afirmativa e ensino superior).

Surgiram também, na década seguinte no Brasil, iniciativas não-governamentais que reivindicavam o caráter de “ação afirmativa” para seus projetos. Assim, paralelamente às iniciativas experimentais, temos no Rio de Janeiro, em primeiro lugar, os cursos de pré-vestibular oferecidos a “negros e carentes” (cf. Maggie, 2001; Fry e Maggie, 2002; Contins, 2003). Esta constitui, provavelmente, a ação que atinge imediatamente um maior número de não-brancos (cf. também Programa A Cor da Bahia, 2000). Há, atualmente, várias unidades de ensino no estado do Rio de Janeiro, além de outras unidades da federação, nas quais o pré-vestibular é mantido. Em São João de Meriti, Baixada Fluminense (RJ), o curso foi iniciado em 1993 (em 1994, o curso já contava com 718 alunos inscritos) e, assim como em outros núcleos, a responsabilidade da iniciativa foi das comunidades locais e respectivas “pastorais do negro”. As aulas aconteciam aos sábados, durante todo o dia, e a participação dos professores era voluntária, sem remuneração. Um dos principais mentores e executores desse projeto, Frei David, considera o seu trabalho uma expressão de “ação afirmativa”.

Em 1996, o governo federal tornou pública a sua intenção de implementar políti-

cas efetivas de ação afirmativa por meio do Programa Nacional de Direitos Humanos, tendo, inclusive, convidado alguns cientistas sociais para participar da discussão do projeto (cf. I. A. dos Santos, 1999, a respeito de direitos humanos e discriminação). Na III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Xenofobia, e Intolerância Correlata, em Durban, na África do Sul, em 2001 (cf. Heringer, 2002; Teodoro, 2001), a delegação brasileira encaminhou uma proposta de ações afirmativas em favor da população afro-descendente. Entre elas, o reconhecimento oficial da legitimidade de reparações para com a escravidão e cotas para negros nas universidades públicas no Brasil. Em dezembro de 2001, a Assembléia dos deputados do Rio de Janeiro aprovou uma lei que institui cota de 40% para negros e pardos no acesso à Universidade do Estado do Rio de Janeiro e à Universidade do Norte Fluminense. Em seguida, outras universidades públicas, como a Universidade Federal do Rio de Janeiro, começaram também a pensar na possibilidade de cotas para negros. Hoje já se discute muito mais sobre essas cotas em quase todo o território nacional.

Desde 1994, e antes mesmo da possibilidade de cotas nas universidades públicas para candidatos negros e alunos oriundos de escolas públicas, muitos desses estudantes foram para universidades particulares, como a Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), com bolsa de estudo integral em diferentes cursos (serviço social, sociologia, economia, direito, engenharia etc.). Em 2001, o governo do Rio de Janeiro adotou uma política de cotas para “negros e carentes” que foi votada e aprovada na Assembléia Legislativa do estado e que institui cota de até 40% para as populações negra e parda no acesso às suas instituições de ensino superior. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro e a Universidade do Norte Fluminense desde

2002 têm seguido esta lei, a qual foi revista principalmente no que se refere à definição percentual das cotas. Ademais, outras políticas de cotas estão sendo consideradas para todas as universidades federais do país (cf. Pacheco, 2003, para a discussão sobre negros na universidade). Nos Estados Unidos discutem-se atualmente soluções para lidar com a diversidade do *campus* universitário. As soluções baseiam-se em três fatores essenciais: acesso, retenção e aumento da massa crítica da população historicamente não representada. As formas tradicionais de acesso às universidades, por intermédio de uma linha educacional exclusiva, estão sendo repensadas. Segundo Roberto Ibarra (2000, 2003), poucos programas estão aptos a lidar com problemas atuais que dizem respeito à educação, mas que não são específicos aos estudantes, como, por exemplo, a atmosfera do *campus* universitário e a cultura acadêmica. No entanto, são necessárias pequenas mudanças nos processos de ensino, pesquisa e aprendizagem, isto é, mudanças institucionais na sala de aula e na cultura do *campus* que possam ir além dos cursos multiculturais adicionados tradicionalmente aos currículos das universidades norte-americanas.

Para alguns líderes e participantes de movimentos negros no Rio de Janeiro, ainda na década de 1990 (cf. Contins, 2003), as propostas e as práticas de “ação afirmativa” e de “sistema de quotas” eram tidas como polêmicas. O debate estava centrado naquele momento histórico, o que se expressa na afirmativa de que esses sistemas antidiscriminatórios apenas criariam uma “elite de negros” e não resolveriam o problema do racismo de uma maneira eficaz. As cotas (cf. V. de Souza, 2002) eram o ponto mais criticado dessas políticas, pois, segundo essa visão, a maioria da população negra não seria atingida por essas medidas, “já que elas não acaba[ria]m com o racismo”. Além disso, poucos negros

teriam possibilidade de atingir cargos de poder, e a visão dos negros com relação aos brancos permaneceria a mesma, isto é, a idéia de que o branco detém todo o poder na sociedade. Desse ponto de vista, a “ação compensatória” visa à discriminação historicamente sofrida pelos negros no Brasil, ou melhor, serve apenas para compensar a discriminação do passado (cf. Contins, 2003). Vale dizer que atualmente essa mesma discussão ocorre nos Estados Unidos, o que mostra que, depois de tanto tempo e esforço empreendidos pelos programas de ação afirmativa, diversos segmentos da população ainda não têm representantes nos programas mais avançados de ciência, matemática e engenharia (cf. Ibarra, 2003). Segundo Ibarra, as políticas de ação afirmativa, instauradas ainda na década de 1960 nos Estados Unidos, não conseguem mais acompanhar as mudanças culturais e os desenvolvimentos que ocorreram recentemente na educação superior e na sociedade em geral. De acordo com Sheryll Cashin, da Universidade de Georgetown, em Washington, por exemplo, a ação afirmativa apenas provoca tensão na sociedade quando é baseada num sistema rígido de cotas, uma vez que os preteridos reagem e protestam (*Folha de S. Paulo*, 2003).

Essa controvérsia, por outro lado, aponta para a necessidade de se discutir o próprio conteúdo da noção de ação afirmativa e o fato de que só se pode entendê-la de forma contextualizada. Se o enfoque sobre a discriminação parece ser uma unanimidade e as estratégias para erradicá-la são objeto de discordância, é porque uma política de ação afirmativa, segundo o critério de raça, no Brasil, exige reflexão séria e franca sobre as classificações de cor em nosso país (cf. Hasenbalg, Silva e Lima, 1999) e todas as implicações que disso decorrem para a sociedade como um todo e, sobretudo, para os grupos discriminados (cf. Vogel, 2001). A pergunta sobre

quais estratégias seriam mais ou menos eficazes não pode obter respostas senão a partir de análises localizadas que levem em conta as relações sociais e os valores culturais de cada sociedade e cada grupo num determinado momento histórico.

Thomas Sowell, pesquisador do Instituto Hudson e crítico das políticas de ação afirmativa, em entrevista à *Folha de S. Paulo* (2004), fala do estudo que realizou sobre ação afirmativa em três contextos nacionais.⁸ Em seu livro, *Affirmative action around the world, an empirical study*, Sowell discute os casos dos Estados Unidos, Índia, Nigéria, Sri Lanka e Malásia. Em cada um desses contextos, as políticas de ação afirmativa desenvolveram-se de maneiras diferentes, mas ao descrever o objetivo da ação afirmativa e as conquistas nesse sentido nos países em questão, o autor observa que os resultados foram quase todos negativos. A “ação afirmativa provocou em muitos desses casos uma polarização e desembocou em violência”, afirmou Sowell (*Folha de S. Paulo*, 2004). De qualquer forma, a preocupação de realizar estudos de casos específicos sobre essas políticas é sempre positiva (cf. Munanga, 1996).

De uma perspectiva mais positiva a esse respeito, Cashin analisa esse tipo de política nos Estados Unidos: “a ação afirmativa ajudou a criar uma classe média negra que inexistia nos anos de 1950. Na época era raro encontrar um negro em escritórios de advocacia, em empresas de consultoria” (*Folha de S. Paulo*, 2004). De um ponto de vista similar, um dos líderes do movimento negro no Rio de Janeiro comenta que

[...] o “sistema de quota” é importante porque ele possibilita, por exemplo, que o negro ocupe espaço, seja no serviço público, seja na empresa privada e, mais ainda, que não fique restrito somente ao trabalho desclassificado e mal pago, mas também que assuma

cargos considerados superiores e mais bem pagos (Contins e Sant'Ana, 1996, p. 208).

Outro líder sugere que somente a partir da criação de leis é possível mudar “a realidade do povo negro” (*Idem*, 209). Essas posições são favoráveis às “ações afirmativas”, na medida em que é a partir delas que se vai atingir o conjunto da sociedade brasileira. Nesse sentido, existem inúmeros debates atualmente no Brasil sobre políticas públicas e cidadania, políticas públicas e gênero etc. (cf. Cadernos Temáticos, 2000; Castro, 1999; Araújo, 2001). No caso dos Estados Unidos, as lutas sociais pela cidadania (cf. West, 1994) resultaram em leis de igualdade, as ações antidiscriminatórias transformaram-se em leis que, de alguma forma, foram eficazes. Já no Brasil, as políticas são recentes e seus efeitos ainda estão para ser conhecidos (cf. Heringer, 1999; J. Souza, 1997; Bento, 1999; H. Silva Jr., 1999; Strozenberg, 1996). Indagando-se sobre quais ações seriam mais eficazes num determinado contexto, poderemos saber em que medida essas políticas possibilitam melhores condições de acesso à cidadania, aos recursos econômicos, políticos, sociais e culturais. Como ponto de partida sobre a viabilidade ou não da “ação afirmativa” e sobre o “sistema de cota” para a

população de negros no Brasil, podemos sugerir, a partir desses debates, que essas ações não sejam tratadas como algo que suscite apenas posições rígidas de se mostrar a favor ou contra. Deve-se, antes, tentar perceber quais os seus efeitos e, principalmente, quais seriam os resultados se não tivessem sido implementadas. Se as ações antidiscriminatórias fracassarem, existe sempre a possibilidade de discutir os motivos, mas o inverso não é possível; o risco então seria muito maior.

Ao se colocar em foco as propostas de “ação afirmativa” e de “leis antidiscriminatórias” no Brasil em contraponto com os Estados Unidos, foi nosso objetivo suscitar o debate entre as várias correntes que se posicionam em relação a esse tema. A falta de comunicação entre os diversos pontos de vista pode ter o resultado perverso de excluir a população negra dos efeitos positivos da “ação afirmativa” ou do “sistema de quota”, uma vez que se ideologizam as posições, que vêm a ser apresentadas nos termos da alternativa simplista entre “a favor” e “contra”. Um número bastante expressivo de publicações – livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado etc. – sobre as políticas de ação afirmativas e assuntos correlatos no Brasil é um fato significativo que aponta seguramente para a relevância e complexidade desse tema.

Notas

1. “Absent the remedial goal, none would provide a sufficient basis under the American legal system for government to mandate the race-conscious policies of Affirmative Action” (The Rockefeller Foundation, 1982, p. 270).
2. O debate acerca da “ação afirmativa” no Brasil sofre influências dos Estados Unidos que, juntamente com a África, se constitui na principal fonte internacional de referência para o movimento negro brasileiro desde, pelo menos, a sua reaparição no cenário político-cultural na década de 1970 (cf. Monteiro, 1991; Nascimento, 1989).
3. Em 1994, apesar da “crise de consenso” em torno da “ação afirmativa”, essa diretriz garantiu que US\$14,4 bilhões (8,3% do total de serviços contratados pela União) fossem pagos a empresas controladas por minorias. *Jornal do Brasil*, 18 de junho de 1995.

4. Ver também matérias do *Jornal do Brasil* de 16 de abril de 1995 (sobre a nova fase da “Revolução Republicana”) e de 18 de junho do mesmo ano, “Ação afirmativa sofre duro revés nos EUA”. Nos últimos anos a era Reagan/Bush (1981/1992) marcou uma guinada contrária à política de ação afirmativa, a qual continua na berlinda do cenário político (cf. Franklin e Moss, 1989, cap. 24; Sellers *et al.*, caps. 31 e 32).
5. Ver Walters (1995, pp. 134-135), sobre relação de decisões de 1988 e 1989, além da referência à nova composição do Supremo a partir das indicações de Reagan.
6. *Idem*, p. 135.
7. *Idem*, p. 136.
8. O trabalho de Sowell faz parte de uma pesquisa mais ampla sobre os efeitos das diferenças étnicas e culturais.

Bibliografia

- ARAÚJO, Clara. (2001), “Construindo novas estratégias, buscando novos espaços políticos: as mulheres e as demandas por presença”, in _____, *Mulher, gênero e sociedade*, Rio de Janeiro, Relume Dumara, pp. 82-97.
- BACELAR, Jeferson Afonso & CARDOSO, Carlos (orgs.). (1999), *Brasil: um país de negros?* 2 ed. Rio de Janeiro, Pallas.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. (1999), “Institucionalização da luta anti-racismo e branquitude”, in Rosana Heringer (org.), *A cor da desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil*, Rio de Janeiro, Iere, p. 11-30.
- BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto & D’ADESKY, Jacques Edgard. (2002), *Racismo, preconceito e intolerância*. São Paulo, Atual (coleção Espaço e Debate).
- CADERNOS TEMÁTICOS. (2000), “A experiência dos afro-brasileiros”. Brasília, DF, MTE.
- CASTRO, Lúcia Maria Xavier de. (1999), “Mulher negra: sua situação na sociedade”. Rio de Janeiro, CEAP (Cadernos CEAP).
- CONTINS, Marcia. (1997), “Visões da abolição”. Série Quase Catálogo 6. Rio de Janeiro, CIEC/UFRJ/Museu da Imagem e do Som.
- _____. (2003), “Perspectivas e dilemas da ‘ação afirmativa’: as estratégias de combate à discriminação racial no contexto da educação universitária no Rio de Janeiro”, in Lília Bastos *et al*, *Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisas, teses, dissertações e monografias*, Rio de Janeiro, LTC, pp. 180-190.
- CONTINS, Marcia & SANT’ANA, Luiz Carlos. (1996), “O movimento negro e a questão da ação afirmativa”. *Estudos Feministas*, 4 (1): 209-220.

- D'ADESKY, Jacques. (2002), *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil*. Rio de Janeiro, Pallas.
- FOLHA DE S. PAULO. (2003), "Estudo de Thomas Sowell sobre os riscos do favorecimento de minorias reacende debate nos EUA sobre o sistema". João Batista Natali. São Paulo, 16 maio, p. A23.
- FRANKLIN, J. H. & MOSS JR. (1989), *Da escravidão à liberdade: a história dos negros norte-americanos*. Rio de Janeiro, Nórdica.
- FRY, Peter & MAGGIE, Yvonne. (2002), "O debate que não houve: a reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras". *Revista Eletrônica Enfoque*, pp. 93-117, Rio de Janeiro.
- GOMES, Joaquim B. Barbosa. (2001), *Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social – a experiência dos EUA*. Rio de Janeiro, Renovar.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. (1999), *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo, Editora 34.
- HANCHARD, Michael George. (2001), *Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Editora da UERJ.
- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle & LIMA, Marcia. (1999), *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro, Contra Capa.
- HERINGER, Rosana. (1999), "Desigualdades raciais e ação afirmativa no Brasil", in _____ (org.), *A cor da desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil*, Rio de Janeiro, Iere, pp. 39-86.
- _____. (2002), *Sonhar futuro, mudar o presente: diálogos contra o racismo, por uma estratégia de inclusão racial no Brasil*. Rio de Janeiro, Ibase.
- IBARRA, Roberto A. (2000), *Beyond affirmative action: reframing in the context of higher education*. Madison, Wisconsin Press.
- _____. (2003), "Affirmative action is still alive, but is it enough?". *Anthropology News*, 44 (6), American Anthropological Association.
- MAGGIE, Yvonne. (2001), "Os novos bacharéis: a experiência do 'pré-vestibular para negros e carentes'". *Novos Estudos Cebrap*, 59: 193-202, São Paulo.
- MENEZES, Paulo Lucena de. (2000), *A ação afirmativa (affirmative action) no direito norte-americano*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais.
- MONTEIRO, Helena. (1991), *O ressurgimento do MN no Rio de Janeiro na década de 70*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ-IFCS.
- MOSES, Yolanda T. (2003), "Shifting the affirmative action focus from access to success". *Anthropology News*, 44 (6), Arlington, VA, American Anthropological Association.

- MUNANGA, Kabengele (org.), (1996), *Estratégias e políticas de combate à discriminação*. São Paulo, Edusp.
- NASCIMENTO, M. E. (1989), *A estratégia da desigualdade: o MN dos anos 70*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC.
- PACHECO, Moema de Poli Teixeira. (2003), *Negros na universidade: identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Pallas.
- PROGRAMA A COR DA BAHIA. (2000), “Educação racismo e anti-racismo”. *Novos Tópicos*, 4, Salvador.
- SANTOS, Celi. (1998), *A face oculta dos preconceitos de raça e cor*. Rio de Janeiro, Lumen Juris.
- SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. (1999), “Discriminação: uma questão de direitos humanos”, in Dijaci David de Oliveira, *50 anos depois: relações raciais e grupos socialmente segregados*, Brasília, Movimento Nacional de Direitos Humanos, pp. 53-74.
- SELLERS, Charles *et al.* (1990), *Uma reavaliação da história dos EUA: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro, Zahar.
- SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves & SILVERIO, Valter Roberto (orgs.). (2004), *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília, Inep.
- SILVA JUNIOR, Hedio. (1999), “As políticas de promoção da igualdade no direito internacional e na legislação brasileira”, in Rosana Heringer (org.), *A cor da desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil*, Rio de Janeiro, Iere, pp. 89-106.
- SOUZA, Jesse (org.). (1997), *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília, Paralelo 15.
- SOUZA, Virgílio de. (2002), “Ação afirmativa: sistema de cotas rouba a cena, cria polêmica e causa divergências”. *Jornal Capital Cultural*, 3(24): 3-6, jun., Rio de Janeiro.
- SOWELL, Thomas. (2004), *Affirmative action around the world: an empirical study*. New Haven, Connecticut, Yale University Press.
- STROZENBERG, Ilana. (1996), “A relevância de uma pergunta inaugural”. *Estudos Feministas*, 4 (1): 221-224, Rio de Janeiro.
- TELLES, Edward E. (2003), *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica*. Rio de Janeiro, Relume Dumara.
- TEODORO, Maria de Lourdes. (2001), “Conferencia de Durban aposta em ações afirmativas: seiscentos brasileiros participaram do encontro mundial na luta por justiça, igualdade e democracia”. *O Parlamento*, 37, nov.
- THE ROCKEFELLER FOUNDATION. (1982), “International perspectives on affirmative action”. Bellagio Conference, ago.
- VOGEL, Arno (org.). (2001), *Trabalhando com a diversidade no Planfor: raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais*. São Paulo, Editora da Unesp.

WALTERS, R. (1995), "O princípio da ação afirmativa e o progresso racial nos EUA". *Estudos Afro-Asiáticos*, 28, out., Rio de Janeiro.

WEST, Cornel. (1994), *Questão de raça*. São Paulo, Cia. das Letras.

- Artigo recebido em junho/2004
- Aprovado em agosto/2004

Resumo

Objetivos e Estratégias da Ação Afirmativa: uma Bibliografia

Neste ensaio focalizamos temas que têm balizado os debates sobre objetivos e estratégias da ação afirmativa. Nos Estados Unidos, entre as áreas mais afetadas pelas políticas de ação afirmativa estão a educação universitária e a contratação de membros de minorias em diversos setores de emprego. No Brasil, as posições contra ou a favor da ação afirmativa, seja a política de cotas, a ação compensatória, seja outras estratégias que favoreçam o acesso de grupos discriminados à educação e ao mercado de trabalho, compõem uma discussão no âmbito dos movimentos negros e em vários setores da sociedade. À pergunta sobre quais estratégias podem se mostrar mais ou menos eficazes não se responde senão a partir de análises localizadas que focalizem as relações sociais e os valores culturais de cada sociedade e de cada grupo num determinado momento de sua história.

Palavras-chave: Ação afirmativa; Relações raciais; Etnicidade; Ação compensatória e política de cotas

Abstract

Affirmative Action Objectives and Strategies: a Bibliography

This essay focuses on topics that have generated debates on affirmative action objectives and strategies. In the US, education and hiring by different economic sectors are among the main areas under the effect of affirmative action policies. In Brazil, positions for and against affirmative action, quota policies, compensatory actions, or any other strategy to improve the access of discriminated groups to education and labor market have stimulated debates among movements involving black people and many other social segments. Questions on which strategies can be more or less successful cannot be answered unless empirical analyses focus on social relations and cultural values partaken by specific groups and societies in a specific moment of their history.

Keywords: Affirmative action; Racial relations; Ethnicity; Compensatory actions and Quota policies.

Résumé

Objectifs et Stratégies d'Action Affirmative: une Bibliographie

Cet essai aborde des thèmes qui encadrent les discussions à propos des objectifs et des stratégies d'action affirmative. Aux États-Unis, les politiques d'action affirmative ont pour but l'enseignement universitaire et l'embauche de membres des minorités dans les divers secteurs de l'emploi. Au Brésil, les positions en faveur et contre l'action affirmative – en ce qui concerne la politique des quotas ou, encore, l'action compensatrice ainsi que les stratégies en vue de faciliter l'accès des groupes marginalisés à l'éducation et au marché du travail - forment un débat au centre des mouvements sociaux des noirs et dans divers autres secteurs de la société. Par rapport à la question de savoir quelles stratégies sont plus ou moins efficaces, la réponse ne peut être conçue qu'à partir des analyses concrètes qui concentrent les relations sociales et les valeurs culturelles de chaque société et de chaque groupe dans un moment particulier de son histoire.

Mots-clés: Action affirmative; Relations raciales; Ethnies; Action compensatrice et politique de quotas.

O que acontece quando um cavalo de cor diferente entra na corrida?*

O painel das estratégias eleitorais dos políticos afro-americanos nas eleições municipais nos Estados Unidos

Cloves Luiz Pereira Oliveira

The key for us was to take the fear of the unknown out of the equation. I want to give people a reason to vote for me, not against someone else.
[Apud Colburn, 2001, p. 40]

Introdução

Em 1996, ao ganhar as eleições para prefeito de São Paulo, o economista Celso Pitta (PPB) materializou “o choque político do ano” (Barros e Morris, 1996). A relevância desse episódio, difundido e construído nas manchetes de jornais, revistas e telejornais, deve-se, sobretudo, ao fato de este carioca de 50 anos ter se tornado o primeiro negro eleito para administrar a maior cidade brasileira. Considerando-se a importância do cargo e o ineditismo da vitória, uma vez que o acesso aos cargos políticos no Brasil tem sido marcado pelo quase mo-

nopólio de homens brancos oriundos das elites, com raros casos de políticos negros que conquistaram as cadeiras de prefeitos de grandes cidades, é compreensível que a eleição de Celso Pitta para a prefeitura de São Paulo tenha se tornado um importante fato jornalístico e político¹ (Felinto, 1997; Kachani, 1996). Nesse cenário político brasileiro, recentemente dominado pela “videopolítica”, no qual tecnologias de *marketing* político e narrativas jornalísticas desempenham papel significativo na construção e na desconstrução da imagem de candidatos, políticos, partidos e plataformas eleitorais, considero que uma questão relevante é saber o que acontece quando “um cavalo de cor diferente entra na corrida”. Qual é, precisamente, a influência que o fenótipo negro e/ou a identidade racial dos candidatos exerce na definição das estratégias discursivas dos políticos negros e dos seus adversários nas campa-

* Comunicação apresentada no GT “Mídia e Política: Opinião Pública e Eleições” no XXVI Encontro Anual da Anpocs, de 22 a 26 de outubro de 2002, Caxambu-MG. Agradeço aos profs. Marcus Figueiredo (Iuperj), César Guimarães (Iuperj), Minion K. C. Morrison (Universidade de Missouri Columbia – USA), Mark Sawyer (Universidade da Califórnia em Los Angeles – USA) e Ivanir dos Santos (Ceap) pelo encorajamento e apoio na elaboração deste texto. Pela leitura crítica, agradeço aos profs. Jocélio Telles dos Santos (UFBA) e Pedro Jaime de Coelho Junior (Faculdade Jorge Amado – Ba). As responsabilidades por eventuais falhas deste trabalho são do autor.

O título desta comunicação é inspirado no trabalho do cientista político C. Anthony Broh, *A horse of a different color: television treatment of Jesse Jackson's 1984 presidential campaign*, em que o autor destaca que a metáfora da corrida de cavalos como imagem para as campanhas eleitorais nas coberturas jornalísticas tem longa tradição nos Estados Unidos. O termo *dark horse* foi usado pela primeira vez pela mídia para descrever a indicação surpreendente de um candidato republicano nas primárias presidenciais em 1920, uma vez que ele não possuía experiência prévia e nem legitimidade no mundo da política.

nhas? Qual é a dinâmica dos debates entre os candidatos e entre estes e a opinião pública durante as campanhas eleitorais que envolvem candidatos negros? Quais são as estratégias eleitorais empregadas pelos políticos negros para adequar suas candidaturas às aspirações do eleitorado, em um cenário onde a imagem dos negros é marcada por estereótipos que os desqualificam para o exercício do poder, como no Brasil ou nos Estados Unidos?

Infelizmente, poucos pesquisadores buscaram compreender a influência da raça na participação político-eleitoral dos candidatos negros no Brasil (Oliveira, 2000). Diante da constatação dessa lacuna na literatura sociológica sobre a relação entre raça e política entre nós, como também da observação da emergência de candidatos negros com potencial para conquistar grandes pleitos locais e estaduais, da participação de consultores norte-americanos na assessoria de campanhas brasileiras e da habilidade de nossos “marketeiros” para “reciclar” peças de campanha geradas em outros contextos eleitorais, este trabalho enfoca os Estados Unidos, buscando compreender os aspectos que marcaram a experiência dos políticos afro-americanos que conquistaram as prefeituras das principais cidades norte-americanas nos últimos trinta anos. O olhar atento sobre a experiência norte-americana justifica-se, sobretudo, porque pode nos ajudar a compreender a amplitude do fenômeno de reconfiguração do poder político que aconteceu nas cidades norte-americanas.

Quando lembramos que até o início dos anos de 1960 muitas cidades norte-americanas esposavam práticas segregacionistas, as quais configuravam quase dois mundos distintos, “separados e desiguais”, é instigante observar que, em meados dos anos de 1990, mais de trezentas cidades estadunidenses haviam sido comandadas por prefeitos negros, incluindo nesse conjunto metrópoles nacionais como Nova York e Los Angeles (Col-

burn e Adler, 2001, p. 1). Segundo Colburn e Adler, virtualmente quase todas as grandes cidades norte-americanas haviam elegido um prefeito negro entre 1968 e 1996. Em algumas delas, como Atlanta, Detroit, Los Angeles e Washington, D.C., o cargo de prefeito tem sido ocupado por políticos negros há pelo menos quatro mandatos ininterruptos.

Com base numa revisão da literatura recente sobre raça e política nos Estados Unidos, este artigo aponta os principais aspectos que contribuíram para o sucesso das candidaturas negras nos pleitos nas grandes cidades, o quadro dos obstáculos que esses políticos enfrentaram para conquistar o poder e as estratégias discursivas empregadas pelos políticos afro-americanos e pelos seus adversários nas disputas eleitorais para prefeito após os anos de 1960. Convém destacar que a expectativa deste trabalho não é forçar comparações entre a situação norte-americana e a brasileira, mas desenhar um breve painel da emergência das candidaturas negras nos Estados Unidos. Contudo, como já observou Morrison e Oliveira (2002), acreditamos que o empreendimento de estudos comparativos sobre raça e política nesses dois países pode contribuir para identificar as similaridades e as diferenças que marcam as duas experiências de participação política de negros.

A Emergência do Poder Político-Eleitoral dos Afro-Americanos

As ciências sociais norte-americanas já acumularam muitas evidências sobre a influência da raça no comportamento político e eleitoral nos Estados Unidos. Extensa literatura tem mostrado a existência de distintos padrões de voto segundo raça, diferenças no tratamento aos candidatos brancos e negros na cobertura jornalística, assim como diferenças na maneira como os principais partidos políti-

cos norte-americanos – Democrata e Republicano – se posicionam diante da questão racial (Broh, 1987; Colburn e Adler, 2001; Liu, 2001; Perry e Parent, 1995a, 1995b; Streb, 2000). Analisando a política local nos anos de 1960, pesquisadores observaram que a hostilidade dos eleitores brancos aos políticos negros aumentava à medida que a proporção de negros alcançava cerca de 30% da população total (Liu, 2001). Se existe esta relação estreita entre composição demográfica, relações interraciais e dinâmica eleitoral, como compreender o sucesso dos candidatos negros a prefeito? Qual foi a estratégia eleitoral adotada por eles para vencer estas eleições? Como mostram os historiadores Colburn e Adler (2001), na coletânea *African-American Mayor: race, politics and the American City*, que reúne nove ensaios que analisam a experiência de emergência dos prefeitos negros entre 1967 e 1996, a eleição de Carl B. Stokes e Richard G. Hatcher para prefeituras das cidades de Cleveland – Ohio e Gary – Indiana, respectivamente, em 1967, intensificou ainda mais as reflexões sobre o enigma racial, pois marcou a eleição dos primeiros negros para governar cidades norte-americanas e a emergência de um poder político-eleitoral negro.²

Para Adler (2001), quatro fatores favoreceram o sucesso eleitoral dos candidatos negros nos pleitos municipais: 1) o movimento dos direitos civis; 2) a mudança na composição étnica e racial das populações das cidades norte-americanas, as quais passaram a ser, majoritariamente, negras e latinas, devido ao fato de os brancos terem ido viver nas regiões de subúrbios das cidades; 3) a pressão negra sobre a máquina política local; e 4) as alianças políticas dos negros com outros grupos étnicos, como latinos e judeus.

Segundo Adler, há consenso entre os pesquisadores de que os movimentos dos direitos civis dos anos de 1950 e 1960 alicerçaram a emergência dos políticos negros nos Estados

Unidos. Esses movimentos produziram diversos impactos na vida política norte-americana e foram importantes não só para “refranquear” o direito de voto aos negros, mas também para a formação política de lideranças negras. Ademais, exerceram um influência decisiva em campanhas para a supressão de diversos mecanismos subjetivos de avaliação para concessão de direito de voto (*criteria for citizenship eligibility*), como, por exemplo, os testes de analfabetismo, que impediam que expressivo contingente de negros ingressasse no eleitorado norte-americano. O autor enfatiza que, apesar da ausência de leis que proibissem os negros de votar e serem votados, na prática, como grupo, eles eram aliados dos processos eleitorais. Segundo Perry e Parent (1995b), só para se ter uma idéia do impacto desses movimentos, as campanhas de cadastramento de eleitores no sul dos Estados Unidos foram responsáveis pela entrada de aproximadamente 4 milhões de novos eleitores negros na arena política entre 1965 e 1975. Além disso, a participação nos movimentos contribuiu para que alguns ativistas ingressassem na arena política profissional, como também para a inserção na agenda política e eleitoral de questões voltadas para atender os direitos civis dos negros e de outras minorias nos Estados Unidos (Pinderhughes, 1995).

Depois das campanhas de registro eleitoral dos movimentos dos direitos civis, o aumento do contingente de negros e latinos na população das cidades foi o principal fator que contribuiu para impulsionar a conquista do poder político local pelos negros (Adler, 2001; Grofman *et al.*, 1992). A mudança na composição das populações das cidades, intensificada na década de 1960, na esteira de políticas governamentais que subsidiaram a ocupação residencial das regiões suburbanas, provocou uma verdadeira onda migratória, que levou milhares de pessoas da classe média e da elite branca a fugir das cidades para mo-

rar nos subúrbios. O impacto desse fenômeno pode ser verificado pelos dados de 1990, quando 41% dos afro-americanos viviam nas cidades centrais das regiões metropolitanas com mais de um milhão de habitantes, contra apenas 15% dos brancos (Adler, 2001). Esse fenômeno demográfico não apenas levou ao esvaziamento das cidades, como também transformou o cenário econômico e político. De um lado, o empobrecimento das cidades, com a redução de arrecadações, serviços e negócios, deprimiu a economia local.

Por outro lado, o êxodo da população branca e o aumento da concentração de negros nas cidades produziram uma hipersegregação e mudanças na composição do eleitorado dessas regiões. Esse cenário de hipersegregação, hostilidade racial e aumento do eleitorado negro criou a base para que políticos negros se tornassem atores importantes no jogo de poder local. Muitos autores acreditam que as mudanças na composição do eleitorado sejam responsáveis, historicamente, por alterações expressivas tanto na composição da máquina política, como nas bases de estruturação das alianças, e, em última instância, também na redistribuição do poder local (Adler, 2001). O apelo à solidariedade racial e étnica – retóricas anti-semitas, anticitólicas, racismo, que há muito têm influenciado as disputas políticas norte-americanas – ressurgem, nesse contexto como a principal arma para subverter fidelidades partidárias já enraizadas. Como exemplo, Adler (2001, p. 1) conta que nas eleições para prefeito de 1967, na cidade de Gary, o coordenador do comitê central do Partido Democrata no condado de Lake declarou que iria apoiar o candidato republicano a prefeito, porque “[seu candidato] [...] não era o tipo certo de Negro [...] para votar”; enquanto na cidade de Cleveland, o candidato republicano conquistou 127.328 mil votos num colégio eleitoral onde seu partido só tinha 39 mil eleitores registrados.

Nesse contexto, sem a prevalência de algum grupo racial no eleitorado, o sucesso eleitoral passou a depender, cada vez mais, tanto da ajuda de seu próprio grupo, como do apoio de seus aliados. A nova distribuição étnico-racial do eleitorado proporcionou aos negros mais força para negociar os termos das suas alianças e o apoio nas disputas políticas locais com os caciques partidários, as elites políticas e os empresários. Os políticos brancos, que estavam acostumados a obter os votos negros em troca de ações paternalistas, tiveram que ceder às demandas deste grupo por mais poder e espaço na arena política, uma vez que os votos negros nas cidades podiam “desalinhar” a máquina partidária. Como fizeram os irlandeses, italianos e judeus em eleições passadas, em cidades como Chicago e New Orleans, os políticos negros também passaram a usar sua capacidade de mobilizar o apoio de seus “irmãos e irmãs” como arma eleitoral (Carton, 1984; Cavanagh, 1983; Hirsch, 2001).

Essa nova configuração das posições e dos recursos dos atores nas disputas eleitorais terminou por influenciar a definição das estratégias das campanhas e as plataformas políticas dos candidatos negros e brancos. O grande desafio dos políticos era transpor as clivagens raciais num cenário onde o sucesso dependia, significativamente, da capacidade de construir apelos eleitorais transétnicos. Nesse empreendimento, os políticos negros encontraram nos latinos, judeus e liberais brancos grandes aliados em várias cidades. As alianças com os latinos articulavam-se porque ambos viviam problemas que os conduziam à defesa de plataformas comuns, como dificuldade de acesso à moradia, educação e saúde, discriminação no emprego e brutalidade policial; a parceria com judeus e liberais, por sua vez, baseava-se na expectativa destes de que os políticos negros pudessem manter os afro-descendentes sob controle, isto é, sem ameaças de saques, quebra-quebras e conflitos raciais³ (Adler, 2001).

Contudo, para a maioria dos analistas, a chave do sucesso eleitoral dos políticos negros nos pleitos municipais foi a sua capacidade de mobilizar a solidariedade racial (Gillette Jr., 2001; Liu, 2001; Moore, 2001). Segundo esses autores, a maioria dos prefeitos negros foi eleita em cidades onde os afro-americanos eram maioria do eleitorado ou, então, somavam entre 35% a 45% da população. Outros pesquisadores, no entanto, redimensionam o peso da solidariedade racial nesta equação, destacando a influência das mudanças na estrutura econômica e política nas cidades (Adler, 2001). Problemas como a desindustrialização e o aumento do desemprego tornaram as cidades mais pobres e excluíram os trabalhadores negros e latinos da dinâmica econômica, enquanto o “novo federalismo” restringiu o apoio financeiro federal às cidades e delegou aos gestores municipais as responsabilidades de resolver seus problemas sociais. Na visão de Adler, esse corte de transferência de recursos federais para as cidades contribuiu para que a crise econômica (prefeituras deficitárias, desemprego e déficit habitacional) passasse a encabeçar as agendas das campanhas para prefeito, diminuindo, de certa maneira, a idéia de que os conflitos raciais seriam o principal problema da vida nas cidades. Sua análise caracteriza-se por ressaltar que, nessas circunstâncias, ser eleito prefeito não significava conquistar um prêmio tão valioso, mas um grande desafio de governabilidade. Portanto, a emergência dos prefeitos negros é atribuída à eclosão de fatores conjunturais e estruturais, principalmente a confluência de políticas anti-racistas, a redistribuição do poder local e a construção de alianças estratégicas.

Sobre o Perfil dos Prefeitos Negros

Discutir o perfil dos prefeitos negros é fundamental para compreendermos a inser-

ção desses políticos no poder, sobretudo no ambiente político norte-americano, marcado pelo uso maciço da mídia na construção da imagem dos candidatos (Jamieson, 1992). Segundo Colburn (2001), a avaliação da formação do candidato negro mostrou-se crucial para conquistar o apoio dos eleitores. Este autor conta que questões relativas à educação formal dos candidatos negros a prefeito eram objeto de preocupação dos eleitores brancos, e aí se estruturavam as críticas sobre a qualificação desses políticos para governar cidades grandes e complexas. Até mesmo o eleitorado negro parecia preferir os políticos negros com maior instrução e eloquência.

Analisando o perfil de 67 negros eleitos prefeitos de cidades com população maior que 50 mil habitantes e tendo como referência os dez anos que separaram a eleição dos primeiros prefeitos negros em 1967, Colburn identificou duas gerações de políticos no período de 1967 a 1996: a primeira, conhecida como o período das “primeiras lideranças negras” (1967-1976), caracterizou-se por balizar a transição do ativismo dos direitos civis para as disputas eleitorais;⁴ a segunda (1977-1996), pela entrada desses políticos na vida pública, marcada pelos reflexos tanto das mudanças estruturais que aconteceram nas cidades norte-americanas como dos “sucessos e fracassos” decorrentes de políticas de ação afirmativa, sobretudo a ampliação das oportunidades de inserção de negros em carreiras profissionais de nível superior.⁵ Apesar dos traços particulares que acentuavam o perfil de cada geração de prefeitos negros, havia, sem dúvida, um conjunto de características comuns.

Destacam-se nesse perfil a predominância de homens e a presença de indivíduos com formação escolar superior, não somente acima da média da população, como também dos candidatos a prefeito em geral. De acordo com Colburn (2001), os prefeitos ne-

gros eram majoritariamente homens (94%), com nível superior de educação, muitos portadores de diplomas de doutorado (18%) e mestrado (35%), observa-se, ainda, uma predominância de advogados (50%). A sub-representação das mulheres negras é atribuída tanto à predominância de homens nos movimentos dos direitos civis dos anos de 1960 – os quais constituíram a base da emergência político-eleitoral dos negros – como aos obstáculos do sexismo presente na sociedade norte-americana como um todo.

Sobre a experiência política dos prefeitos negros antes de conquistar o poder, Colburn destaca que alguns autores defendem a tese de que a primeira geração de prefeitos negros ascendeu dos movimentos dos direitos civis para entrar na política profissional. Entretanto, o levantamento de dados de sua própria pesquisa contradiz essa tese, mostrando que dos dezoito políticos negros eleitos na primeira safra, apenas dois eram provenientes dos movimentos dos direitos civis; a maioria dos prefeitos negros tinha ocupado alguns cargos legislativos ou executivos nas esferas municipais, estaduais ou federais antes de chegar à chefia do município. Em síntese, antes de se tornarem prefeitos, a maioria havia sido vereadores, deputados estaduais ou secretários de governo.

Um dado bastante significativo do perfil desses políticos é a filiação partidária. Os prefeitos negros chegaram ao poder, predominantemente, sob a bandeira do Partido Democrata; poucos deles tiveram o apoio dos republicanos para se eleger. Entre aqueles que conquistaram as prefeituras de grandes metrópoles, nenhum pertencia ao Partido Republicano. Alguns autores (Perry e Parent, 1995b; Streb, 2000) sugerem que a relação de fidelidade entre os negros e o Partido Democrata tenha se iniciado durante o período do *New Deal*, nos anos de 1930, como fruto do reconhecimento desse grupo ao apoio

que os democratas deram a projetos voltados para a promoção do bem-estar social dos norte-americanos, mas se fortaleceu com o envolvimento desse partido nos movimentos dos direitos civis dos anos de 1960 e dos programas de ação afirmativa das duas décadas subsequentes. Para Streb (2000), a aliança entre os negros e o Partido Democrata consolidou-se com o progressivo sucesso alcançado pelos candidatos negros que defenderam a legenda do partido.

Por fim, vale dizer que esses políticos têm conquistado eleitorados com características sociodemográficas bem diversificadas, em muitas cidades, em quase todas as regiões dos Estados Unidos. Além disso, é importante destacar que os prefeitos negros foram eleitos tanto em cidades com maioria negra, como naquelas onde a população negra é minoria, tais como Atlanta e Seattle. Analisando seu perfil socioeconômico, percebe-se que para viabilizar suas candidaturas e atrair apoio dos eleitores, os políticos negros tiveram que, frequentemente, ostentar qualidades educacionais e socioprofissionais muito acima média. Colburn (2001) observa, no entanto, que, apesar da resistência, a sociedade norte-americana tem, gradualmente, aceitado a participação de negros na arena política e à frente de importantes agências do estado.

Pretos e Brancos em Disputa

Segundo Adler (2001), nos últimos trinta anos, os eleitores brancos raramente cruzaram a linha racial para votar em candidatos a prefeitos negros. Isso significa que, tradicionalmente, os candidatos brancos tenderam a conquistar, quase unanimemente, o apoio dos brancos. Mas é importante assinalar que tal clivagem política é observada em ambos os lados (Adler, 2001; Liu, 2001). Com efeito, a típica proporção de votos recebida pelos

prefeitos negros traz entre 90% a 98% de votos negros e entre 10% a 25% de votos brancos. Segundo Adler, a proporção de 25% de votos inter-raciais, como os obtidos por David Dinkins, em 1989, para se tornar o primeiro negro eleito prefeito de Nova York, representa, exatamente, o máximo que um político negro já obteve de apoio do eleitorado branco para ter êxito nos pleitos municipais norte-americanos. A fim de suplantear essa barreira racial, a estratégia dos políticos negros estruturava-se em duas frentes de ação. Primeiro, conquistar a maioria absoluta dos votos negros, o que significava capturar nunca menos que 90% dos votos dos negros. Segundo, construir alianças interétnicas para enfrentar a resistência dos eleitores e, assim, obter os votos necessários para vencer.

Tendo que conseguir pelo menos 10% de seus votos entre os brancos, a estratégia era, como informa Colburn (2001), construir coalizões que ultrapassassem as fronteiras raciais, cujo formato mais comum consistia em candidatos negros, apoiados por liberais brancos do segmento da classe média e da elite branca. O eleitorado negro e os liberais brancos tinham em comum o interesse no crescimento econômico e no controle da criminalidade nas cidades. Um traço curioso foi a estratégia de neutralizar as rejeições às suas candidaturas entre os eleitores não-negros antes mesmo de apresentar argumentos para convencer o eleitorado a votar neles. Dessa forma, as campanhas tinham que ter necessariamente um apelo e uma simbologia bi-racial, com visitas a comércios, casas, organizações e autoridades brancas.

Segundo Colburn (2001), na maioria das campanhas eleitorais em que os negros tiveram sucesso, o fator racial sempre foi crucial. Entre 1965 e 1980, nas metrópoles mais tradicionais, a estratégia consistiu em mobilizar de maneira maciça os eleitores negros, os

brancos liberais e as minorias, usando nas campanhas uma retórica de apelo à solidariedade e aos princípios dos movimentos dos direitos civis, isto é, um apelo eleitoral totalmente *racial-oriented*. Nas cidades mais novas da região do sul e do oeste norte-americano, onde as condições econômicas pareciam ser melhores, os discursos e as plataformas tinham pouco apelo racial, concentrando-se em questões que envolvessem mais amplamente os interesses da comunidade.

A estratégia dos políticos negros consistia em mobilizar os eleitores negros, fazer alianças com organizações civis brancas, atrair a atenção da mídia e conquistar o apoio da máquina do partido. Regularmente, as igrejas negras configuravam-se quase como comitês de campanha dos políticos afro-americanos. Além das igrejas, um amplo leque de organizações negras militava nas campanhas, como fraternidades, jornais, rádios, sindicatos e grupos de direitos civis. Segundo Colburn (2001), as estratégias dos negros seguiram um padrão típico ao de outras minorias étnicas que tentaram competir na política norte-americana. Como traços fundamentais, observam-se, de um lado, a pesada dependência em relação ao apoio das organizações de caráter étnico e, de outro, a dificuldade para conseguir apoio das instituições de caráter mais amplo.

Outra estratégia era desenvolver duas frentes de ataque, com apelos específicos aos negros e aos brancos, como se os candidatos negros estivessem disputando duas campanhas distintas. Como exemplo, Colburn lembra que:

In New York David Dinkins conducted a campaign at two levels. One was citywide and directed to liberal whites and latinos; the other was localized in the black community. His message differed, and he and his aides were careful to prevent his message to

black residents from becoming publicized citywide and perhaps alienating supporters in the liberal white and latino communities (*Idem*, pp. 40-41).

Colburn explica que

[...] a eleição de um prefeito negro geralmente ocorreu depois de uma eleição ou séries de eleições em que uma coalizão “negra-branca” ajudou a eleger um candidato branco e na qual um prefeito branco facilitou a transição para uma liderança municipal negra, indicando certo número de afro-americanos para cargos importantes no governo municipal (*Idem*, p. 39, trad. minha).

É justamente com a proeminência que alguns políticos negros passaram a ganhar em cargos importantes da administração municipal, com a cooperação entre lideranças negras e brancas, que se amenizaram as preocupações da população branca sobre a competência dos negros para administrar a cidade, assim como os temores sobre a possibilidade de se deflagrar um golpe de Estado negro na política local. Para Colburn, as alianças prévias foram fundamentais no sentido de socializar os eleitores, empresários e profissionais liberais, acerca dos impactos de uma liderança negra no comando da prefeitura. Segundo o historiador, à medida que o medo dos brancos diminuiu, o foco da campanha começou a se afastar da discussão sobre raça em direção à análise da biografia dos candidatos negros e da agenda política municipal.

Também contribuiu para o sucesso das campanhas dos políticos negros, o ineditismo dessas candidaturas, pleiteando o cargo máximo do poder municipal. Segundo Colburn, por serem neófitos nas disputas eleitorais, os candidatos negros conseguiram chamar a atenção do público e atrair grande cobertura da mídia. Tal visibilidade teve seus aspectos

positivos e negativos. De um lado propiciou aos candidatos um espaço de propaganda gratuita para projetar rapidamente suas campanhas na corrida eleitoral, ajudando, assim, a queimar etapas no processo de divulgação e construção das imagens. Em contrapartida, muita visibilidade também contribuía para gerar hostilidade e medo entre os eleitores brancos quanto aos avanços e às conseqüências da eleição de um prefeito negro. As coberturas jornalísticas que ressaltavam a raça dos candidatos e as questões raciais tendiam a adicionar dificuldades extras aos candidatos negros em cenários racialmente polarizados (Reeves, 1997). Título, chamadas e enquadramentos de notícia com significado étnico e racial – como, por exemplo, “candidato *Harvey*, que está tentando se tornar o *primeiro prefeito negro* da cidade”, “*Lee*, que é *defensor da ação afirmativa*” e “*candidatos discordam sobre a ação afirmativa*” –, contribuía para “racializar” as eleições (Reeves, 1997, grifos do autor)

Em seu estudo para compreender os fatores que têm levado os brancos a votar em candidatos negros, Liu (2001) notou que o endossamento do jornal à candidatura negra tem estimulado os eleitores brancos a cruzar a fronteira racial. Se um determinado candidato ostentar, ainda, o *status* de mandatário disputando a reeleição, suas chances de conseguir o apoio de outros grupos raciais aumentam sobremaneira. Contudo, Colburn (2001) questiona o grau de influência que a condição de mandatário teria nesses casos, argumentando que até mesmo os mandatários negros – que na condição de *incumbents* poderiam gozar das vantagens simbólicas e logísticas que os candidatos à reeleição possuem nos pleitos norte-americanos – têm tido pouco sucesso para vencer as barreiras do voto racialmente orientado. Ele sustenta que, seja na condição de mandatário, seja na condição de desafiante, os políticos negros têm atraído apenas uma fração pequena dos eleitores

brancos, geralmente aqueles de tendência política mais liberal. Afirma, ainda, que a habilidade dos políticos negros para criar receptividade entre os brancos à sua candidatura determinou, quase sempre, os resultados das eleições. A simples disposição de se apresentar para debates com oponentes brancos já indicava, positivamente, aos eleitores brancos o caráter moderador do candidato negro, assim como a habilidade dele para governar a cidade.

Um segundo aliado, freqüente, dos políticos negros nas disputas eleitorais têm sido os latinos. Algumas das mais destacadas alianças entre negros e latinos foram arquitetadas em eleições nas cidades de Nova York, Chicago e Los Angeles. Tom Bradley, por exemplo, ex-tenente de polícia e vereador, que permaneceu vinte anos governando Los Angeles, precisou construir alianças com a comunidade latina para sedimentar suas campanhas vitoriosas nas eleições municipais da maior metrópole da costa oeste norte-americana nos anos de 1970 e 1980. Vale dizer que as alianças foram uma resposta dos negros ao aumento da diversidade étnica nas cidades norte-americanas; situação que, também, os colocava como uma minoria eleitoral (Parker, 2001; Pettigrew e Alston, 1988).

Estratégias Retóricas: “Racializar” ou “Desracializar”?

Segundo Colburn (2001), apesar de o eleitorado norte-americano ter sempre se revelado racialmente dividido, a questão racial só esporadicamente configurou-se como o principal tema nas corridas eleitorais para prefeito nos Estados Unidos. A interpretação mais aceita é de que a condenação pública de discursos racistas, juntamente com as leis de direitos civis, tem desencorajado os apelos eleitorais racistas, sobretudo nas gran-

des cidades. Contudo, o paradoxal desse cenário é o fato de ter havido campanhas não “racializadas”, em que os apelos raciais continuavam presentes na retórica dos diversos atores. Alguns autores consideram que o apelo racial é utilizado quando um candidato chama a atenção para a raça do seu oponente ou dos que o apóiam, ou quando a mídia dedica a isso uma atenção desproporcional (Reeves, 1997). É importante salientar que nas eleições municipais norte-americanas os apelos raciais se apresentaram como uma arma estratégica usada tanto por candidatos negros, como por candidatos brancos.

A estratégia dos candidatos brancos era estimular ansiedade e medo no eleitorado branco, compondo um quadro de desordem e criminalidade, caso um político negro se tornasse prefeito (Bayer, 2001; Lane, 2001). “Seria o levante dos negros!”. Os ataques a candidatos negros questionavam sua competência, acusando-os de serem inexperientes e despreparados para governar uma cidade. Outro ataque comum era estimular o medo entre os brancos de recrudescimento da polarização racial na cidade. O discurso dos candidatos brancos enfatizava que seus governos seriam conduzidos em favor de todos, enquanto os candidatos negros trabalhariam apenas em prol dos interesses dos negros (Hirsh, 2001).

Na medida em que as candidaturas negras ficaram mais comuns, os apelos raciais passaram a ser codificados (Colburn, 2001; Streb, 2000). A estratégia dos políticos brancos era enfraquecer os adversários negros propondo uma agenda com itens racialmente correlatos, discutindo questões que, comumente, afligiam mais os negros, como, por exemplo, crime, drogas, “sem-teto” e violência urbana. A idéia que se queria sugerir era de que os políticos: teriam isenção para resolver tais problemas, ou, então, que dedicariam atenção excessiva para resolvê-los.

Os candidatos negros também usavam apelos raciais como estratégia eleitoral. Frequentemente, baseavam-se no pragmatismo, bem ao estilo do *marketing* político, rechaçando ideologias de protesto racial, separatismo e *black nationalism* (Cavanagh, 1983; Colburn, 2001). Sua estratégia principal era “desracializar” as campanhas, especialmente quando estavam discursando para o eleitorado branco ou concorrendo em uma cidade majoritariamente branca.⁶ Segundo Parker (2001), um caso exemplar de uso desse tipo de estratégia durante a campanha aconteceu nas eleições para prefeito de Los Angeles, em 1973, quando Tom Bradley, do Partido Democrata, tornou-se o primeiro prefeito negro da segunda maior cidade dos Estados Unidos.⁷

Parker analisa que a eleição de Bradley foi marcante porque Los Angeles possuía uma população muito heterogênea, e os negros constituíam menos de 18% do contingente populacional, diferentemente de outras grandes cidades que elegeram os primeiros negros como prefeito. Para se eleger, Bradley precisou atrair, além de votos dos negros, uma grande proporção de eleitores em outros grupos étnicos. Nesse contexto, sua estratégia de campanha foi encampar um discurso moderado, palatável aos interesses de todos os segmentos da sociedade. Bradley não teve sucesso em sua primeira campanha em 1969, quando enfrentou o candidato republicano Sam Yorty. Os ataques feitos a Tom Bradley, no calor das mobilizações dos direitos civis, ameaçavam a população de Los Angeles, ao afirmar que “os militantes viriam e intimidariam os vereadores [...] e depois o que poderia a polícia fazer? Como é que eles iriam lidar com os [militantes negros] amigos do prefeito que [estaria] lá para apoiá-los” (Parker, 2001, p. 158, trad. minha).

Segundo Parker, quando venceu em 1973, Bradley neutralizou os ataques racistas do seu oponente, distanciando-se das ques-

tões relacionadas com raça e apresentando-se como um candidato em favor de toda a cidade. Sua retórica tentava aproximá-lo de ícones da política norte-americana, particularmente John Kennedy, argumentando que, apesar de católico, o ex-presidente tinha governado em nome de toda a nação. Ele, então, *que por acaso era negro*, também iria fazer um governo contemplando a cidade como um todo. Além de tentar vencer as rejeições de base racial, Bradley teve também que lutar no campo político-ideológico para vencer as clivagens partidárias. Para agradar aos liberais, seu discurso defendia a luta contra a injustiça e a pobreza; quando se dirigia aos conservadores, destacava seus planos de combate à criminalidade. Tratava-se, portanto, de uma estratégia de apelo *cross-racial* e *cross-sectional*. Por fim, Bradley recusou-se a ser porta-voz dos interesses dos negros, postando-se como um político em favor dos interesses comuns à toda comunidade, disposto a exercer uma prática política *color blind* e distante das lideranças da comunidade negra. Segundo Parker, o ex-prefeito de Los Angeles era signatário da ideologia de que o “sonho americano estava ao alcance de todos, bastando para tanto determinação pessoal”. Em seus pronunciamentos de campanha e como prefeito, ele dizia: “Jovens de todas raças, credos e cores – Eu quero que eles saibam que se eles trabalharem duro, eles podem vencer. Eles podem olhar para [mim] e dizer, ‘Se ele pode, eu também posso’” (Parker, 2001, p. 154, trad. minha). Proclamando essa retórica, Bradley manteve-se no cargo por cinco mandatos seguidos, chegando a disputar, na década de 1980, o governo do estado da Califórnia por duas vezes (Pettigrew e Alston, 1988).

Ao mesmo tempo em que pronunciavam um discurso “desracializado” para a sociedade mais ampla, os políticos negros congregavam em torno de suas candidaturas a

solidariedade étnica, mesmo entre segmentos muitas vezes antagônicos em termos políticos e ideológicos. Eles criavam barreiras simbólicas nas comunidades negras (especialmente nas igrejas), preservando-as como um reduto cativo somente a eles. Suas propagandas apelavam aos negros e latinos, como fez David Dinkins em Nova York, explorando temas e imagens que preocupavam suas comunidades, discutindo violência policial e violência contra os negros.

Todavia, em situações de disputa acirradas, alguns candidatos negros tentaram usar apelos raciais para mobilizar o eleitorado afro-americano, como narra Colburn:

By the 1990s some black candidates in tight races attempted to use race overtly to mobilize black voters against their opponents. In Cleveland, George Forbes, who had almost no support among whites in the city, sought to use race to undermine the campaign of his black opponent, Michael White, who had considerable support in the white community, by referring to him derisively as “Whites Mike” and slumlord. Elihu Harris, the African-American mayor who faced stiff challenge from a Chinese-American opponent his 1994 reelection campaign in Oakland, California, told an audience of black voters, “When I see black folks tell me they’re going to vote for Chinese man, it makes me angry”. Black must vote for their own people, he insisted (2001, p. 45).

Nas campanhas bi-raciais, as retóricas centradas no confronto de alteridade – isto é, oposição entre “nós” e “eles” – são frequentemente utilizadas nos debates por diversos atores. Um exemplo significativa desse tipo de discurso é o episódio em que o então presidente Bill Clinton defendeu, de maneira contundente, durante um comício, a reeleição do prefeito de Nova York, David Dinkins, seu

correligionário no Partido Democrata. Clinton enfatizava que a batalha de Dinkins era mais difícil porque “muitos de nós estão ainda sem muita disposição de votar em pessoas diferentes de nós” (Biles, 2001, p. 147). O texto de Biles (2001), sobre a experiência do advogado David Dinkins para tornar-se o primeiro negro a governar Nova York, aponta um outro exemplo de disputa eleitoral na qual a retórica de apelo étnico e racial se apresentou como arma decisiva. David Dinkins foi eleito em 1989, com o apoio de uma coalizão interétnica composta por negros, latinos e judeus. Muitos analistas acreditam que a imagem de uma cidade aflita com tensões e conflitos raciais estimulou os eleitores a escolherem Dinkins (à época, Nova York ostentava uma população de aproximadamente 7 milhões e 300 mil habitantes, sendo 42% brancos; 25,2% negros; 24,3% latinos, 6,7% asiáticos, 0,6% de outros grupos). Surpreendendo os especialistas, Dinkins – que era um bem-sucedido advogado de 62 anos, formado na mais tradicional universidade negra norte-americana (Howard University, em Washington, DC), com passagens como deputado estadual e como coordenador de administração regional do município de Nova York – venceu as eleições formando uma coalizão capaz de derrotar, nas primárias democratas, o prefeito Ed Koch, que tentava sua quarta reeleição (1978 a 1990). Depois, com a mesma estratégia, ele derrotou, nas eleições gerais, o promotor republicano Rudoulf Giuliani, com 51% contra 48% dos votos, numa das mais acirradas disputas a que Nova York já assistiu.⁸

Segundo Biles, “numa cidade assustada pela polarização racial, Dinkins clamava que era capaz de dispersar essa tensão, apelando para eleitores de todas as cores” (*Idem*, p. 138). Estrategicamente, Dinkins apresentava-se como um candidato “arco-íris”, não como um político negro, mas como um po-

lítico da coalizão. Apesar desse discurso, entre os negros nova-iorquinos, a eleição de Dinkins era vista como uma vitória particular, pois teriam um negro governando a maior metrópole do país. Em sua campanha, Dinkins exaltava a irmandade e a cooperação para resolver os problemas da cidade, que incluía dívidas, questões fiscais, excesso de funcionários na máquina municipal, confronto com diversos fornecedores de serviços da prefeitura, déficits habitacionais e precariedade dos serviços de educação e saúde.

Como tem ocorrido em campanhas polarizadas envolvendo negros, os ataques a Dinkins criticavam sua falta de experiência administrativa. Os ataques raciais desferidos na campanha tentavam ligar a imagem dos candidatos a personagens notadamente envolvidos em práticas racistas. Dessa forma, Dinkins associou a imagem de Rudoulf Giuliani ao líder da seita racista Ku Klux Klan, enquanto Giuliani tentou vincular a imagem de seu opositor ao Líder da Nação do Islã, famoso por seus discursos anti-semitas. Biles (2001) observa que os debates raciais nas campanhas são usualmente iniciados (ou melhor, precipitados) por declarações de políticos ou celebridades com capacidade de atrair a atenção da mídia. Supõe-se que isto ocorra porque os candidatos têm receio de encampar tal discussão, pois sabem que ela sempre se revela muito explosiva e imprevisível quanto às reações do eleitorado. Assim, vê-se que a mídia norte-americana tem tomado a iniciativa de agendar as discussões sobre questões raciais nas campanhas.

Dinkins foi vencido na eleição seguinte por Giuliani, por 50,7% a 48,3% dos votos, tornando-se o primeiro prefeito negro de uma grande cidade a perder a reeleição no primeiro mandato. A principal arma de seu adversário republicano durante a campanha foi o apelo à “defesa da lei e da ordem”. Giuliani tornou-se mais tarde famoso internacionalmente por implantar em Nova York

uma política de segurança pública de “tolerância zero ao crime”.

Em resumo, tendo em vista o quadro acima descrito é que alguns autores entendem que a questão racial se apresenta sempre como um tema de campanha quando concorre um candidato negro nas eleições norte-americanas (Pettigrew e Alston, 1988). O caso das eleições de Thomas Bradley, em Los Angeles, e David Dinkins, em Nova York, mostra, em primeiro lugar, que a presença desse tema se torna aguda justamente pela sua ausência, isto é, há uma forte resistência por parte dos candidatos de incluí-lo no debate eleitoral. Em segundo, revela a maneira subliminar com que a questão racial é inserida no discurso dos candidatos, por meio de palavras racialmente codificadas e *slogans* que sugerem idéias de pertencimento a grupos, situações de descontrole e prenúncio de caos. Expõe, ainda, que os candidatos negros são identificados com figuras de extrema esquerda ou “extremistas”, que amedrontam os eleitores brancos. Por fim, mostra que há um estímulo a reflexões sobre os limites entre a lealdade partidária e lealdade racial.

Embora componham seu modelo com base nas análises de eleições estaduais, existem autores que defendem a tese de que o uso dos apelos raciais nas campanhas depende da porcentagem de negros e de brancos da classe trabalhadora na população (Streb, 2000). Trata-se da Teoria da Ameaça, que tem por base a idéia de que quanto mais negros existem na população, mais ameaçados os brancos se sentem, gerando tensões que desencadeiam hostilidades raciais nas campanhas eleitorais. Quando a população negra é menor, os dois partidos cortejam seus eleitores e, conseqüentemente, as tensões raciais tendem a ser menores. Streb desenha um modelo que aponta mudanças de estratégias de apelo racial segundo a proporção de negros na população, dividindo-a em pequena (até 10% de negros),

média (10 a 25% de negros) e grande presença (acima de 25%). Segundo ele, quando a classe trabalhadora branca é pequena e os negros constituem um grupo grande da população, maiores são as possibilidades dos republicanos fazerem apelos negativos baseados na raça. Nos estados com menor população negra, os apelos negativos nunca foram feitos e os candidatos republicanos e democratas cortejaram os eleitores negros com propostas “não-racializadas”.

Plataforma Política

O sucesso das campanhas dos prefeitos negros em certa medida é creditado às características de sua plataforma. Na visão dos analistas, os candidatos negros vitoriosos foram, freqüentemente, aqueles que construíram plataformas com propostas atrativas aos eleitores negros e brancos (Colburn, 2001). Contudo, Colburn destaca que esta não é uma tarefa fácil, pois, no caso norte-americano, questões aparentemente universais podem ser vistas de maneira diferente pelos diversos grupos raciais e étnicos, levando, por conseguinte, também a demandas distintas de cada grupo. Por exemplo, observava-se que os negros tendiam a simpatizar mais com propostas de construção de moradias, enquanto os brancos se mostravam mais atraídos pelas propostas de redução de impostos. Nessas circunstâncias, a estratégia dos prefeitos negros foi construir uma plataforma com propostas centradas em questões econômicas, que transcendiam as candidaturas individuais.

Tratava-se, portanto, de uma agenda política que tinha como preocupação central resolver problemas de desenvolvimento econômico e combate ao crime nas cidades. Propostas de criação de programas de desenvolvimento econômico (revitalização econômica, atração de empresas, criação de pólos de desenvolvimen-

to, geração de emprego e combate ao desemprego) situavam-se em primeiro lugar na agenda dos candidatos. Em segundo, figurava o combate ao crime e às drogas. O pacote de propostas era preenchido, ainda, com promessas de investimento nas escolas públicas, revitalização urbana, moradia e transporte. Nota-se que o objetivo da plataforma era apelar quase que universalmente ao eleitorado da cidade, pois compreendia temas de interesse de vários segmentos, independentemente da raça, do gênero ou da classe social.

Para Colburn, como a crise socioeconômica das cidades médias e grandes norte-americanas entre os anos de 1970 e 1980 revelava um quadro de imensa depressão, mesmo segmentos da elite branca acreditavam que um prefeito negro pudesse ao menos resolver os problemas de criminalidade e drogas que as cidades enfrentavam. Confiava-se que os líderes negros pudessem melhor negociar com os negros e com a *underclass* urbana em geral, controlando, assim, os protestos raciais e a criminalidade. Tal quadro tem levado alguns analistas a defender que o sucesso das campanhas dos políticos negros foi fruto, de um lado, do apoio do eleitorado negro, de outro, da resignação do eleitorado branco, que se sentia amedrontado diante do caos que assolava as cidades. Contudo, Colburn questiona a acuidade dessa interpretação, argumentando que os políticos negros também conseguiram se eleger em cidades prósperas, onde as propostas políticas prometiam gerar mais desenvolvimento e diversidade econômica.

Considerações Finais

Entre tantos fatores que podem influenciar os resultados de eleições, três fatores principais parecem ter contribuído para o sucesso dos candidatos negros a prefeito nos Estados Unidos: as atitudes raciais, a situação política

e a escolha de uma estratégia da campanha apropriada. O painel descrito pelos autores analisados neste artigo revela que os políticos negros norte-americanos foram, constantemente, desafiados a suprir as expectativas dos eleitores negros e a vencer desconfianças e rejeições dos eleitores brancos. As evidências levantadas mostram que a solidariedade racial está na base do sucesso dessas candidaturas. Nesse sentido, há uma relação positiva entre a proporção maior de negros na população e o sucesso eleitoral dos políticos negros. Contudo, dada a diversidade étnica presente na maioria das cidades norte-americanas, tal êxito também dependeu, substancialmente, da capacidade dos líderes negros de construir alianças interétnicas.

Os obstáculos enfrentados desde às primeiras campanhas incluíram a resistência dos partidos (democratas e republicanos) em apoiar um candidato negro, a hostilidade dos empresários para financiar as campanhas, as pressões das comunidades negras no sentido de incluir suas demandas na plataforma dos candidatos e o racismo. Os analistas destacam, ainda, a influência da cultura política de cada local como elemento definidor do acesso dos negros aos cargos executivos municipais nos Estados Unidos. Um ponto comumente enfrentado pelos políticos negros certamente foi a resistência e a oposição das elites políticas e as clivagens raciais.

A experiência norte-americana revela que *raça* é sempre um tema de campanha quando concorre um candidato negro, sobretudo em cidades marcadas por um histórico de relações raciais tensas e desiguais (Pettigrew e Alston, 1988). Vimos que o apelo racial tendeu a se configurar como uma arma estratégica usada tanto por candidatos negros como por seus adversários, quando se tratava de eleições bi-raciais.

Freqüentemente, a estratégia de luta dos desafiados brancos tem sido provocar a emer-

gência de estereótipos raciais arraigados na sociedade como parâmetros para o julgamento da qualidade dos candidatos. Devido à etiqueta social de fraternidade e valores democráticos, os ataques raciais diretos têm se revelado inapropriados para conquistar o eleitorado. Assim, a desqualificação da competência política e técnica dos candidatos negros caracteriza-se como o principal ataque. A segunda ofensiva consiste em forçar uma agenda eleitoral de temas “racializados”, cujos problemas e soluções envolvam a comunidade negra, tais como criminalidade, seguridade social, drogas, política de habitação, ação afirmativa etc. Nesse sentido, a ênfase em discutir questões de “lei e ordem” é, sem dúvida, o principal tema das campanhas dos políticos brancos para mobilizar o apoio dos eleitores brancos, como ilustra o confronto entre Rudoulf Giuliani e David Dinkins nas disputas pela prefeitura da cidade de Nova York, em 1989 e 1993.

Ironicamente, a estratégia de “desracializar” as campanhas bi-raciais termina por lançar mais luz sobre o significado da raça nas eleições e na avaliação dos candidatos. O ponto central dessa estratégia é impedir que os eleitores sejam orientados por estereótipos raciais negativos contra os negros no momento de escolher seus candidatos, como também não provocar hostilidade racial entre os eleitores. Em síntese, o pressuposto é de que para se eleger é preciso não enfatizar questões raciais (durante a campanha). Em outras palavras, no jogo das eleições, é fundamental que o apelo racial seja uma carta jogada com bastante cuidado.

Como toda estratégia de planejamento de ação, esta também envolve dilemas sobre quando e como usá-la. Alguns analistas acreditam que nem sempre a “desracialização” é a melhor maneira de conduzir uma campanha bi-racial, pois se os apelos raciais (identidades e propostas políticas voltadas aos interesses do grupo) podem provocar reações negativas en-

tre os eleitores mais racistas, também podem motivar o apoio dos eleitores simpáticos às causas dos negros. Além disso, para as pessoas que não possuem um envolvimento direto com essa questão, a raça do candidato tem pouca importância na sua avaliação. Os efeitos dessa estratégia dependem, portanto, de como se articulam os diferentes comportamentos raciais no eleitorado. Em colégios eleitorais plenos de valores democráticos, onde se critica de forma contundente as desigualdades raciais e os negros são minoria, o apelo a políticas públicas orientadas pela discussão de questões raciais, para, justamente, corrigir essas desigualdades, podem ser eficientes.

Sobre a relação entre a comunicação e a política nesse tipo de disputa, observa-se que a quantidade (e qualidade) de informação lançada no ambiente eleitoral sobre questões raciais assume um importante papel. O volume de debate sobre questões raciais pode influenciar a maneira como os candidatos negros são avaliados pelos eleitores brancos. Nesse contexto, a mídia tem sido o principal agente a chamar atenção sobre a questão racial nos pleitos, caracterizando-se, inclusive, por destacar em suas matérias a origem racial dos candidatos, sobretudo quando eles são negros (Streb, 2000). Dessa forma, a natureza do tratamento que a mídia dedica aos candidatos negros tem sido, em certa medida, o fiel da balança em muitos pleitos, pois tanto pode estimular as clivagens raciais como endossar as candidaturas negras (Jamieson, 1992; Streb, 2000).

Atualmente, as posições divergem quando procuram teorizar sobre as relações entre raça e política nos Estados Unidos. De um lado, alguns estudiosos afirmam que o padrão de votação continua a ser fortemente influenciado pelo fator racial. De outro, outros pesquisadores assinalam que o peso da variável racial tem diminuído no jogo eleitoral e que fatores mais intrínsecos à política, como iden-

tidade partidária, qualidade dos candidatos e natureza das propostas, têm tido papel mais central. Contudo, poucos analistas negam que os apelos raciais continuam sendo uma arma poderosa nas campanhas, especialmente nas grandes cidades. Observa-se, inclusive, que o padrão de votação dos candidatos negros tende a variar segundo o tamanho da cidade. Cidades de porte médio e/ou localizadas na região sul do país não vivenciam uma polarização racial aguda, ao passo que nas grandes cidades isso se revela de forma ainda acirrada (Colburn, 2001).

Para compreendermos melhor os fatores que contribuíram para o sucesso das candidaturas municipais de negros nos Estados Unidos, faz-se necessário, portanto, observar um conjunto amplo de variáveis, muitas delas comuns a qualquer corrida eleitoral, outras exclusivas às eleições que envolvem políticos negros (cargo em disputa, partido político pelo qual concorreu, cultura política local, conjuntura política, extensão das alianças políticas e partidárias, recursos econômicos para a campanha, recursos de comunicação e propaganda disponíveis, estratégias de campanha, tratamento dado pela mídia à questão racial e ao candidato, natureza da participação das organizações negras na sociedade e na campanha, e, finalmente, padrão cultural de relações inter-raciais na sociedade local e nacional). Talvez por envolver tantas variáveis, tem sido difícil, seja nos Estados Unidos, seja no Brasil, prever o que pode acontecer quando este cavalo negro entra na corrida eleitoral.

Notas

1. Oliveira (2000) afirma que, desde a redemocratização na década de 1980, temos assistido à emergência de candidaturas negras em eleições para prefeito e governador. Alceu Collares (PDT) elegeu-se prefeito de Porto Alegre, em 1985, e governador do Rio Grande do Sul, em 1990; Albuino Azeredo (PDT) conquistou o governo no Espírito Santo em 1990.
2. O livro *African-American Mayor: race, politics and the American City* é a principal referência para a composição deste artigo, pois reúne um elenco de trabalhos embasados em extensa referência bibliográfica e material empírico sobre o processo de ascensão ao poder dos políticos negros na esfera municipal nos Estados Unidos.
3. Durante os anos de 1960, os Estados Unidos assustaram-se com a deflagração de revoltas urbanas de negros, com saques e “quebra-quebras” nas cidades. Em 1992, a mídia mostrou os conflitos que eclodiram em Los Angeles e se estenderam até Washington, D. C., após a notícia da absolvição de quatro policiais brancos que foram haviam sido filmados espancando o motorista negro Rodney King nos arredores de Los Angeles (Chang e Dias-Veizades, 1999).
4. Segundo Colburn (2001), até os anos de 1980, para as lideranças negras, a conquista do poder político aparecia como uma estratégia para conseguir igualdade nos Estados Unidos. O *slogan black power* cristalizava o impulso de integração, ainda que para isso fosse necessário o confronto com as instituições políticas norte-americanas. Apelos ao “orgulho negro”, ao “nacionalismo negro”, à “ideologia de autodeterminação do povo negro” eram algumas das ideologias que estavam na base da mobilização político-eleitoral da primeira geração de políticos negros que se aventuraram na competição para prefeito.
5. Segundo Colburn (2001), o trabalho e a experiência política dos prefeitos negros variou ao longo do tempo, refletindo as mudanças no ambiente racial dos Estados Unidos e as aspirações desses indivíduos. A primeira geração de prefeitos era composta por advogados (39%), militares (28%), professores (22%) e funcionários públicos municipais ou estaduais (11%). A segunda, configurada depois de 1977, era oriunda de um leque mais diversificado de profissões, entre outros, juizes, professores universitários e funcionários públicos federais.
6. Segundo Morrison e Oliveira (2002), os primeiros trabalhos que apontaram a emergência do modelo das campanhas “desracializadas” nos Estados Unidos estão presentes na coletânea *Protest is not enough*, organizada por Rufus Browning *et al.* (Berkeley, University of California, 1984). Depois dessa publicação, uma série de estudos sobre estratégias eleitorais passou a operacionalizar o conceito de “desracialização” para analisar os pleitos norte-americanos.
7. Sem fugir ao padrão do perfil dos prefeitos negros, Thomas Bradley tinha formação em direito e advogou durante um período até entrar para a Câmara Municipal de Los Angeles, em 1967. Ele se tornou vereador pelo Partido Democrata, depois de ser o primei-

ro negro a alcançar altas posições no Departamento de Polícia de Los Angeles (Parker, 2001, p. 155).

8. Para alguns analistas, a eleição de Dinkins foi um marco na história norte-americana. Primeiro, porque ele conseguiu compor uma retórica eficiente para uma coalizão onde os negros constituíam apenas 25% da população. Segundo, porque sua experiência também revelou que o problema do político negro não se restringe à dificuldade de acesso aos cargos executivos, mas compreende os obstáculos ao exercício de sua administração (Biles, 2001). Roger Biles sublinha que, além dos obstáculos para dominar estruturas burocráticas vivas e erráticas – máquinas político-partidárias combativas, *lobbies* agressivos e grupos de pressão mais vigilantes –, os prefeitos negros, ironicamente, têm sua administração vulnerável, quando os incidentes raciais exigem uma resposta deles perante a opinião pública.

Bibliografia

- ADLER, Jeffrey S. (2001), "Introduction", in D. R. Colburn e J. S. Adler (orgs.), *African-American Mayor: race, politics, and the American city*, Illinois, University of Illinois Press, pp. 1-22.
- BAYOR, Ronald H. (2001), "African-American Mayors and governance in Atlanta", in D. R. Colburn e J. S. Adler (orgs.), *African-American Mayor: race, politics, and the American city*, Illinois, University of Illinois Press, pp. 178-199.
- BARROS, Andréa & MORRIS, Kachani. (1996), "A inesperada cor negra da vitória". *Vêja*, 20 nov.
- BILES, Roger. (2001), "Mayor David Dinkins and the politics of race in New York city", in D. R. Colburn e J. S. Adler (orgs.), *African-American Mayor: race, politics, and the American city*, Illinois, University of Illinois Press, pp. 130-152.
- BROH, C. Anthony. (1987), *A horse of a different color: television treatment of Jesse Jackson's 1984 presidential campaign*. Washington, D.C., Joint Center for Political Studies.
- CARTON, Paul. (1984), *Mobilizing the black community: the effects of personal contact campaigning on black voters*. Washington, D.C., Joint Center for Political Studies.
- CAVANAGH, Thomas E. (1983), *Race and political strategy: A JCPS Roundtable*. Washington, D.C., Joint Center for Political Studies.
- CHANG, Edward T. & DIAZ-VEIZADES, Jeannette (1999), *Ethnic peace in the American City: building community in Los Angeles and beyond*. Nova York, New York University Press.
- COLBURN, David R. (2001), "Running for office: African-American Mayors from 1967-1996", in D. R. Colburn e J. S. Adler (orgs.), *African-American Mayor: race, politics, and the American city*, Illinois, University of Illinois Press, pp. 23-56.

- COLBURN, David R. & ADLER, Jeffrey S. (2001), *African-American Mayors: race, politics, and the American city*. Illinois, University of Illinois Press.
- FELINTO, Marilene. (1997), "O homem invisível". *República*, 1 (4): 38-42, fev.
- HIRSCH, Arnold R. (2001), "Harold and Dutch revisited: a comparative look at the first black mayors of Chicago and New Orleans", in D. R. Colburn e J. S. Adler (orgs.), *African-American Mayor: race, politics, and the American city*, Illinois, University of Illinois Press, pp. 107-129.
- GILLETTE JR., Howard. (2001), "Protest and power in Washington, D.C.: the troubled legacy of Marion Barry", in D. R. Colburn e J. S. Adler (orgs.), *African-American Mayor: race, politics, and the American city*, Illinois, University of Illinois Press, pp. 200-222.
- GROFMAN, Bernard; HANDLEY, Lisa & NIEMI, Richard G. (orgs.). (1992), *Minority representation and the quest for voting equality*. Cambridge, Cambridge University Press.
- KACHANI, Morris. (1996), "A aposta de Maluf". *Veja*, 4 abr., pp. 20-23.
- JAMIESON, Kathleen Hall. (1992), *Dirty politics: deception, distraction, and democracy*. Nova York, Oxford University Press.
- LANE, James B. (2001), "Black political power and its limits: Gary Mayor Richard G. Hatcher's administration, 1968-1987", in D. R. Colburn e J. S. Adler (orgs.), *African-American Mayor: race, politics, and the American city*, Illinois, University of Illinois Press, pp. 57-79.
- LIU, Paul. (2001), "Seeking a "qualified" black candidate". Trabalho apresentado no Annual Meeting of the American Political Science Association, 29 ago.-01 set., San Francisco, Ca.
- MOORE, Leonard N. (2001), "Carl Stokes: Mayor of Cleveland", in D. R. Colburn e J. S. Adler (orgs.), *African-American Mayor: race, politics, and the American city*, Illinois, University of Illinois Press, pp. 80-106.
- MORRISON, Minion K. C. & OLIVEIRA, Cloves L. P. (2002), "Afro United States and afro Brazilian electoral leadership". Trabalho apresentado no Annual Meeting of the American Political Science Association, 29 ago.-01 set., Boston, Ma.
- OLIVEIRA, Cloves L. P. (2000), "Os negros e o poder no Brasil: proposta de agenda de pesquisa". *Anais do simpósio internacional O Desafio da Diferença: Articulando Gênero, Raça e Classe*, Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- PARKER, Heather R. (2001), "Tom Bradley and the politics of race", in D. R. Colburn e J. S. Adler (orgs.), *African-American Mayor: race, politics, and the American city*, Illinois, University of Illinois Press, pp. 153-177.
- PERRY, Huey L. (1995), "A theoretical analysis of national black politics in the United States", in H. L. Perry e W. Parent (orgs.), *Blacks and the American political system*, Gainesville, University Press of Florida, pp. 11-37.

- PERRY, Huey L. & PARENT, Wayne. (1995a), "The state of black politics in the United States and implication for the future", in H. L. Perry e W. Parent (orgs.), *Blacks and the American political system*, Gainesville, University Press of Florida, pp. 251-257.
- _____. (1995b), "Black politics in the United States", in H. L. Perry e W. Parent (orgs.), *Blacks and the American political system*, Gainesville, University Press of Florida, pp. 3-10.
- PARENT, Wayne & STEKLER, Paul. (1995), "Black political attitudes and behavior in the 1990s", in H. L. Perry e W. Parent (orgs.), *Blacks and the American political system*, Gainesville, University Press of Florida, pp. 41-49.
- PETTIGREW, Thomas & ALSTON, Denise A. (1988), *Tom Bradley's campaigns for governor: the dilemma of race and political strategies*. Washington, D.C., Joint Center for Political Studies.
- PINDERHUGHES, Dianne M. (1995), "Black interest groups and the 1982 extension of the voting rights act", in H. L. Perry e W. Parent (orgs.), *Blacks and the American political system*, Gainesville, University Press of Florida, pp. 203-224.
- REEVES, Keith. (1997), *Voting hopes or fears? Whites voters, black candidates & racial politics in America*. Nova York, Oxford University Press.
- STREB, Matthew J. (2000), *The new electoral politics of race*. Tese de Ph.D., Indiana University mimeo.).
- THOMPSON, Heather Ann. (2001), "Rethinking the collapse of postwar liberalism: the rise of mayor Coleman Young and the politics of race in Detroit", in D. R. Colburn e J. S. Adler (orgs.), *African-American Mayor: race, politics and the American city*, Illinois, University of Illinois Press, pp. 223-248.

- Artigo recebido em maio/2003
- Aprovado em agosto/2004

Resumo

O que Acontece Quando um Cavalo de Cor Diferente Entra na Corrida? O painel das Estratégias Eleitorais dos Políticos Afro-americanos nas Eleições Municipais nos Estados Unidos

A emergência de políticos negros que venceram corridas eleitorais para prefeituras de grandes cidades norte-americanas é um marco na história política dos Estados Unidos. Em 1990, mais de trezentas cidades eram governadas por prefeitos negros, incluindo neste conjunto metrópoles como Nova York e Los Angeles. Com base numa revisão da literatura recente sobre raça e política nos Estados Unidos, este artigo aponta os principais aspectos que contribuíram para o sucesso das candidaturas negras nos pleitos municipais norte-americanos, assim como o quadro dos obstáculos que os esses políticos enfrentaram para conquistar o

poder. Tendo em vista a escassez de literatura sobre a relação entre raça e política no Brasil, o artigo propõe um olhar atento sobre a experiência norte-americana – sem que haja preocupação em forçar comparações entre as situações desses dois países –, buscando compreender os fatores que contribuíram para o fenômeno de reconfiguração do poder político ocorrida nos Estados Unidos.

Palavras-chave: *Marketing* político; Estratégias eleitorais; Raça e política; Políticos negros; Prefeitos negros; Estratégias retóricas.

Abstract

What Does Happen When a Horse of Different color enters in the Race? The Panel of the Afro-American Politicians' Electoral Strategies in the Municipal Elections in the United States

The emergence of black politicians winning electoral races for city halls of great American cities is a turning point in the political history of the United States. In 1990, more than 300 cities were governed by black mayors, including in this group metropolises such as: New York and Los Angeles. Based on a review of the recent literature on race and politics in the United States, this article points out the main aspects that have contributed to the electoral success of black candidates in the American local politics, as well as portrays the obstacles that these politicians have faced to be in the power. Due to the scarcity of literature on the relation between race and politics in Brazil, the article proposes a careful examination on the American experience. It does not try to force comparisons between the situations in these two countries. It aims at understanding the factors that have contributed to that reconfiguration of political power taken place in the United States.

Keywords: Political marketing; Electoral strategies; Race and politics; Black politicians; Black mayors; Rhetorical strategies.

Résumé

Qu'est-ce qui se Passe Quand un Cheval d'une Couleur Différente Entre dans la course? Les Stratégies Électorales des Politiciens Afro-américains dans les Élections Municipales aux États-Unis

L'apparition de politiciens noirs, vainqueurs aux élections municipales des grandes villes nord-américaines, est un point de repère dans l'histoire politique des États-Unis. En 1990, plus de trois cents villes, y inclus des métropoles comme New York et Los Angeles, étaient gouvernées par des maires noirs. Cet article, écrit à partir de l'étude de la littérature récente à propos de la race et de la politique aux États-Unis, présente les principaux aspects qui ont contribué au succès des candidatures noires aux élections municipales nord-américaines. Il aborde les obstacles que ces politiciens ont dû franchir pour conquérir leur victoire. Étant donné le manque d'études à propos de la race et de la politique au Brésil, l'article propose un regard attentif sur

l'expérience nord-américaine et, sans forcer de comparaisons entre les situations de ces deux pays, cherche à comprendre les facteurs qui ont contribué à la nouvelle configuration du pouvoir politique qui a eu lieu aux États-Unis.

Mots-clés: Marketing politique; Stratégies électorales; Race et politique; Politiciens noirs; Maires noirs; Stratégies rhétoriques.

Fontes de Pesquisa

Arquivos e Centros de Documentação

Anarchy Archives
dwardmac.pitzer.edu/anarchist_archives/

Archiv der sozialen Demokratie
www.fes.de/archive/index_gr.html

Archives de France
www.archivesdefrance.culture.gouv.fr

Arquivo Ana Lagôa
www.arqanalagoa.ufscar.br

Arquivo Central do Sistema de Arquivos da unicamp
www.unicamp.br/suarq/siarq/

Arquivo de História da Ciência do MAST
www.mast.br/histciencia2.htm

Arquivo do Centro de Comunicação da unicamp
www.unicamp.br/cco/areas/acervo/index.htm

Arquivo do Estado de São Paulo
www.arquivoestado.sp.gov.br/

Arquivo Edgar Leuenroth
[www.arquivo.ael.ifch.unicamp .br](http://www.arquivo.ael.ifch.unicamp.br)

Archivo General de Indias
www.mcu.es/lab/archivos/AGI.html

Archivo General de la Guerra Civil Española
www.mcu.es/lab/archivos/SGV.html

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
www.rio.rj.gov.br/arquivo/

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora
www.clionet.ufjf.br/ahufff/

Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional
www.visualnet.com.br/mhn/

Arquivo Histórico do Museu Imperial
www.museuimperial.gov.br/arquivohistorico.htm

Arquivo Histórico Municipal de Salvador
www.pms.ba.gov.br/fgm

Arquivo Histórico Municipal de São Paulo
www.prodham.sp.gov.br/dph

Arquivos do Komintern
e-mail: iisgmofl@glasnet.ru

Arquivos Históricos/Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência da unicamp
www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/

Arquivo Multimeios/Instituto de Artes da unicamp
www.iar.unicamp.br/multimeios/arquivo.htm

Arquivo Nacional
www.arquivonacional.gov.br

Arquivo Público da Cidade de
Belo Horizonte
www.pbh.gov.br/cultura/arquivo

Arquivo Público do Distrito Federal
www.arpdf.df.gov.br/

Arquivo Público do Estado da Bahia
www.apeb.ba.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Espírito
Santo (APEES)
www.ape.es.gov.br/web/index2.htm

Arquivo Público do Estado do Pará
www.arqpep.pa.gov.br/

Arquivo Público do Estado do
Rio de Janeiro
www.aperj.rj.gov.br/

Arquivo Público do Estado do Rio Grande
do Sul
www.sarh.rs.gov.br/apers/

Arquivo Público de Mato Grosso
www.apmt.mt.gov.br/

Arquivo Público Estadual Jordão Emeren-
ciano (Estado de Pernambuco)
www.fisepe.pe.gov.br/apeje/

Arquivo Público Estadual do Rio Grande
do Norte
www.ape.rn.gov.br/

Arquivo Público do Paraná
www.pr.gov.br/arquivopublico/

Arquivo Público Mineiro (APM)
[www.cultura.mg.gov.br/programas/cultu-
ra027.htm](http://www.cultura.mg.gov.br/programas/cultu-
ra027.htm)

Arquivo Público Municipal de Além Parai-
ba – MG (Arquivo Público Municipal Ge-
raldo de Andrade Rodrigues)
[www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/
index.html](http://www.arquivodealemparaiba.hpg.ig.com.br/
index.html)

Centro Brasileiro de Análise e Planejam-
to (cebrap)
www.cebrap.org.br

Centro de Documentação Cultural Alexan-
dre Eulalio da unicamp
www.unicamp.br/iel/cedae/cedae.html

Centro de Documentação e Informação em
Arte da Funarte (cedoc)
www.funarte.gov.br/cdoc/

Centro de Documentação e Memória da
unesp
www.cedem.unesp.br/

Centro de Documentação e Referência Itaú
Cultural (CDR)
[www.itaucultural.org.br/quemso-
mos/bd0.cfm?cd_pagina=120&ccd_pagi-
na=120](http://www.itaucultural.org.br/quemso-
mos/bd0.cfm?cd_pagina=120&ccd_pagi-
na=120)

Centro de Documentação Maurício
Tragtenberg
www.nobel.com.br/~cdmt/

Centro de Documentação Memória Sindi-
cal da CUT
www.cut.org.br/index.htm

Centro de Estudos Afro-Asiáticos – CEAA
www.candidomendes.br/ceaa

Centro de Estudos da Metrópole
www.centrodametropole.org.br

Centro de Estudos de Cultura Contempo-
rânea (cedec)
www.cedec.org.br

Centro de Memória da unicamp
www.unicamp.br/suarq/cmu/

Centro de Pesquisa e Documentação de
História Contemporânea do Brasil
(CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

Consórcio de Informações Sociais –
CIS/NADD
www.nadd.prp.usp.br/piloto/index.aspx

Fundação Arquivo e Memória de Santos
www.web@santos.sp.gov.br

Fundação Casa de Rui Barbosa
www.casaruibarbosa.gov.br/

Fundação Joaquim Nabuco
www.fundaj.gov.br/

Fundação Osvaldo Cruz/Departamento de
Arquivo de Documentação
www.fiocruz.br/coc/dad1.html

Fundação Patrimônio Histórico da Energia
de São Paulo
www.fphesp.org.br/

Marxists.org Internet Archive
www.marxists.org/

National Archives and Records Administra-
tion (NARA)
www.nara.gov/

National Archives of Australia
www.naa.gov.au/

National Archives of Canada
www.archives.ca/

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos –
NAEA
www.naea.ufpa.br

Núcleo de Estudos em Políticas Públicas da
Unicamp (nepp)
www.nepp.unicamp.br

Associações e Conselhos

Arquivistas Associados (ARQAS)
www.znap.to/arqas/

Associação Brasileira de Educação em
Ciência da Informação (abecin).
www.abecin.org/Home.htm

Associação Brasileira de Normas Técnicas
(ABNT)
www.abnt.org.br/

Associação Brasileira de Arquivologia
(ABARQ)
www.montess.com.br/dominio/abarq/forum/default.asp

Associação de Amigos do Arquivo Público
do Estado de Santa Catarina
e-mail: associacaoamigos.sc@bol.com.br

Associação de Arquivistas de São Paulo
(ARQ-SP)
www.arqsp.org.br/

Associação dos Arquivistas do Estado do
Rio Grande do Sul (AARS)
www.arquivologia.ufsm.br/aars/

Associação dos Arquivistas Brasileiros
(AAB)
www.aab.org.br/

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Gra-
duação em Ciência da Informação e Biblio-
teconomia (ANCIB)
www.alternex.com.br/~aldoibct/ancib.html

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais (anpocs)
www.anpocs.org.br

Conselho Nacional de Arquivo (conarq)
www.arquivonacional.gov.br/conarq/index.htm

Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos
Municipais
e-mail: forumdam@uol.com.br

International Council on Archives
www.ica.org/

Bibliotecas Virtuais

ABU: la Bibliothèque Universelle
abu.cnam.fr/

Bibliomania
www.bibliomania.com/

Biblioteca Virtual Carlos Chagas
www.prossiga.br/chagas/

Biblioteca Virtual de Ciências Sociais
www.prossiga.br/csociais/pacc/

Biblioteca Virtual de Estudos Culturais
www.prossiga.br/estudosculturais/pacc/

Biblioteca Virtual Prof. José Roberto do Amaral Lapa
143.106.59.6/index.htm

Biblioteca Virtual do Estudante Brasileiro
www.bibvirt.futuro.usp.br/

Bibliotecas Virtuais Temáticas
www.prossiga.br/bvtematicas/

UNESBIB - Bibliographic records of Unesco documents, publications and Library collections
unesdoc.unesco.org/ulis/unesbib.html

Faculdades e Institutos

Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
www.ibict.br/

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) (Especialização em Organização de Arquivos)
www.ieb.usp.br/

Instituto Superior de Estudos da Religião
www.iser.org.br

Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (iuperj)
www.iuperj.br

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (Graduação em Ciência da Informação)
www.inf.pucminas.br/ci/

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Mestrado e Doutorado em Comunicação e Semiótica - área: Tecnologias da Informação)
www.pucsp.br/-cos-puc/

Universidade do Rio de Janeiro (Graduação em Arquivologia)
www.unirio.br/cch/index.htm

Universidade Estadual de Londrina/Depto. de Ciências da Informação/Depto. de História (Graduação em Arquivologia; Especialização em Gerência de Unidades e Serviços de Informação)
www.uel.br/ceca/cinf/arquivologia.htm

Universidade Federal de Santa Maria/Arquivologia (Graduação em Arquivologia)
www.arquivologia.ufsm.br/

Universidade Federal Fluminense/Depto. de Documentação (Graduação em Arquivologia, Especialização em Planejamento, Organização e Direção de Arquivos)
www.uff.br/#

Universidade Nacional de Brasília/Depto. de Ciência da Informação e Documentação (Bacharelado em Arquivologia)
www.unb.br/deg/cursos.htm

Universidade Nacional de Brasília/Depto.
de Ciência da Informação e Documentação
(Mestrado em Biblioteconomia e Docu-
mentação - área: Planejamento de Processos
Documentários)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade Nacional de Brasília/Depto.
de Ciência da Informação e Documentação
(Doutorado em Ciência da Informação -
área: Transferência da Informação)
www.unb.br/dpp/stricto/stricto-13.htm#s

Universidade de São Paulo/Depto. de Bi-
blioteconomia e Documentação
(Mestrado e Doutorado em Ciências - área:
Ciências da Informação e Documentação
www.eca.usp.br/departam/cbd/cursos/pos-grad/index.htm

Guias, Banco de Dados e Listas de Discussão

Comissão de Patrimônio Cultural (CPC)
www.usp.br/cpc/cpcinfo.html

Guia da Internet no Brasil para Cientistas
Sociais, Historiadores e Arquivistas (do
CPDOC)
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

infocafé
www.infocafe.cjb.net/

Lista de Arquivistas, Arquivos e Arquivologia
br.egroups.com
e-mail: owner@egroups.com

Lista Eletrônica de História do Brasil
(HBrasil-L)
www.clionet.ufjf.br/hbr-l/index.htm
e-mail: hbr-mod@ah.ufjf.br

Rede Eletrônica de História do Brasil
(ClioNet)
www.clionet.ufjf.br/

Museus

International Museum of Photography and
Film (George Eastman House)
www.eastman.org/

Memorial do Imigrante
www.memorialdoimigrante.sp.gov.br/

Museu da Pessoa
www2.uol.com.br/mpessoa/

Museum of Television & Radio, The
www.mtr.org/

Publicações Eletrônicas

Archival Science
www.wkap.nl/journals/archival_science

Arquivologia no Brasil
www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/

ASIS Thesaurus of Information Science,
2nd Edition (by Jessica Milstead)
www.asis.org/Publications/Thesaurus/tnhome.htm

Boletim do Arquivo Edgard Leuenroth – o
AEL via Internet
e-mail: andrew@unicamp.br

Boletim Eletrônico da Associação Nacional
de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências
Sociais (anpocs *on-line*)
www.anpocs.org.br/boletim/boletim.htm

Bulletin des Archives de France-Publications
www.archivesdefrance.culture.gouv.fr/fr/publications/

Bulletin of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Bulletin/

Journal of the American Society for Information Science and Technology
www.asis.org/Publications/JASIS/jasis.html

Informação e Sociedade - Estudos
www.informacaoesociedade.ufpb.br/

Revista Brasileira de História
www.fflch.usp.br/dh/anpuh/public_html/revista.htm

Revista Ciência da Informação (*Cionline*)
www.ibict.br/cionline/300101/index.htm

Scientific Electronic Library Online (SciELO Brazil)
www.scielo.br/

TRABALHOS PUBLICADOS PELA BIB – 1975-2004

BIB 1

Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi, “Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica”.

BIB 2

Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro, “Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 3

Luiz Werneck Vianna, “Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências”.

BIB 4

Lúcia Lippi Oliveira, “Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada”.

BIB 5

Bolívar Lamounier e Maria D’Alva Gil Kinzo, “Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978”.

BIB 6

Alba Zaluar Guimarães, “Movimentos ‘Messiânicos’ Brasileiros: Uma Leitura”.

BIB 7

Roque de Barros Laraia, “Relações entre Negros e Brancos no Brasil”.

BIB 8

Amaury de Souza, “População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes”.

BIB 9

Maria Valéria Junho Pena, “A Mulher na Força de Trabalho”; *Pedro Jacobi*, “Movimentos Sociais Urbanos no Brasil”.

BIB 10

Lia F. G. Fukui, “Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil.”

BIB 11

Luiz Antonio Cunha, “Educação e Sociedade no Brasil”; *Licia do Prado Valladares*

e *Ademir Figueiredo*, “Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente”.

BIB 12

Maria Teresa Sadek de Souza, “Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro”; *José Guilherme C. Magnani*, “Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas”.

BIB 13

Gerson Moura e Maria Regina Soares de Lima, “Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica”.

BIB 14

Licia Valladares e Magda Prates Coelho, “Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica”.

BIB 15

José Cesar Gnacarini e Margarida Moura, “Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate”; *Bila Sorj*, “O Processo de Trabalho na Indústria: Tendências de Pesquisa”.

BIB 16

Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima, “Histórias de Vida na América Latina”; *Neuma Aguiar*, “Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico”.

BIB 17

Julio Cesar Melatti, “A Antropologia no Brasil”; *Luiz Werneck Vianna*, “Atualizando uma Bibliografia: ‘Novo Sindicalismo’, Cidadania e Fábrica”.

BIB 18

Rubem Cesar Fernandes, “Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente”; *Mariza Corrêa*, “Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente”.

BIB 19

Edmundo Campos Coelho, “A Instituição Militar no Brasil”.

BIB 20

Maria Alice Rezende de Carvalho, "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro".

BIB 21

Sonia Nahas de Carvalho, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Famílias em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

BIB 22

Inaiã Maria Moreira de Carvalho, "Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha de Estudos Recentes".

BIB 23

Roque de Barros Laraia, "Os Estudos de Parentesco no Brasil"; *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil: Reflexão sobre a Literatura dos Anos 70 e 80".

BIB 24

Angela de Castro Gomes e *Marieta de Moraes Ferreira*, "Industrialização e Classe Trabalhadora no Rio de Janeiro: Novas Perspectivas de Análise".

BIB 25

Giralda Seyferth, "Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão da Bibliografia"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Governo Local, Processo Político e Equipamentos Sociais: Um Balanço Bibliográfico".

BIB 26

Maria Rosilene Alvim e *Licia do Prado Valladares*, "Infância e Sociedade no Brasil: Uma Análise da Literatura".

BIB 27

Teresa Pires do Rio Caldeira, "Antropologia e Poder: Uma Resenha de Etnografias Recentes"; *Cláudia Fonseca*, "A História Social no Estudo da Família: Uma Excursão Interdisciplinar".

BIB 28

Maria Lúcia Teixeira Werneck Vianna, "A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira"; *Anette Goldberg*, "Feminismo no Brasil Contemporâneo: O Percorso Intelectual de um Ideário Político"; *Maria Cecília Spina Forjaz*, "Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)".

BIB 29

Emília Viotti da Costa, "Estrutura versus Experiência, Novas Tendências da História do Movimento Operário e das Classes Trabalhadoras na América Latina: O Que se Perde e o Que se Ganha"; *Berta G. Ribeiro*, "Perspectivas Etnológicas para Arqueólogos: 1957-1988".

BIB 30

José Sávio Leopoldi, "Elementos de Etnoastromia Indígena do Brasil: Um Balanço"; *Rafael de Menezes Bastos*, "Musicologia no Brasil Hoje"; *Lais Abramo*, "Novas Tecnologias, Difusão Setorial, Emprego e Trabalho no Brasil: Um Balanço".

BIB 31

Helena Hirata, "Elisabeth Souza Lobo 1943-1991"; *Elisabeth Souza Lobo*, "O Trabalho como Linguagem: O Gênero no Trabalho"; *Maria Helena Guimarães de Castro*, "Interesses, Organizações e Políticas Sociais"; *Antonio Sérgio Alfredo Guimarães*, "Classes, Interesses e Exploração: Comentários a um Debate Anglo-Americano".

BIB 32

Angela M. C. Araújo e *Jorge R. B. Tapia*, "Corporativismo e Neocorporativismo: O Exame de Duas Trajetórias"; *José Ricardo Ramalho*, "Controle, Conflito e Consentimento na Teoria do Processo de Trabalho: Um Balanço do Debate"; *Marcos Luiz Bretas*, "O Crime na Historiografia Brasileira: Uma Revisão na Pesquisa Recente".

BIB 33

Paulo Freire Vieira, "A Problemática Ambiental e as Ciências Sociais no Brasil:"

1980-1990”; *Guita Grin Debert*, “Família, Classe Social e Etnicidade: Um Balanço da Bibliografia sobre a Experiência de Envelhecimento”; *Marco Antonio Gonçalves*, “Os Nomes Próprios nas Sociedades Indígenas das Terras Baixas da América do Sul”.

BIB 34

Olavo Brasil de Lima Junior, Rogério Augusto Schmitt e Jairo César Marconi Nicolau, “A Produção Brasileira Recente sobre Partidos, Eleições e Comportamento Político: Balanço Bibliográfico”; *Arabela Campos Oliven*, “O Desenvolvimento da Sociologia da Educação em Diferentes Contextos Históricos”; *Wilma Mangabeira*, “O Uso de Computadores na Análise Qualitativa: Uma Nova Tendência na Pesquisa Sociológica”.

BIB 35

Sérgio Adorno, “A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil: Um Recorte Temático”; *Christian Azais e Paola Cappellin*, “Para uma Análise das Classes Sociais”; *Guillermo Palacios*, “Campesinato e Historiografia no Brasil – Comentários sobre Algumas Obras Notáveis”; “Arquivo de Edgard Leuenroth”.

BIB 36

Maria Ligia de Oliveira Barbosa, “A Sociologia das Profissões: Em Torno da Legitimidade de um Objeto”; *Maria da Glória Bonelli*, “As Ciências Sociais no Sistema Profissional Brasileiro”; *Marieta de Moraes Ferreira*, “O Rio de Janeiro Contemporâneo: Historiografia e Fontes – 1930-1975”.

BIB 37

Fernando Limongi, “O Novo Institucionalismo e os Estudos Legislativos: A Literatura Norte-Americana Recente”; *Nadya Araujo Castro e Marcia de Paula Leite*, “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”; *Maria Julia Carozzi*, “Tendências no Estudo dos Novos Movimentos Religiosos na América: Os Últimos 20 Anos”.

BIB 38

Theodore Lowi, “O Estado e a Ciência Política ou Como nos Convertemos Naquilo que Estudamos”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Primeira Parte – As Principais Interpretações Ocidentais)”; *Julia Silvia Guivant*, “Encontros e Desencontros da Sociologia Rural com a Sustentabilidade Agrícola: Uma Revisão da Bibliografia”.

BIB 39

Marta T. S. Arretche, “Emergência e Desenvolvimento do *Welfare State*: Teorias Explicativas”; *Luis Fernandes*, “Leituras do Leste II: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Segunda Parte – As Principais Interpretações Marxistas)”; *Ronald H. Chilcote*, Teoria de Classe”; *Adélia Engrácia de Oliveira e Lourdes Gonçalves Furtado*, “As Ciências Humanas no Museu Paraense Emílio Goeldi: 128 Anos em Busca do Conhecimento Antropológico na Amazônia”.

BIB 40

“Florestan Fernandes: Esboço de uma Trajetória”; *Luiz Werneck Vianna, Maria Alice Rezende de Carvalho e Manuel Palacios Cunha Melo*, “As Ciências Sociais no Brasil: A Formação de um Sistema Nacional de Ensino e Pesquisa”; *Lais Abramo e Cecilia Montero*, “A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos”.

BIB 41

Gustavo Sorá, “Os Livros do Brasil entre o Rio de Janeiro e Frankfurt”; *Mario Grynszpan*, “A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada”; *Jorge Ventura de Moraes*, “Trabalhadores, Sindicatos e Democracia: Um Ensaio Bibliográfico sobre Democracia Sindical”; *Maria da Glória Bonelli e Silvana Donatoni*, “Os Estudos sobre Profissões nas Ciências Sociais Brasileiras”.

BIB 42

Alba Zaluar, Antonio Augusto Prates, Claudio Beato Filho e Ronaldo Noronha, "Antônio Luiz Paixão, Intelectual e Amigo"; José Maurício Domingues, "Evolução, História e Subjetividade Coletiva"; Marcia de Paula Leite e Roque Aparecido da Silva, "A Sociologia do Trabalho Frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica"; Marco A. C. Cepik, "Sociologia das Revoluções Modernas: Uma Revisão da Literatura Norte-Americana"; Angela Alonso, "De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro".

BIB 43

*Sérgio Costa, "Categoria Analítica ou *Passe-Partout* Político-Normativo: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil"; Luis Fernandes, "Leituras do Leste III: O Debate sobre a Natureza das Sociedades e Estados de Tipo Soviético (Parte Final – As Leituras Centradas na Prevalência do Capitalismo de Estado e/ou Burocrático e a Convergência Problemática no Conceito de Stalinismo"; Eduardo C. Marques, "Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos"; Paulo J. Krischke, "Cultura Política e Escolha Racional na América Latina: Interfaces nos Estudos da Democratização".*

BIB 44

Luis Donisete Benzi Grupioni e Maria Denise Fajardo Grupioni, "Depoimento de Darcy Ribeiro"; Christina de Rezende Rubim, "Um Pedaco de Nossa História: Historiografia da Antropologia Brasileira"; Gláucia Villas Bôas, "A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil: Notas para uma Discussão"; Carlos Pereira, "Em Busca de um Novo Perfil Institucional do Estado: Uma Revisão Crítica da Literatura Recente"; Flávia de Campos Mello, "Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um Balanço dos Debates".

BIB 45

Eli Diniz, "Globalização, Ajuste e Reforma do Estado: Um Balanço da Literatura Re-

cente"; Terry Mulhall e Jorge Ventura de Moraes, "Mapeando o Reino da Sociologia Histórica: Reflexões Acerca do Modelo Teórico-metodológico de Theda Skocpol"; Alfredo Wagner Berno de Almeida, "Quilombos: Repertório Bibliográfico de uma Questão Redefinida (1995-1997)"; Lúcio Rennó, "Teoria da Cultura Política: Vícios e Virtudes".

BIB 46

Julia S. Guivant, "A Trajetória das Análises de Risco: Da Periferia ao Centro da Teoria Social"; Carlos Aurélio Pimenta de Faria, "Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem-Estar Social"; Aloísio Ruschinsky, "Nexo entre Atores Sociais: Movimentos Sociais e Partidos Políticos"; Debates sobre Autonomia Universitária: Carlos Benedito Martins e Sérgio de Azevedo, "Autonomia Universitária: Notas sobre a Reestruturação do Sistema Federal de Ensino Superior"; José Vicente Tavares dos Santos, "A Construção da Universidade Autônoma"; Gilberto Velho, "Universidade, Autonomia e Qualidade Acadêmica"; Tomaz Aroldo da Mota Santos, "A ANDIFES e a Autonomia".

BIB 47

Eduardo G. Noronha, "A Contribuição das Abordagens Institucionais-Normativas nos Estudos do Trabalho"; Cecília Loreto Mariz, "A Teologia da Batalha Espiritual: Uma Revisão da Bibliografia"; Mauro Guilherme Pinheiro Koury, "A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico"; Jawdat Abu-El-Haj, "O Debate em Torno do Capital Social: Uma Revisão Crítica".

BIB 48

Priscila Faulhaber, "Entrevista com Roberto Cardoso de Oliveira"; Fernanda Wanderley, "Pequenos Negócios, Industrialização Local e Redes de Relações Econômicas: Uma Revisão Bibliográfica em Sociologia Econômica"; Celina Souza e Márcia Blumm, "Autonomia Política Local: Uma Revisão da Literatura"; Fabíola Rohden, "Honra e Família

em Algumas Visões Clássicas da Formação Nacional”; *Clarice Ehlers Peixoto*, “Antropologia e Filme Etnográfico: Um *Travelling* no Cenário Literário da Antropologia Visual”.

BIB 49

Licia Valladares e Roberto Kant de Lima, “A Escola de Chicago: Entrevista com Isaac Joseph”; *Marcos Chor Maio e Carlos Eduardo Calaça*, “Um Ponto Cego nas Teorias da Democracia: Os Meios de Comunicação”; *Luis Felipe Miguel*, “Definição de Agenda, Debate Público e Problemas Sociais: Uma Perspectiva Argumentativa da Dinâmica do Conflito Social”; *Mario Fuks e Karl Monsma*, “James C. Scott e a Resistência Cotidiana no Campo: Uma Avaliação Crítica”.

BIB 50

Marcus André Melo, “Política Regulatória: uma Revisão da Literatura”; *Roberto Kant Lima, Michel Misse e Ana Paula Mendes de Miranda*, “Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma Bibliografia”; *Alejandro Frigerio*, “Teorias Econômicas Aplicadas ao Estudo da Religião: Em Direção a um Novo Paradigma?”; *Angela Xavier de Brito*, “Transformações Institucionais e Características Sociais dos Estudantes Brasileiros na França”.

BIB 51

Maria Herminia Tavares de Almeida, “Federalismo, Democracia e Governo no Brasil”; *Liszt Vieira*, “Notas Sobre o Conceito de Cidadania”; *Santuzza Cambraia Naves e outros*, “Levantamento e Comentário Crítico de Estudos Acadêmicos Sobre Música Popular no Brasil”; *Lúcio Rennó*, “A Estrutura de Crenças de Massa e seu Impacto na Decisão do Voto”; *Priscila Faulhaber*, “A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema”.

BIB 52

Ângela Maria Carneiro de Araújo, “Globalização e Trabalho”; *Clara Araújo*,

“Participação Política e Gênero: Algumas Tendências Analíticas Recentes”; *Fabiano Toni*, “Novos Rumos e Possibilidades para os Estudos dos Movimentos Sociais”; *Celso F. Rocha de Barros*, “A Transição para o Mercado no Leste Europeu: Um Balanço do Debate sobre a Mudança do Plano ao Mercado”; *Luiz Henrique de Toledo*, “Futebol e Teoria Social: Aspectos da Produção Científica Brasileira (1982-2002)”.

BIB 53

Gláucio Ary Dillon Soares, “Homenagem a Vilmar Faria”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: comércio, cultura e profissão (Parte I)”; *Ângela Alonso e Valeriano Costa*, “Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico”; *Antônio Sérgio Araújo Fernandes*, “Path dependency e os Estudos Históricos Comparados”; *Leonardo Mello e Silva*, “Qualificação versus competência: um comentário bibliográfico sobre um debate francês recente”; *Carlos Benedito Martins, Gláucia Villas Boas, Maria Lígia de Oliveira Barbosa e Yvonne Maggie*, “Mestres e doutores em Sociologia”.

BIB 54

Maria Helena de Castro Santos, “Política Comparada: Estado das Artes e Perspectivas no Brasil”; *José Carlos Durand*, “Publicidade: Comércio, Cultura e Profissão (Parte II)”; *Maria Lucia Maciel*, “Ciência, Tecnologia e Inovação: A Relação entre Conhecimento e Desenvolvimento”; *Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira*, “Águas revoltas. Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil”; *Paolo Ricci*, “A medida das leis: do uso de noções genéricas à mensuração do imponderável”.

BIB 55

Fernando Limongi, “Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório”; *João Feres Jr.*, “A Consolidação do Estudo Sociocientífico da América Latina: uma breve história *cum* estudo bibliográfico”; *Jorge*

Zaverucha e Helder B. Teixeira, “A Literatura sobre Relações Cívico-Militares no Brasil (1964-2002): uma síntese”; *Delma Pessanha Neves*, “O Consumo de Bebidas Alcoólicas: Prescrições Sociais”; *Ana Maria Kirschner*, “A Sociologia Brasileira e a Empresa”.

BIB 56

Walquiria Leão Rêgo, “Norberto Bobbio, um Clássico das Ciências Sociais”; *Pedro Simões*, Religião, “Espiritualidade e Assistência Social”; *Paulo César Nascimento*, “Dilemas do Nacionalismo”; *Marcelo Ayres Camurça*, “Secularização e Reencantamento: a Emergência dos Novos Movimentos Religiosos”; *José Celso Cardoso Jr.*, “Fundamentos Sociais das Economias Pós-industriais: uma Resenha Crítica de Esping-Andersen”; *Diana Nogueira de Oliveira Lima*, “Antropologia do Consumo: A Trajetória de um Campo em Expansão”.

BIB 57

Maria Armanda do Nascimento Arruda, “Homenagem a Octavio Ianni”; *Giralda Seyferth*, “A Imigração no Brasil: Comentários sobre a Contribuição das Ciências Sociais”; *Christine Jacquet e Livia Alessandra Fialho da Costa*, “A Sociologia Francesa diante das Relações *Beaux-parents*: Enteados nas Famílias Recompuestas após Divórcio ou Separação”; *Marcelo Medeiros*, “As Teorias de Estratificação da Sociedade e o Estudo dos Ricos”; *Marcia Contins*, “Objetivos e Estratégias da Ação Afirmativa: Uma Bibliografia”; *Cloves L. P. Oliveira*, “O que Acontece quando um Cavalo de Cor Diferente Entra na Corrida? O Painel das Estratégias Eleitorais dos Políticos Afro-americanos nas Eleições Municipais nos Estados Unidos”.

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES À BIB

Os artigos apresentados devem ser entregues com original e cópia, com texto datilografado ou digitado em espaço duplo, com margens razoáveis e sem emendas. Não devem ultrapassar 30 laudas (de 20 linhas) ou 6 mil palavras.

O artigo deve ser acompanhado de seu resumo e de palavras-chaves, bem como de dados sobre o autor (instituição, cargo, áreas de interesse, últimas publicações etc.).

Os autores cujos textos forem aprovados para publicação entregarão seu trabalho em disquete, com cópia impressa em papel, no formato padrão IBM-PC, de preferência no programa Word for Windows, com a seguinte organização:

- Quadros, mapas, tabelas etc. em arquivo separado, com indicações claras, ao longo do texto, dos locais em que devem ser incluídos.
- As menções a autores, no correr do texto, seguem a forma (Autor, data) ou (Autor, data, página), como nos exemplos: (Jaguaribe, 1962) ou (Jaguaribe, 1962, p. 35). Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, eles são diferenciados por uma letra após a data: (Adorno, 1975a), (Adorno, 1975b) etc.
- Colocar como notas de rodapé apenas informações complementares e de natureza substantiva, sem ultrapassar 3 linhas.

- A bibliografia entra no final do artigo, em ordem alfabética.

Critérios bibliográficos

Livro: sobrenome do autor (em caixa alta) /VÍRGULA/ seguido do nome (em caixa alta e baixa) /PONTO/ data entre parênteses /VÍRGULA/ título da obra em *itálico* /PONTO/ nome do tradutor /PONTO/ nº da edição, se não for a primeira /VÍRGULA/ local da publicação /VÍRGULA/ nome da editora /PONTO. Exemplo:

SACHS, Ignacy. (1986), *Ecode-senvolvimento, crescer sem destruir*. Tradução de Eneida Cidade Araújo. 2a edição, São Paulo, Vértice.

Artigo: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como no item anterior) / "título do artigo entre aspas /PONTO/ nome do periódico em *itálico* /VÍRGULA/ volume do periódico /VÍRGULA/ número da edição /DOIS PONTOS/ numeração das páginas. Exemplo:

REIS, Elisa. (1982), "Elites agrárias, state-building e autoritarismo". *Dados*, 25, 3: 275-96.

Coletânea: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) / "título do capítulo entre aspas" /VÍRGULA/ *in (em itálico)* / iniciais do nome, seguidas do sobrenome do(s) organizador(es)

/VÍRGULA/ título da coletânea, em *itálico*/VÍRGULA/local da publicação/VÍRGULA/nome da editora /PONTO. Exemplo:

ABRANCHES, Sérgio Henrique. (1987), "Governo, empresa estatal e política siderúrgica: 1930-1975", in O. B. Lima & S. H. Abranches (orgs.), *As origens da crise*, São Paulo, Iuperj/Vértice.

Teses acadêmicas: sobrenome do autor, seguido do nome e da data (como nos itens anteriores) /VÍRGULA/ título da tese em *itálico* /PONTO/ grau acadêmico a que se refere /VÍRGULA/ instituição em que foi apresentada /VÍRGULA/ tipo de reprodução (mimeo ou datilo) /PONTO. Exemplo:

SGUIZZARDI, Eunice Helena. (1986), *O estruturalismo de Piaget: subsídios para a determinação de um lugar comum para a Ciência e a Arquitetura*. Tese de mestrado. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, datilo.

O envio espontâneo de qualquer colaboração implica automaticamente a cessão integral dos direitos autorais à ANPOCS. A revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas.

Publicações

ANPOCS

Associação Nacional
de Pós-Graduação e Pesquisa
em Ciências Sociais

A REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS (RBCS) existe desde 1986 e já se consolidou como o periódico mais importante na área de ciências sociais *stricto sensu*. Assinar a RBCS é estar em contato com os temas atuais e as pesquisas recentes realizadas na Antropologia, na Ciência Política e na Sociologia por pesquisadores do país e bons autores estrangeiros. É um espaço de encontro das inovações na reflexão e no discurso das ciências sociais em que a herança dos clássicos da teoria social é desafiada pelos problemas postos à pesquisa contemporânea.

A REVISTA BRASILEIRA DE INFORMAÇÃO BIBLIOGRÁFICA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (BIB) é uma publicação semestral que já conta com 55 números que oferecem balanços criteriosos, elaborados pelos mais eminentes cientistas sociais, da bibliografia corrente sobre Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Resumos das teses defendidas, perfis de programas de pós-graduação e centros de pesquisa apresentados a cada edição transformam a BIB em ponto de partida para a investigação e para o conhecimento das instituições voltadas para as ciências sociais.

Assinatura anual da RBCS (3 edições)

Nacional: R\$ 60
Internacional: US\$ 70

Assinatura anual do BIB (2 edições)

Nacional: R\$ 40
Internacional: US\$ 60

Assinatura anual conjunta (RBCS e BIB)

Nacional: R\$ 90
Intenacional: US\$ 100

Envie cheque nominal à ANPOCS:

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - 1º andar - USP - 05508-900 - São Paulo - SP
Tel. (011) 3091-4664 Fax: (011) 3091-5043

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ UF: _____ Cep: _____
Data: _____ Tel.: _____



A Revista **BIB** divulga periodicamente atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

A Revista **BIB**, portanto, depende de você e da cooperação que você fornece.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para mantermos a continuidade da Revista.

A correspondência pode ser enviada à:

**Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**

Editoria da Revista BIB
Universidade de São Paulo - USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar
05508-900 São Paulo - SP